



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO



JILYANE ROUSE PAUFERRO DA SILVA



A GEOGRAFIA DE ALAGOAS, POR IVAN FERNANDES LIMA, DE 1965

JOÃO PESSOA –PB

2015

JILYANE ROUSE PAUFERRO DA SILVA

A GEOGRAFIA DE ALAGOAS, POR IVAN FERNANDES LIMA, DE 1965

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UEPB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Educação Geográfica

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Adailza
Martins de Albuquerque

JOÃO PESSOA –PB

2015

S586g Silva, Jilyane Rouse Pauferro da.
A geografia de Alagoas, por Ivan Fernandes Lima, de 1965
/ Jilyane Rouse Pauferro da Silva. - João Pessoa, 2015.
119 f.: il. -

Orientadora: Maria Adailza Martins de Albuquerque.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCEN

1. Geografia - Ensino. 2. Ensino de Geografia.
3. Geografia - Alagoas. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 911:37(043)

“A Geografia de Alagoas, por Ivan Fernandes Lima de 1965”

por

Jilyane Rouse Pauferro da Silva

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

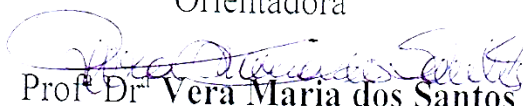
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

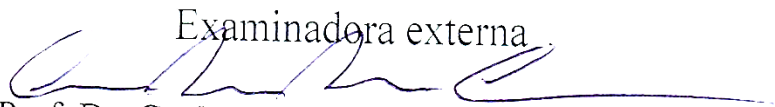


Prof. Dr. Antonio Carlos Pinheiro
Presidente

Profª Drª Maria Adailza Martins de Albuquerque
Orientadora



Profª Drª Vera Maria dos Santos
Examinadora externa



Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Examinador interno

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

Agosto/2015

AGRADECIMENTOS

A minha força interior para acreditar e superar as adversidades de vários âmbitos no decorrer do mestrado.

Ao apoio e carinho incondicional recebido de meus familiares na vinda à João Pessoa e nos momentos de ausência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, pela oportunidade da realização do curso, gostaria de agradecer a minha orientadora Maria Adailza Martins de Albuquerque e aos professores Antonio Carlos Pinheiro e Carlos Augusto de Amorim Cardoso, pelas experiências vivenciadas e pela atenção. Agradeço também a professora Vera Maria dos Santos pelas sugestões apresentadas no exame de qualificação.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade, em especial a Joseane e Deusia pelo apoio concedido nas trocas de ideias, textos compartilhados, disposição de leituras, e também pela amizade. Aos demais colegas do grupo que auxiliaram em alguma informação como Rodrigo Pessoa, Vivia e professor Tek.

Aos colegas da turma do mestrado, em especial a David Luiz e Sharlene Bernardino pelo apoio concedido e carinho em momentos que estive doente, inclusive quando quebrei o pé. Além de outras colegas como Eliane e Ana Cristina e o professor Marcelo.

Agradeço também as instituições de pesquisa como: Universidade Federal de Alagoas, em especial aos professores: Silvana Quintela, Linderberg Medeiros, Sinval Autrun e Ana Paula Lopes, pelo apoio e trocas de informações, como também, aos professores da Universidade Estadual de Alagoas, Angela Leite e Moisés Calu pelo apoio e credibilidade na realização deste trabalho; ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em especial a Dona Julia pela atenção, Meire, Soliney e Efrem, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Alagoas, em especial a Suely, Glorileide, Elisabete e Lúcia, ao Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas, em especial a Dona Ligia, a Biblioteca Pública Estadual e a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, pelo apoio na consulta do acervo e disposição de material.

Agradeço ainda aos professores entrevistados pela colaboração e experiência vivenciada. Aos colegas Diego e Tony pela capa do trabalho, ao amigo Jorge Raimundo pela formatação e auxílio quando cheguei em João Pessoa, a Quitéria pelo carinho e correção gramatical, ao Prof. Lindemberg pela tradução do resumo, aos amigos alagoanos e pessoas especiais em minha vida como Janne Rocha, Raqueline, Flavio Veiga, Lilian, Elisângela, Flávia, a todos, meu muito obrigada!

Viver em ti é sempre flutuar, Nas
águas turvas da Lagoa morena, Ante
os murmúrios lânguidos do mar, Sob
esse coqueiral que a tudo adorna.

Entre o mar e a lagoa tu flutuas,
Ao léu das ondas e das águas mansas,
“Ligua de terra”, clara à luz das luas,
E quente ao sol do céu que não alcanças.

Foram os ventos vindos do Nordeste,
Que te fizeram longa até a “barra”,
Onde o “Pontal”, furando a água, investe.

Índios que viram teu primeiro viço,
Deram-te o nome que à forma te amarra:
Maçai-o-g “o que tapou o alagadiço”.

(LIMA, IVAN FERNANDES.)

RESUMO

A Geografia de Alagoas foi incluída no ensino de Geografia escolar a partir da normatização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 com a criação das determinações da educação estadual voltadas para a regularmentação do currículo do ensino secundário. Haja vista, o contexto político e socioeconômico que se constituiu no país, visando à modernização, sendo estabelecida uma nova organização do ensino, almejando que a educação realizasse uma função importante na instrução da sociedade. Destaca-se a ação de professores com o ensino de Geografia regional/local e a necessidade de livro didático com abordagem do conteúdo sobre os aspectos geográficos alagoanos. A pesquisa teve como foco a análise do livro didático Geografia de Alagoas, por Ivan Fernandes Lima de 1965 com base nos estudos sobre a história das disciplinas escolares. Metodologicamente recorreram-se: a levantamento bibliográfico, análise documental em diversas fontes de pesquisas, acervo das bibliotecas públicas em Maceió - AL, acervo pessoal de Ivan Fernandes Lima e entrevistas. As conclusões indicam o lugar social de onde se falava sobre o professor Ivan Fernandes Lima, dando-nos suporte para apontar os traços da trajetória de suas produções e das relações sociais, cujo início da produção intelectual do autor se deu com as publicações no Jornal de Alagoas na década de 1960, que reverberou na produção do livro didático Geografia de Alagoas, para o ensino de Geografia escolar e para a Geografia acadêmica no Estado.

Palavras-chave:

Geografia de Alagoas - Geografia escolar - livro didático - Ivan Fernandes Lima

ABSTRACT

The *Geografia de Alagoas* (Geography of Alagoas) subject was introduced into the secondary syllabus as a result of determinations of the law of the *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* in 1961 which was followed by similar state-level legislation. This decision was influenced by the national political and socioeconomic context which aimed at the modernisation of the country. Teaching was reorganised in order for it to play an important function towards the instruction of the society. Many teachers got involved with the teaching of both local and regional geography and that showed the need for school books which covered the geographic aspects of the state of Alagoas. This study analyses the book *Geografia de Alagoas* published by Ivan Fernandes Lima in 1965, based on studies of the history of school disciplines. Methods included literature review, interviews, analysis of documents in various sources, collections of the public libraries of the municipality of Maceió-AL, and the private collection of Ivan Fernandes Lima. Results identify the social place from which it was spoken about professor Ivan Fernandes Lima which provided us with a base to outline the trajectory of his scholarly output as well as about his social relations. The intellectual production of this author started with the publication of articles in the *Jornal de Alagoas* (a daily newspaper) in the 1960s. These papers influenced the writing of the book *Geografia de Alagoas* which was used as a school book and a university reference in the state of Alagoas.

Key-words:

Geography of Alagoas – School geography – Teaching book - Ivan Fernandes Lima

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fotografia em aula de campo em Pernambuco.

Figura 2 - Fotografia de formatura do professor Ivan Fernandes Lima

Figura 3 - Instrumento utilizado por Ivan para elaboração de mapas

Figura 4 - Divisão Regional de Alagoas, por Craveiro Costa, de 1931

Figura 5 - Divisão Regional de Alagoas, pelo Conselho Nacional de Geografia, de 1941

Figura 6 - Divisão Regional de Alagoas, pelo Conselho Nacional de Geografia, de 1947

Figura 7 - Divisão Regional de Alagoas, por Ivan Fernandes Lima, de 1964

Figura 8 - Divisão Regional por Microrregiões Homogêneas de Alagoas, pelo IBGE, de 1968

Figura 9 - Divisão Regional Geo-Administrativa de Alagoas, pela SEPLAN, de 1975

Figura 10 - Capa da 1ª edição do livro Noções de Geografia Geral do Estado de Alagoas, de José Silveira Camerino

Figura 11 - Capa da 1ª edição do livro Geografia de Alagoas, de Ivan Fernandes Lima

Figura 12 - Página do livro Geografia de Alagoas, com a Bandeira do Estado de Alagoas

Figura 13 - Página do livro Geografia de Alagoas, com a diagramação

Figura 14 - Página do livro Geografia de Alagoas, com a continuação da diagramação

Figura 15 - Página do livro Geografia de Alagoas, com a Divisão Fisiográfica de Alagoas

Figura 16 - Divisão Regional do Estado de Alagoas, por Ivan Fernandes Lima, de 1964

Figura 17 - Página do livro de Geografia de Alagoas, com a tabela de dados ilustrativos

Figura 18 - Página do livro Geografia de Alagoas, com quadro de dados ilustrativos

Figura 19 - Página do livro Geografia de Alagoas, com a continuação do quadro de dados ilustrativos

Figura 20 - Página do livro Geografia de Alagoas, com fotografia do sertão

Figura 21 - Página do livro Geografia de Alagoas, com fotografia da cidade de Maceió

Figura 22 - Página do livro Geografia de Alagoas, com exercício e questionário

Figura 23 - Página do livro Geografia de Alagoas, com os pontos extremos do Estado de Alagoas

Figura 24 - Página do livro *Minha Terra Alagoas*, de Luiz G. Rodrigues, de 1992

Figura 25 - Página do livro de Geografia de Alagoas, com mapa geomorfológico

Figura 26 - Página do livro *Guia do Meio Ambiente - o interior de Alagoas*, de Alagoas, de 1995

Figura 27 - Página do livro Geografia de Alagoas, com mapa do litoral

Figura 28 - Página do livro Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias, de Elcio de Gusmão Verçosa, de 2001

Figura 29 - Página do livro Geografia de Alagoas, com mapa de climas

Figura 30 - Página do caderno Fundamentos geográficos do meio físico do Estado de Alagoas, de Alagoas, de 1977

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes de dados estatísticos do livro Geografia de Alagoas, 1965

Quadro 2 - Referências do livro Geografia de Alagoas, 1965

Quadro 3 - Livros Didáticos Regional/local de Estudos Sociais e Geografia de Alagoas, produzidos por diversos autores entre 1984 a 2012

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Disciplinas estabelecidas aos Colégios Normais do Estado de Alagoas

Tabela 2 - Currículo do Curso Secundário Diurno

Tabela 3 - Currículo do Curso Secundário Noturno

Tabela 4 - Currículo do Curso Ginásial Normal Diurno

Tabela 5 - Currículo do Curso Ginásial Normal Noturno

Tabela 6 - Currículo do Curso Industrial

LISTA DE ABREVIATURAS

CNG - Conselho Nacional de Geografia

IGDEMA - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMA/AL - Instituto Estadual de Meio Ambiente de Alagoas

IHGAL - Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Alagoas

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS E AS APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

1.1 Definição do tema e levantamento das fontes.....	13
1.2 Disciplina escolar	19
1.3 Sobre o entendimento de livro didático	25

CAPÍTULO 2 - O SABER GEOGRÁFICO: o legado de Ivan Fernandes Lima para a Geografia escolar e a Geografia acadêmica de Alagoas

2.1 Trajetória de Ivan Fernandes Lima na Geografia alagoana	30
2.2 Contribuições para a produção didática e acadêmica	39
2.2.1 Regionalização de Alagoas (Escolar/Acadêmica)	49
2.2.2 Participação no debate sobre o currículo de Geografia de Alagoas	65

CAPÍTULO 3 - O LIVRO DIDÁTICO GEOGRAFIA DE ALAGOAS: saber geográfico difundido na obra didática por Ivan Fernandes Lima

3.1 A Geografia de Alagoas: no ensino de Geografia e na produção do livro didático <i>Geografia de Alagoas</i> , de Ivan Fernandes Lima.....	84
3.2 Aspectos materiais da obra <i>Geografia de Alagoas</i>	91
3.3 A obra <i>Geografia de Alagoas</i> : como fonte de pesquisa na produção de livros didáticos regional/local de Geografia e para Geografia Acadêmica	117

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	139
------------------	-----

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS E AS APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Com o propósito de compreender o processo de construção das ideias iniciais de estudo, é imprescindível que busquemos conhecer as proposições estabelecidas a partir do objeto de pesquisa e suas perspectivas teórico-metodológicas. Esta relação torna-se essencial para que melhor possamos acompanhar o desenvolvimento da pesquisa em cada etapa, seja no levantamento bibliográfico ou das fontes de pesquisa.

Em vista desta abordagem acerca do objeto de pesquisa em que tomamos como base as dimensões por ele exercidas, vejamos no próximo tópico uma breve análise em torno da elaboração do objeto de pesquisa e o debate de suas categorias teórico-metodológicas.

1.1 Definição do tema e levantamento das fontes

A história desta pesquisa tem início durante o curso de graduação em Geografia na Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a partir do nosso contato com as primeiras referências encontradas sobre o professor Ivan Fernandes Lima. Essa aproximação deu-se ao cursarmos algumas disciplinas ofertadas pelo curso, e também na produção de trabalhos científicos, a exemplo do trabalho intitulado *Ivan Fernandes Lima: um geógrafo de múltiplas contribuições em Alagoas*. De modo a dar continuidade a temática, optamos, no momento da escolha do trabalho de conclusão de curso - TCC¹, aprofundarmos nossos estudos acerca das principais publicações do referido professor. Assim, foi possível reunirmos livros e artigos encontrados em bibliotecas públicas, documentos e instrumentos pessoais do professor em seu arquivo pessoal, além de outras fontes através de entrevistas com seus familiares e professores que conviveram com Ivan Fernandes Lima.

Dentre as produções do professor Ivan Fernandes Lima, a que mais nos despertou curiosidade foi a obra *Geografia de Alagoas*, publicada em 1965 pela Editora do Brasil, por se tratar de um livro didático em que os conteúdos expostos trazem uma introdução ao estudo regional de Alagoas. Contudo, passamos a observar a obra *Geografia de Alagoas* com um olhar

¹ O trabalho teve como título: *Ivan Fernandes Lima: resgate de uma trajetória na geografia alagoana*, sob a orientação do Professor Especialista Sinval Autran Mendes Guimarães Junior, da UFAL. Nessa pesquisa discutimos as obras do autor a partir das suas produções didáticas, acadêmicas e técnicas sobre a Geografia de Alagoas.

questionador, despertando assim o interesse em analisarmos esta obra mais a fundo. Nesse sentido, elaboramos nosso projeto de mestrado, aprovado na seleção do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba em 2013.

Inicialmente nosso projeto de pesquisa teve como título *Ivan Fernandes Lima e a construção da geografia alagoana através do livro didático*. O objetivo focava-se em analisar a contribuição de Ivan Fernandes Lima no contexto da história da disciplina escolar Geografia. No entanto, as discussões travadas durante as leituras realizadas nas disciplinas cursadas nos programas de pós-graduação em Geografia e em Educação, na UFPB, e também nos debates suscitados no Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade - GPCES, foram fundamentais para reestruturarmos nosso projeto de pesquisa inicial e fundamentarmos nossa pesquisa. Outro momento de reorientação da pesquisa foi durante o momento do exame de qualificação, quando a banca examinadora argumentou que o título proposto deveria ser mais curto e que deixasse o leitor curioso, havendo assim uma redefinição do título: *A Geografia de Alagoas* de Ivan Fernandes Lima, sendo acatado por nós.

Quanto à redefinição do objetivo geral de pesquisa, decidimos analisar o saber escolar geográfico difundido na obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, visando compreender a disciplina escolar Geografia e a relação entre o saber escolar e o saber acadêmico na obra em destaque. Com relação aos objetivos específicos buscou-se discutir os referenciais teórico-metodológicos que subsidiam a abordagem de conteúdos e as proposições metodológicas escolhidas pelo autor para a sua obra, bem como conhecer os lugares ocupados por Ivan Fernandes Lima e suas contribuições para a disciplina escolar Geografia em Alagoas na época em que publicou sua obra que analisaremos; e compreender quais eram as concepções de ensino e aprendizagem de Geografia da época e qual a adotada pelo autor.

Diante de várias indagações a respeito de nosso objeto de pesquisa, selecionamos algumas questões norteadoras desse trabalho, sendo possível de serem respondidas. Para tanto, destacamos: Que referência teórico-metodológica e pedagógica era adotada na obra que pretendemos analisar? Será que a obra em tela foi elaborada com base nas determinações instituídas por Lei para o ensino de Geografia regional? E o caso de Geografia de Alagoas, como foi construída a abordagem da Geografia regional a partir dos escritos didáticos de Ivan Fernandes Lima?

Além de ser nosso objeto de estudo, a obra *Geografia de Alagoas* também se configura como fonte central da nossa pesquisa, pois nela se encontram informações fundamentais para avaliação dos aspectos da obra didática. No momento de releitura da obra em tela, percebemos

que para realizarmos um estudo mais aprofundado e entendermos alguns questionamentos surgidos no decorrer da construção desse trabalho, teríamos que recorrer a outros escritos e documentos produzidos pelo professor Ivan Fernandes Lima. Além do mais, compreendermos a pertinência da convergência entre as fontes e a relação delas com a *Geografia de Alagoas*.

Neste processo de redefinição das fontes, verificamos que poderíamos incorporar os seguintes elementos às nossas análises: artigos publicados em jornal, currículo vitae, ficha funcional, relatório técnico, entrevistas com professores que conviveram com o professor Ivan Fernandes Lima e normas relativas aos estabelecimentos estaduais de ensino de Alagoas. Entendemos que as informações presentes nos referidos documentos direcionam nossas buscas por respostas acerca do objeto da pesquisa.

Nesse propósito, realizamos a seleção e leitura dos artigos sobre ensino, publicados por Ivan Fernandes Lima, no *Jornal de Alagoas*, nas décadas de 1960 e 1970. De um total de 125 artigos², identificamos 27 que versam sobre ensino de Geografia e outros aspectos educativos apontados pelo professor supracitado. Destacamos a importância desses artigos, tendo em vista que eles nos forneceram subsídios e esclarecimentos de pontos significativos referentes à elaboração do livro *Geografia de Alagoas*, das discussões acerca do ensino de Geografia de Alagoas e dos espaços sociais ocupados pelo professor Ivan Fernandes Lima.

À medida que inserimos novos documentos investigativos, foi possível formularmos a seguinte hipótese norteadora desta pesquisa: a aproximação com os escritos de Ivan Fernandes Lima nos revelou que este autor se dedicou inicialmente as produções de artigos em jornais, abordando variadas temáticas, dentre elas, a questão do ensino da Geografia. Em seguida, este autor, passa a produzir obras de gênero didático, dadas as exigências da LDB – nº4.024/61, que determinava a inclusão da abordagem da Geografia regional no ensino regular.

Com base nestas regulamentações, visualizamos um contexto mais amplo de mudança no sistema de ensino brasileiro, no qual o Estado de Alagoas não estava alheio ao novo processo que se configurava sobre o currículo do ensino secundário, composto em dois ciclos, o ginásio e o colegial, também abrangendo, entre outros, os cursos secundários técnicos e de formação de professores. Na organização dos programas de ensino, foram indicadas como disciplinas obrigatórias pelo Conselho Federal de Educação: Português, História, Geografia, Matemática e Ciências, além dessas constituem disciplinas obrigatórias complementares ao sistema de ensino estadual de Alagoas: Desenho, Organização Social e Política Brasileira, Línguas Estrangeiras Modernas e Línguas Clássicas, no primeiro ciclo e acrescentando Filosofia, no segundo ciclo.

² As informações que seguem constam no curriculum vitae do professor Ivan Fernandes Lima.

Dispunham ainda de disciplinas de caráter optativas: Francês e Desenho, e de práticas educativas: Música e Canto Orfeônico, Artes industriais, Educação Física e Educação Religiosa (facultativa).

Conforme a lei federal nº 4.024/61 e lei estadual nº 2.510/62, no ensino de Alagoas, a distribuição das disciplinas obrigatórias em cada curso deveria ter mais relevo ao ensino de Português, o ensino de História versaria sobre a História do Brasil, incluindo-se também nos programas a História de Alagoas, no ensino de Geografia do Brasil, sendo estudado o Nordeste brasileiro, em particular o Estado de Alagoas e o ensino de Ciências deveria versar sobre as Ciências físicas, químicas e biológicas no segundo ciclo. Ainda em atendimento ao Conselho Federal de Educação, a elaboração de livros didáticos de Geografia regional/local³ também passou a ser inserido neste contexto de renovação da educação brasileira, a partir de métodos de ensino e conteúdos, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de classes sociais.

Diante destas constatações iniciais no que diz respeito ao nosso objeto e fontes de pesquisa analisadas, repensamos de forma contextualizada a Geografia de Alagoas de Ivan Fernandes Lima, de modo que propomos como marco temporal desta pesquisa o início da década de 1960, ano de publicação dos primeiros artigos no Jornal de Alagoas até o auge de sua carreira profissional na década de 1970, quando admitido como professor da Universidade Federal de Alagoas e a transição do Colégio Liceu Alagoano para a Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, proporcionando uma ampliação de suas redes de relações sociais, e por consequente o destaque de sua produção acadêmica no estado.

No que se refere às categorias teóricas de nossa pesquisa, realizamos levantamentos bibliográficos sobre disciplina escolar, livro didático e cultura escolar. No entanto, nossas discussões foram centradas apenas nas duas primeiras categorias apresentadas, tal como foi proposto no momento do exame de qualificação, sendo argumentado o tempo de realização da dissertação. Acatamos a sugestão de redução das categorias analisadas, de modo que se pode ter mais clareza durante o processo de trabalho do procedimento metodológico de relação das categorias teóricas com o objeto de pesquisa.

³ Podemos constatar em nossas buscas nas bibliotecas públicas duas obras que representam este momento em Alagoas, são elas: CAMERINO, José da Silveira. *Noções de Geografia Geral do Estado de Alagoas*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1963; LIMA, Ivan Fernandes. *Geografia de Alagoas*. São Paulo: Editora do Brasil, 1965. Optamos pela segunda obra para nossas análises por considerarmos esta mais completa em relação à primeira, e pelo fato de ter havido maior circulação desta nas escolas de Alagoas. Ambos autores foram professores catedráticos do Liceu Alagoano: CAMERINO, na disciplina *Geografia Geral* e LIMA, na disciplina *Geografia do Brasil* no início da década de 1960. Posteriormente também foram professores no então Instituto de Geo-Ciências, na UFAL, entre a década de 1970 a 1990: CAMERINO, na disciplina *Geografia do Brasil* e LIMA, as disciplinas: *Geografia Regional e de Alagoas* e *Geomorfologia*.

Neste sentido, buscamos apoio em autores como: Chervel (1990), Goodson (1990) e Bittencourt (2003), sobre a disciplina escolar, no que se refere aos debates acerca das principais correntes teóricas que discutem a concepção de disciplina escolar. Em relação à discussão de livro didático, apoiamo-nos em Choppin (2004). Por ser um grande estudioso da área, este autor entende que o interesse de muitos estudiosos pelo mundo sobre os livros didáticos decorre pela complexidade da própria definição do objeto, a coexistência de outros suportes educativos, as múltiplas funções e a abrangência de vários sujeitos refletidos nos livros didáticos. Neste mesmo caminho, a autora Bittencourt (2008) considera o livro didático de fácil identificação por ser um dos materiais didáticos mais usados no ambiente escolar e o compreende como objeto histórico que faz parte da cultura escolar e da lógica industrial e comercial. Munakata (1997), outro autor que orienta nosso pensamento, entende o livro didático como mercadoria que tem sua produção associada aos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos, e também, por se constituir como instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizagem.

Nesse propósito, trabalhamos com os conceitos de representação e o de autor, baseado em Chartier (1990; 2012), pois a literatura existente reconhece este como um renomado pesquisador sobre o livro. Esse autor faz uma reflexão da origem da figura do autor e os dispositivos históricos e culturais, e análise dos modos de representações do autor em várias fontes. Trabalhamos ainda com o conceito de currículo baseado em Goodson (2010). Este propõe uma análise da construção histórico social sobre o estudo do currículo, por sua vez, pode revelar através da abordagem histórica das matérias escolares a compreensão da composição do saber escolar no currículo e as questões que envolvem o processo de definição do conhecimento estabelecido num determinado contexto.

Para localizar informações a respeito do ensino de Geografia de Alagoas e também sobre o livro didático *Geografia de Alagoas*, recorreremos a fontes documentais primárias datadas a partir da década de 1960, entre elas: o *Jornal de Alagoas*; leis, decretos e regulamentos da educação do estado de Alagoas; currículos do sistema estadual de Alagoas; relatório técnico da Secretaria de Estado de Planejamento de Alagoas, na época⁴, disponíveis em seu acervo pessoal, no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL e nas Bibliotecas Públicas de Maceió. Entre as quais destacamos: a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, a Biblioteca Central

⁴ A então Secretaria de Planejamento funcionava separadamente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, durante o período de atuação do professor Ivan Fernandes Lima como geógrafo da Secretaria de Planejamento de Alagoas. Porém, no governo de Teotônio Vilela Filho (2007-2014) houve a fusão entre duas secretarias de Estado de Alagoas: a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SEPLANDE. Já em 2015 no governo de Renan Filho, houve uma nova reestruturação entre as secretarias de Estado de Alagoas, resultando na atual Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e do Patrimônio, SEPLAG.

da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a Biblioteca Ivan Fernandes Lima do Instituto Estadual de Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL e a Biblioteca Professor Luiz Sávio de Almeida da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e do Patrimônio - SEPLAG, como também na mapoteca do laboratório de Cartografia do curso de Geografia da UFAL e na mapoteca do IMA/AL. Além da consulta aos documentos supracitados, também realizamos entrevistas com alguns professores, ex-alunos, familiares e amigos⁵, que acompanharam o professor Ivan Fernandes Lima em sua produção escolar e acadêmica referente à Geografia de Alagoas.

Diante das fontes documentais e das entrevistas, obtivemos informações fundamentais para realizarmos a análise do livro didático *Geografia de Alagoas*. Para tanto, adotamos a metodologia indicada por Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009), que sugere um critério constituído por itens básicos para a análise de livro didático e outras produções didáticas, fazendo parte dele: a capa; autor ou autores; público; apresentação do livro; índice e estrutura do livro; diagramação; imagens, representações gráficas e cartográficas, proposta teórico-metodológica; linguagem; atividades e a bibliografia.

De modo a contemplar a proposta geral da pesquisa, este texto se apresenta estruturado em quatro capítulos. Inicialmente, discorreremos sobre o caminho da pesquisa, a partir da definição do tema e levantamento das fontes, como também a fundamentação teórica que norteia o objeto de análise em foco, a respeito dos debates acerca de disciplina escolar e sobre o entendimento de livro didático. Continuamos discutindo o contexto do ensino da Geografia escolar do/no Brasil atrelado às mudanças na educação brasileira, enfatizando a inserção da divisão do Brasil por região natural imerso na elaboração de livros didáticos, assim como as publicações de livros didáticos regional de geografia no nordeste brasileiro.

Em seguida, analisamos a trajetória do professor Ivan Fernandes Lima na Geografia alagoana, com base em alguns de seus escritos produzidos sobre a Geografia regional e ensino de Geografia em Alagoas. Dessa forma, discutiu-se a respeito de suas contribuições para a produção didática e acadêmica, sobretudo, pela participação no debate sobre o currículo de Geografia de Alagoas e da elaboração da proposta de regionalização de Alagoas escolar e acadêmica. E por fim, discutimos a inclusão do ensino da Geografia de Alagoas no currículo da escola secundária

⁵ Devido a poucas publicações encontradas a respeito do livro didático *Geografia de Alagoas*, do professor Ivan Fernandes Lima, buscamos informações com alguns sujeitos sobre a metodologia de ensino, teorias, conceitos e classificações geográficas por ele adotado. E, também o processo de elaboração da obra didática mencionada. As informações foram fundamentais para fazermos o cruzamento das fontes documentais e esclarecer algumas questões que foram apontadas no início da pesquisa, quanto as relações sociais e a produção didática geográfica do professor Ivan Fernandes Lima.

e no livro didático, analisando a obra *Geografia de Alagoas* de 1965 por Ivan Fernandes Lima, em relação à organização do saber geográfico escolar, à concepção pedagógica adotada e à forma pela qual o livro didático se apresenta.

Considerando as partes que estruturam este trabalho, pode-se ter uma ideia do debate acerca da Geografia escolar e do livro didático, o qual possibilita compreender as mudanças na história da disciplina escolar, sobretudo, a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacional de 1961, até o período da produção de livro didático de Geografia de Alagoas de 1965.

No próximo tópico, faremos uma breve discussão sobre a concepção de disciplina escolar, a partir das diferentes abordagens que vêm sendo lançadas no campo de investigação da história das disciplinas escolares.

1.2 Disciplina escolar

Historicamente os conhecimentos e saberes escolares tem se formado a partir da relação entre a escola e o espaço acadêmico, resultando na sistematização de um saber formal transmitido culturalmente em forma de disciplinas escolares. Nesse processo, enfocamos as interferências das esferas sociais na produção desse saber, sendo agentes que atuam na produção do conhecimento como disciplina, que é fortemente marcado pelas demandas educacionais que são ao mesmo tempo demandas sociais (GOODSON, 1990).

Adentrar essa discussão acerca da história de uma disciplina nos leva a entender que estas são constituídas dentro de um processo histórico, em que são evidentes as mudanças e as marcas de permanências no que refere a sua origem, suas finalidades e funções no espaço escolar (CHERVEL, 1990). Dessa forma, evidenciamos que as diferentes abordagens que vêm sendo lançadas no campo investigativo da história das disciplinas escolares, têm se ocupado de discutir os saberes propagados por estas nas diferentes épocas.

Tais estudos são fortemente influenciados por duas tendências: a sociológica e a filosófica, apresentando ideias significativas e de embates entre elas (GOODSON, 1990). Para a tendência sociológica, as disciplinas escolares consideram a organização do conhecimento escolar de acordo com os interesses dominantes dos detentores do poder na sociedade. Sendo de postura oposta a esta, a tendência filosófica entende as disciplinas escolares subordinadas ao conhecimento intelectual de um determinado campo de conhecimento acadêmico, que transpõe o conhecimento para o uso de uma disciplina escolar (GOODSON, 1990).

Nessa perspectiva, os principais defensores da ideia de disciplina escolar dividem-se entre duas vertentes: aqueles que a compreendem como conhecimento autônomo tendo como principal defensor André Chervel e Ivor Goodson e aqueles que a entendem a partir do conceito de transposição didática, idealizado por Yves Chevallard.

Com relação a essas vertentes, alguns autores iniciaram os debates acerca da concepção de disciplina escolar. Inicialmente o francês André Chervel (1990) e o inglês Ivor Goodson (1990) são considerados difusores da ideia de disciplina escolar como um conhecimento autônomo, pois afirmam que ela se distingue da transposição didática, por não considerar a hierarquia de saberes e o conhecimento não se limita às questões epistemológicas. Ou seja, a disciplina escolar é algo bem mais amplo e está associada ao papel do conhecimento como instrumento de poder de alguns setores da sociedade (BITTENCOURT, 2004).

Segundo o francês Chevallard, a escola parte de um sistema em que o conhecimento é reproduzido por mediação de agentes externos à sala de aula. Segundo essa concepção, a disciplina escolar depende do saber científico que, para chegar à escola e ser vulgarizado, passa pela mediação da didática, e considera a existência de uma hierarquia de conhecimentos, sendo a disciplina escolar pertencente a uma classe inferior de saber (BITTENCOURT, 2004).

Visando compreender essas tendências polêmicas sobre as concepções do termo disciplina escolar e as divergências que estão presentes em suas proposições difundidas no decorrer da década de 1980, tiveram início as pesquisas acerca da história das disciplinas escolares. Esses estudos visavam dar conta da dinâmica assumida pelas disciplinas que compõem o currículo escolar em diferentes épocas, dinâmica essa permeada pelas mudanças sociais e culturais mais gerais e, mais especificamente, de metodologias de ensino, conteúdos e objetivos estabelecidos pelo poder educacional ao longo do processo de estruturação da instituição escolar.

As pesquisas sobre as disciplinas escolares surgem em diferentes países em períodos distintos e sem interação por parte dos primeiros trabalhos desenvolvidos. Na França, Inglaterra, Portugal, México, Canadá e demais países, inclusive no Brasil, houve um forte crescimento do campo. Em suas abordagens, dentre outros problemas, os pesquisadores têm em comum “[...] a preocupação em identificar a gênese e os diferentes momentos históricos em que se constituem os saberes escolares, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e discontinuidades no processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2003, p. 15).

Para a autora supracitada, essa tendência não se restringe apenas a preocupação dos pesquisadores em fornecer subsídios teóricos para reformulações curriculares. Em seus estudos, esses teóricos buscam discutir questões relacionadas a argumentação de professores sobre seu

ofício e os conteúdos efetivos que a escola se propunham a ensinar. Tais preocupações estão presentes nas reflexões de André Chervel (1990):

[...] tem-se manifestado uma tendência, entre os docentes, em favor de uma história de sua própria disciplina. Dos conteúdos do ensino, tais como são dados nos programas, o interesse então evoluiu sensivelmente para uma visão mais global do programa, associando-se as ordens do legislador ou das autoridades ministeriais ou hierárquicas à realidade concreta do ensino nos estabelecimentos e, algumas vezes, até mesmo às produções escritas dos alunos. (p.177).

Essas preocupações repercutiram sobre as autoridades educacionais e professores de países com o sistema educacional mais estruturado e consolidado, enquanto, no caso do Brasil, esse processo tem sido intenso e constituído com maior complexidade. A década de 1980 foi um marco nos debates concernentes às problemáticas educacionais brasileiras, tendo como pano de fundo o cenário de redemocratização política, constatando um sistema educacional em crise que tomou entre outras decisões as reformulações dos currículos produzidos durante o Regime Militar.

Conforme aponta Bittencourt (2003) “[...] nesse contexto, surgiram questionamentos diversos sobre as diferentes disciplinas escolares que consideravam, entre outros tópicos polêmicos, os objetivos e o papel social e cultural do saber elaborado para uma escola para todos [...]” (p.16). Nesse sentido, apontamos que os estudos realizados no campo de investigação da história das disciplinas escolares têm gerado discussões que apresentam divergências de ideias e perspectivas bastante polêmicas acerca da concepção de disciplina escolar. Segundo Bittencourt (2003), essa discussão contribui para “[...] justificar ou compreender o papel e o significado de cada uma delas na definição dos novos currículos em processo de reelaboração”. (p. 15).

Chervel (1990) ao contextualizar historicamente o surgimento do termo disciplina escolar, afirma que seu uso é recente, surgido no final do século XIX:

Na realidade, essa nova acepção da palavra é trazida por uma longa corrente de pensamento pedagógico que se manifesta, na segunda metade do século XIX, em estreita ligação com a renovação das finalidades do ensino secundário e do ensino primário. Ela faz par com o verbo disciplinar, e se propaga primeiro como um sinônimo de ginástica intelectual, novo conceito recentemente introduzido no debate. [...] Logo após a I Guerra Mundial, enfim, o termo “disciplina” vai perder a força que o caracterizava até então. Torna-se uma pura e simples rubrica que classificava as matérias de ensino, fora de qualquer referência às exigências da formação do espírito. [...] Uma “disciplina”, é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento e da arte. (p. 64).

Para Chervel (1990), a concepção de disciplina escolar deve ser estudada historicamente, contextualizando o papel exercido pela escola em cada momento histórico. Esse autor defende a

autonomia do saber escolar, por considerar a escola como uma instituição de produção de saber próprio, não cabendo às disciplinas escolares a simplificação de metodologias e transposição de conteúdo. Para sustentar seus pressupostos Chervel (1990) “emprega os termos disciplina escolar ao se referir aos diversos níveis de escolaridade do ensino básico e disciplina acadêmica para o nível superior” (BITTENCOURT, 2003, p. 23).

Outro pesquisador que adota a concepção de André Chervel (1990), e que merece destaque nessa discussão é o autor inglês Ivor Goodson (1990), por apresentar abordagem bastante específica no emprego dos dois termos em situações de diferentes níveis, quando afirma que:

O grau de isolamento ou autonomia das matérias escolares pode ser visto, numa análise mais atenta, como estando relacionado aos estágios de evolução das matérias. Longe de serem derivadas de disciplinas acadêmicas, muitas matérias escolares precedem cronologicamente suas disciplinas-mãe: nessas circunstâncias a matéria escolar em desenvolvimento realmente causa a criação de uma base universitária para a “disciplina” de forma que professores secundários das matérias escolares possam ser treinados. (p. 235).

Segundo a concepção de Goodson (1990), o problema do emprego dos termos torna-se evidente quando direcionado para a identificação de níveis de ensino e sua composição, buscando entender que, dentro desse processo, há uma interação entre disciplina acadêmica e as matérias escolares, de modo que estes saberes se complementam.

Com base nessa abordagem, podemos dizer que a distinção no que se refere ao termo disciplina deve ser estudada dentro de um processo histórico, procurando entender a denominação de disciplina como uma forma de conhecimento oriundo da tradição acadêmica, e o termo matérias escolares, como uma nomenclatura usada para se referir às escolas primárias e secundárias (GOODSON, 1990).

Acerca desse apontamento, Bittencourt (2003) destaca que essa preocupação em definir disciplina escolar ou matéria escolar não é por acaso, esse interesse entre os pesquisadores se manifesta no decorrer dos anos oitenta e está atrelado a outras concepções ligadas a essa temática, como escola, métodos pedagógicos, formação de professores, formas de aprendizagem, entre outras.

Corroborando com essa discussão, Lopes e Macedo (2011) analisam as investigações de Goodson que, “[...] busca entender a constituição sócio-histórica das disciplinas, as razões da estabilidade da organização disciplinar no currículo e as mudanças que ocorrem com o passar do tempo nos conteúdos disciplinares e nas disciplinas elencadas para o ensino [...]”. (p. 117).

Conforme Lopes e Macedo (2011), para compreender a evolução das disciplinas escolares, Goodson considera o modelo de Layton nos estudos das ciências naturais que define três estágios de evolução de uma disciplina escolar.

[...] No primeiro estágio, uma disciplina é introduzida no currículo escolar com base em argumentos de pertinência e de utilidade social. [...] No segundo estágio, começa a se estabelecer certa tradição acadêmica para a disciplina e inicia-se o processo de formação de especialistas que passam a atuar como professores. [...] No terceiro estágio, a disciplina passa a contar com um corpo de professores treinados e um conjunto de regras e valores estabelecidos. [...] (p. 118).

Diante dessa colocação, vários estudos brasileiros questionam a forma linear apresentada no modelo de Layton e atentam para o rompimento desta abordagem, alegando as trajetórias distintas das disciplinas, embora esses estudos considerem a utilidade do modelo de Layton no processo de análise das disciplinas escolares quanto “[...] introdução de uma disciplina no currículo está vinculada a finalidades pedagógicas e utilitárias, mas sua consolidação depende de sua vinculação a uma tradição mais acadêmica.” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 119).

Dentre as concepções e proposições difundidas nesse período, enfocamos uma concepção que se tornou bastante difundida, a de “transposição didática” (BITTENCOURT, 2003), cujo principal representante é o francês Yves Chevallard. Nas palavras de Bittencourt (2003):

Para chegar à concepção da *transposição didática*, Chevallard parte do princípio de que a escola é parte de um sistema no qual o conhecimento se insere pela mediação da *noosphère*, uma esfera de agentes sociais externos – inspetores, autores de livros didáticos, técnicos educacionais, famílias – que garante o fluxo dos saberes. Essa perspectiva possibilita explicar a necessidade de estabelecer a relação entre saber erudito ou científico e saber ensinado, termos-chave para o entendimento da *transposição didática* porque cabe à didática evitar o distanciamento entre a produção científica e o que deve ser ensinado. Consequentemente, a didática tem por objetivo fundamental criar formas de transpor o conhecimento científico para a escola da maneira mais adequada possível. (p. 24).

Segundo essa concepção, pode-se afirmar que a disciplina escolar parte de um sistema em que seu conhecimento é produzido por agentes externos ao espaço escolar, que depende do saber científico para chegar à escola vulgarizado pela mediação da didática. Dessa forma, podendo considerar a existência de uma hierarquia de conhecimento superior sendo adaptado por meio de técnicas para o conhecimento inferior de saber escolar. Para Chevallard, essa *noosfera* “[...] É a instância onde são pensadas e prescritas as práticas pedagógicas e os conteúdos de ensino. Como instância social, não é composta exclusivamente por pessoas, mas pelas instituições às quais essas pessoas estão ligadas” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 98).

Para Lopes e Macedo (2011) ainda que essa discussão da perspectiva da transposição didática tenha transcorrido na França no campo da Didática, sobretudo nos anos de 1980, “[...]”

brasileiros se apropriam da teoria da transposição didática para afirmar o caráter produtivo do conhecimento e da cultura escolar” (p. 96). A concepção da transposição didática é defendida por Chevallard sobre as diferenças entre o saber sábio ou epistemológico produzido no campo científico e o conhecimento ensinado na escola. Para Chevallard, a transposição didática diz respeito a transição de conhecimento como um instrumento do saber a ser ensinado e aprendido, e que dessa maneira não seria considerado um erro.

Corroborando com a discussão sobre a transposição didática, Marandino (2004), ao se referir como ocorre o processo dessa teoria, entende que para Chevallard “os conteúdos de saber designados como aqueles a ensinar são verdadeiras criações didáticas, suscitadas pelas necessidades do ensino. Esse trabalho de transformação de um objeto de saber de ensino é o que chama de transposição didática.” (p. 98). E considera, Lopes e Macedo (2011) que essa abordagem “[...] é desenvolvida pela inserção do conhecimento acadêmico no contexto pedagógico [...]” (p. 120).

Os debates na área da educação acerca da transposição didática vêm ocorrendo, principalmente no ensino de Ciências e de Matemática. Entretanto, essa concepção tem sido recorrente às críticas, por estas considerarem o saber científico como uma forma de conhecimento descontextualizado do seu processo histórico de criação e da prática escolar e por valorizar a hierarquização desses saberes dentro do mundo do conhecimento (MARANDINO, 2004).

Em uma compreensão oposta às ideias de Chevallard, pesquisadores como francês André Chervel (1990) e o inglês Ivor Goodson (1990) defendem que as disciplinas escolares não se constituem pela hierarquia de saberes. Para esses autores, essa discussão é bem ampla, cuja compreensão de disciplina escolar associa-se ao conjunto de fatores entre o conhecimento acadêmico e o escolar.

Desse modo, compreendemos a ideia de disciplina escolar como conhecimento autônomo que não despreza as contribuições dos conhecimentos constituídos das disciplinas de referências, ou seja, se dá a partir das relações de integração de conhecimento acadêmico e o saber produzido pela escola no interior de uma cultura escolar (CHERVEL, 1990; BITTENCOURT, 2003).

Segundo Cailtot (1990 *apud* MARANDINO, 2004), considerada a teoria da transposição didática problemática conforme é definida por Chevallard, “[...] parte do pressuposto que existe um saber que é único, não considerando que a produção de um programa novo é uma produção social de diferentes atores em jogo, que por sua vez vão compor a noosfera [...]” (p. 102).

Segundo a compreensão de Caillot (1990), o saber sábio não seria a única referência do saber

ensinado, defendendo a existência de saberes relacionados às práticas sociais que não se limitam à produção do saber acadêmico.

Como podemos perceber, essa crítica concernente à transposição didática, envolve o foco do debate sobre a complexidade do saber científico ou sábio entre diferentes áreas do conhecimento e sua forma peculiar do processo de produção acadêmico, ou seja, não cabe a generalização do conhecimento, pois o saber científico é constituído de conflitos nos campos disciplinares. Além disso, a consideração, o saber sábio e a legitimidade das práticas escolares como referências para constituição do saber escolar (MARANDINO, 2004).

Dada a aproximação dessas teorizações, consideramos que deixa de fazer sentido a ideia de que a produção do saber escolar depende unicamente de um determinado campo do saber científico para que haja a transmissão e o aprendizado de conhecimento na escola. Assim, nos dispomos a discutir com os autores que, ao longo da história da disciplina escolar, se preocuparam em problematizar suas concepções, seja na perspectiva de transposição didática ou pela perspectiva de conhecimento autônomo.

As pesquisas sobre as disciplinas escolares contribuem para um aprofundamento sobre a concepção de livro didático, e é nesse sentido que se torna necessário compreendê-lo em todas as suas dimensões, complexidade e os diferentes usos que professores e alunos fazem do material didático.

No próximo tópico, traremos breves considerações acerca do entendimento de livro didático com base em autores que versam sobre esse objeto de estudo.

1.3 Sobre o entendimento de livro didático

Entre os materiais didáticos que historicamente fizeram parte do espaço escolar, temos o livro didático, importante produto da indústria cultural da sociedade capitalista por ser disseminador de ideias em forma de conteúdos. De acordo com Bittencourt (2004) “Os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da tradição escolar de professores e alunos fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos” (p. 299).

Por isso, o livro didático se apresenta como indispensável ponto de apoio do professor em sala de aula na produção do planejamento de aula, na preparação das atividades, organização de exercícios e avaliações, pois, “[...] o professor escolhe-o, seleciona os capítulos ou partes dos

capítulos que devem ser lidos e dá orientações aos alunos sobre como devem ser lidos” (BITTENCOURT, 2004, p. 317).

Nessa perspectiva, considerando que livro didático pode ser visto como um instrumento normativo de legitimação curricular, o reconhecemos aqui como uma fonte histórica capaz de revelar traços dos mecanismos de reprodução e retransmissão de conhecimentos históricos, ou seja, um elemento da cultura histórica que permeia a construção do saber escolar. Todos esses aspectos são definidores do livro didático, como também evidenciam a complexidade das relações que se estabelecem entre esses elementos e os demais materiais que compõem a cultura escolar. Como também, “[...] além de contemplar a prescrição curricular oficial, constitui uma manifestação material e concreta do saber transformado para fins didáticos. [...] oferece um ordenamento aos conteúdos e sugere diversas atividades pedagógicas para se trabalhar tais conteúdos. [...]”. (WHO, 2003, p. 308).

O livro didático como objeto de pesquisa tem ampliado seu campo de investigação em diversos programas de pesquisa pelo mundo, e devido a multiplicidade que esse objeto representa para literatura escolar sua produção científica tem sido divulgada de várias maneiras, destacando-se publicações de tese, dissertações, artigos e discussões em encontros científicos.

Historicamente, a literatura escolar tem se mostrado importante e complexa porque ela se situa em questões diversas no processo educativo, seja como, a literatura religiosa, que dá início a literatura escolar com os livros laicos estruturados por pergunta e resposta; como a literatura didática, técnica ou profissional que avançou na instituição escolar; ou ainda, como a literatura de lazer, de caráter moral com objetivos de recreação ou de vulgarização (CHOPPIN, 2004).

Diante deste contexto, Choppin (2004) explica o dinamismo da pesquisa histórica como resultante da convergência de uma série de fatores:

[...] o crescente interesse manifestado pelos que se interessam pela história ou por historiadores profissionais em relação às questões da educação, área cuja demanda social se torna cada vez maior; o interesse de inúmeras populações em criar ou recuperar uma identidade cultural [...] o considerável progresso nas técnicas de armazenamento, tratamento e difusão de informações, técnicas que se mostram as únicas capazes de trazer soluções adequadas à gestão e à valorização de um volume de documentos tão considerável quanto o das produções escolares; a constituição de equipes ou centros de pesquisa e de redes científicas internacionais que se dedicam às questões específicas do livro e das edições didáticas; as incertezas em relação ao futuro do livro impresso e, particularmente, em relação ao papel que os livros didáticos (textbooks) desempenharão diante das novas tecnologias educativas (teaching media). (p. 552).

Diante do exposto, o autor nos aponta ainda que esses temas abordados pela pesquisa histórica devem-se também, “[...] a complexidade do objeto livro didático, a multiplicidade de

suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve [...]” (CHOPPIN, 2004, p. 552).

Nessa mesma direção, a historiadora Circe Bittencourt (2003; 2004; 2008) tem contribuído com estudos sobre o livro didático no Brasil, na perspectiva de compreender o livro como objeto histórico que faz parte da cultura escolar. Em seus estudos, Bittencourt (2008) faz uma reflexão sobre o papel do livro didático na construção do saber escolar como documento histórico que participa da constituição de uma identidade cultural de um povo, das concepções educacionais de uma época.

Segundo Choppin (2004), os estudos sobre livros didáticos têm revelado que eles exercem quatro funções essenciais, são elas: a função referencial, instrumental, ideológica ou cultural e a documental. De acordo com esse autor, essas funções dependem do ambiente sociocultural, da época, das disciplinas, dos níveis de ensino, dos métodos de ensino e das formas de utilização.

A função referencial em que o livro didático se constitui como suporte dos conteúdos educativos, sendo depósito dos conhecimentos e habilidades; a função instrumental, que se refere ao livro didático como instrumento para os métodos de aprendizagem através de atividades; a função ideológica ou cultural se caracteriza como documento de registro de identidade nacional e assume um papel político e cultural, e por fim, a função documental, por ser uma literatura escolar portadora de saberes e por ser utilizado como fonte de pesquisa (CHOPPIN, 2004).

Em suas investigações, Choppin (2004) entende que a pesquisa histórica sobre livros didáticos concebe duas abordagens distintas como categorias de estudo. Uma delas concebe o livro didático como um documento histórico, e se interessa pelos conteúdos difundidos no livro; e a outra, que procurando negligenciar os conteúdos dos quais o livro é portador, o considera como um objeto físico, por ser fabricado, comercializado, consumido e avaliado diante de determinado contexto. Essa distinção é notadamente sistemática, uma vez que as pesquisas de forma geral apresentam elementos variados das duas concepções, pois, em suas análises, os estudiosos pensam o livro como uma literatura escolar que abrange o caráter ideológico e detalhes da sua materialidade.

Corroborando com o autor acima supracitado, Bittencourt (2004) considera o livro didático um instrumento didático de fácil identificação e o distingue dos demais livros por ser tão familiar ao cotidiano escolar, embora “[...] trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo [...] (p. 301)”.

Pensando o livro como um produto cultural, Munakata (2003) concebe o livro como uma mercadoria que tem sua produção diretamente ligada aos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos. Sua produção e uso dependem, portanto, do contexto em que ele é produzido e utilizado nas dinâmicas escolares.

Nesse sentido, entendemos que o livro didático não é uma produção exclusiva, mas se torna um produto que se constitui a partir da atuação de agentes que fazem parte do processo de produção. É dentro desta visão de multiplicidade dos agentes envolvidos na produção do livro didático que os estudos sobre eles buscam pensá-los, desde sua concepção pelo autor até seu descarte pelo professor, bem como nas demais concepções que outras gerações podem atribuir ao livro (CHOPPIN, 2004).

Para Bittencourt (2004), o livro didático se configura:

Como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma *mercadoria* ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista. Constitui também um *suporte de conhecimentos escolares* propostos pelos currículos educacionais. Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático [...] é um *suporte de métodos pedagógicos*, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar [...] juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ainda ser entendido como *veículo de um sistema de valores*, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade (p. 301-302).

O que se pode perceber é que, na ótica dessa autora, o livro didático pode ser visto como mercadoria, ou seja, um produto do mercado editorial que segue a lógica das técnicas de fabricação e comercialização de interesses do mercado. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Munakata (2003) chama atenção para entendermos o livro também como um depósito dos diversos conteúdos educacionais provenientes das propostas curriculares e da produção histórica, pois constitui instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizagem dos diferentes níveis escolares.

Além disso, o livro didático é um instrumento pedagógico que integra os conteúdos e métodos de ensino que constitui uma disciplina escolar. Sendo, portanto, também um portador de sistemas de valores, de uma ideologia, de uma cultura, que podem ser explicitados nos conteúdos e saberes ideologicamente identificáveis (BITTENCOURT, 2004).

A partir disso, essa autora concebe o livro didático como um importante instrumento para construção do saber escolar, por propor a divulgação de conteúdo e método de acordo com a normatização estabelecida na ideia de educação de determinado contexto, na indicação de

proposta de abordagem de conhecimento na produção de livro didático a ser propagado pela escola.

Segundo Bittencourt (2008), o livro didático também pode ser concebido em diferentes níveis de escolaridade na indicação da etapa de aprendizagem de forma adequada à faixa etária que serviria para os alunos, seguindo a proposta dos programas curriculares estabelecidos para instrução de conhecimento fundamental em cada nível de ensino específico.

Assim, o livro didático também é concebido como objeto de controle e vigilância pelas autoridades educacionais, sendo criadas normas para estabelecer a regulamentação da adoção ou proibição sobre o livro didático a ser utilizado na escola, evitando a produção didática de forma incorreta com problemas de impressão do material, informações desatualizadas das novas abordagens científicas e textuais na forma de apresentação do conteúdo e a distorção dos valores e morais de sua época.

Dessa forma geral, podem-se constatar avanços nas pesquisas sobre a produção didática brasileira, apontando que as análises sobre os livros didáticos têm superado o predomínio de investigações dos conteúdos escolares numa perspectiva ideológica e abordagens sobre a indústria cultural, caracterizando-a como forma de controle do Estado. Entretanto, esse fato é importante, mas não se impõe privilegiado na compreensão da produção didática, de modo que o aspecto ideológico foi sendo acrescido de outros aspectos referentes aos livros didáticos, como as articulações entre conteúdo e livro didático como mercadoria, no aspecto das relações entre conteúdo escolar e métodos de aprendizagem expressos no livro didático (BITTENCOURT, 2004). Munakata (1997) adverte-nos, no entanto, que a ausência de informações de recenseamento da produção didática e paradidática brasileira tem ocasionado alguns problemas como plágio de publicação didática envolvendo autores, editoras e revisores.

Nesse sentido, o livro didático neste trabalho será visto como material escolar carregado de vestígios sobre o ensino, sendo meio para revelar aspectos dos saberes produzidos em um determinado momento histórico (BITTENCOURT, 2004). Entendemos ainda, que ele é uma mercadoria (MUNAKATA, 2003) e, como tal, é dependente das condições sociais, materiais e culturais de uma determinada sociedade.

Na tentativa de desvendar marcas da educação geográfica regional de Alagoas, no capítulo a seguir, enfocaremos nossas análises acerca do autor Ivan Fernandes Lima, apresentando a trajetória desse sujeito, evidenciando seu lugar social e os conhecimentos geográficos por ele elaborado no campo da Geografia de Alagoas.

CAPÍTULO 2 – O SABER GEOGRÁFICO: o legado de Ivan Fernandes Lima para a Geografia escolar e a Geografia acadêmica de Alagoas

A partir da segunda metade do século XX, pode-se observar que a produção científica da Geografia de Alagoas é marcada pela trajetória profissional e as propostas de estudos do professor Ivan Fernandes Lima que contribuíram para a Geografia escolar e a Geografia Acadêmica, pelo desenvolvimento de pesquisas pioneiras sobre os aspectos geográficos alagoanos, tendo como base os estudos regionais/locais e a elaboração do mapeamento do estado de Alagoas. Desta feita, o professor Ivan Fernandes Lima se tornou um profundo conhecedor da Geografia Alagoana, dando início a sua produção intelectual e participação no debate do ensino da geografia, conforme podemos observar no tópico a seguir.

2.1 Trajetória de Ivan Fernandes Lima na Geografia alagoana

Ivan Fernandes Lima (1927-1995), nascido em 27 de dezembro de 1927, na cidade de Murici, localizada na zona da mata do Estado de Alagoas, filho de José Fernandes Lima e Florinda Xavier de Lima, teve sua formação bastante movimentada. Na educação básica, frequentou a escola em Murici, vindo morar em Maceió onde estudou em colégios da capital e depois em Recife, quando finalmente concluiu o curso secundário em Maceió.

Em relação a sua formação acadêmica, até mesmo seu curso de Direito foi dividido entre Maceió e Recife, concluído em 1952, que não chegou a exercer. Entretanto, por ser um observante da natureza, decidiu formar-se em Bacharelado e Licenciatura em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia de Pernambuco no Recife, concluindo em 1957⁶. Durante sua graduação, realizou estágio de Geomorfologia, sob a orientação dos Professores: Francis Ruellan, em 1954 e Assis Nacib Ab' Saber, em 1955, sendo promovido pela Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tri-Centenário da Restauração Pernambucana e Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Secção Regional de Pernambuco. Logo, passou a se dedicar ao ensino de Geografia no Recife, onde lecionou a disciplina: *Geografia Geral e do*

⁶ A *Gazeta de Alagoas* destacou O legado de Ivan Fernandes Lima - Ao grande mestre Ivan, com carinho, descreve-se o professor Ivan Fernandes Lima como um homem que se dedicou a educação, e que considerava a Geografia uma admiração. In: **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p.1, 03 out, 2009.

Brasil e a disciplina *História Geral* no curso pré-vestibular mantido pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, em 1956⁷.

Neste contexto, evidenciamos que Ivan Fernandes Lima teve o privilégio de ser aluno de professores franceses, tendo a oportunidade de sair para estudo de campo com Berroux. Além desse, podemos destacar outros professores que contribuíram muito em seu conhecimento como: Gilberto Osório de Andrade, Francis Ruellan, Hilton Sette, Mario Lacerda de Melo, Manoel Correia de Andrade, Tadeu Rocha e Jean Tricart. (SILVA; SANTOS, 2012). Outra personalidade importantíssima na Geografia brasileira que marcou muito o professor Ivan Fernandes Lima, foi o professor Aziz Nacib Ab' Saber, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP. Conforme podemos acompanhar nas fotografias 1 e 2:

Figura 1: Fotografia em aula de campo em Pernambuco



Fonte: Arquivo pessoal de Ivan Fernandes Lima (2012).



Verso da figura 1

O Pintor Abelardo da Hora está junto ao prof. Tadeu Rocha – junto a I F. Lima. Turma de Geografia da Faculdade de Filosofia de Pernambuco 1956, fazenda do Sr. Gerson em Águas Belas. Visita aos índios Fulvios, sob orientação do prof. Estevão Pinto, o penúltimo à esquerda

⁷ Arquivo pessoal do professor Ivan Fernandes Lima.

de quem olha a foto. Vê-se ainda os profs. Tadeu Rocha, junto a I F Lima e atrás a Manoel Correia de Andrade.

Figura 2: Fotografia de formatura do professor Ivan Fernandes Lima



Fonte: Arquivo pessoal de Ivan Fernandes Lima (2012)

Formado, Ivan Fernandes Lima foi contratado pela Petrobras, em Maceió, para trabalhar como técnico na área de Cartografia, onde permaneceu por cinco anos, adquirindo, assim, um conhecimento básico que executou no campo e posteriormente contribuiu no desenvolvimento de estudo de cunho científico. Nesse período, conviveu com muitos geólogos ingleses e americanos, além do colega geólogo e professor Abel Tenório em viagens de trabalho de campo realizadas a bordo de uma antiga Rural e depois de um jipe, onde percorreu todos os recantos dos municípios alagoanos.

Assim, Ivan Fernandes Lima aproveitou o tempo em que participou no levantamento de campo dos trabalhos da Petrobras, e aprofundou os estudos de Geografia, ao mesmo tempo em que observou paisagens e coletou dados para futuras pesquisas. Contudo, o que podemos destacar sobre Ivan Fernandes Lima é sua capacidade descritiva e interpretativa de geógrafo erudito, com base em alguns conceitos característicos da Geografia Física que permitiu-lhe a

observação e explicação da realidade da paisagem, explorando as condições naturais e fatos geohistóricos em Alagoas, inspirando-se pelo incentivo do professor Aziz Nacib Ab' Saber.

Em paralelo a sua atuação na Petrobras, Ivan Fernandes Lima organizou o estudo intitulado, *Maceió a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano*, sendo a tese defendida quando foi admitido por concurso público em 10 de janeiro de 1966, como professor catedrático de Geografia do Brasil do Colégio Estadual Liceu Alagoano.

Após sair da Petrobras, Ivan Fernandes Lima lecionou a disciplina Geografia em diversos colégios na área privada de Maceió, a exemplo do Colégio Batista Alagoano e do Colégio Imaculada Conceição, como também, passou a ministrar aulas no curso de suficiência⁸, de Geografia de Alagoas entre 1965 a 1968, a partir da criação de ginásios, na Escola de Comércio e em cursos de Formação de Professoras Primárias em municípios do interior e na capital, através da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - CNEG, instalada em Alagoas por intermédio do Padre Teónafes Augusto de Araújo Barros (1912-2001)⁹.

A CNEG instala-se em Alagoas, logo depois de sua criação em Pernambuco, na década de 1940, no sentido de atender aos jovens que interrompiam os estudos depois de ter concluído o ensino primário, contava-se com assistência de profissionais com ensino superior como: advogados, médicos, agrônomos e padres, sendo a CNEG em seguida denominada de Campanha Nacional de Educandários da Comunidade - CNEC. (VERÇOSA, 2006).

Diante da realidade de carência de professores, procedeu-se a necessidade de promover o ensino secundário através de um magistério de emergência no Brasil, recrutando professores por exames de suficiência, sendo instituído pelo decreto-lei nº. 8777, de 22 de janeiro de 1946. De acordo com esse decreto, o candidato aprovado tinha o direito de lecionar nas regiões onde não houvesse professores habilitados por faculdade de filosofia. Com a portaria ministerial nº 115, de 20 de abril de 1955, foram estabelecidas instruções relativas à realização de exames de suficiência entre os quais, seriam promovidos cursos intensivos com o objetivo de orientação de

⁸ Os “cursos de suficiência”, como o próprio nome sugere, eram oferecidos aos professores sem formação específica para o exercício do magistério, muito deles, inclusive, sem qualquer curso superior, no intuito de minimizar os efeitos da sua falta de preparação para o ensino, havendo, também, os “exames de suficiência”, que funcionavam como os exames supletivos de hoje, só que destinados à expedição de licença para o exercício do magistério. (VERÇOSA, 2001, p. 176).

⁹ Natural de São José da Laje - Alagoas veio para Maceió com o objetivo de forma-se como sacerdote pela Faculdade de Filosofia de Alagoas. Teve destaque através de suas ações empreendedoras no campo da educação em Alagoas, no ensino secundário, com a fundação do Colégio Guido de Fontgalland, em 1939, sua participação ativa na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - CNEG, e no ensino superior com a fundação da Faculdade de Filosofia, em 1952 e da Fundação Jayme de Altavila, em 1974. (SATÍRIO, 2009).

candidatos. Esses cursos seriam realizados pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, nas décadas de 1950 e 1960. (PINTO, 1997).

Contudo, entendemos que a CADES não se constituiu de forma isolada, surgiu em meio ao contexto em que a sociedade brasileira passava por intensas modificações no campo econômico, político, cultural e educacional, ocasionadas por medidas adotadas pelo presidente Getúlio Vargas, que tinha como principal meta a modernização do país. Dessa forma, a CADES foi criada pelo Decreto nº 34.638, de 17 de novembro 1953, com o objetivo de elevar o nível de ensino secundário, bem como difundi-lo, diante da necessidade de professores que se propunham ao ensino secundário nos ginásios oficiais e equivalentes, sendo habilitados por faculdade de filosofia, sendo concentrada em cidades da capital ou em grandes centros urbanos¹⁰.

Em Alagoas, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES, assim como em outros Estados, foi ofertada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alagoas¹¹, também fundada pelo Pe. Teófanés de Barros, em 1952. Segundo Verçosa (2001), essa faculdade passou a ofertar “cursos determinados pelo currículo escolar do ensino médio, para, logo em seguida, implantar também a Didática e a Pedagogia indispensáveis à integralização do currículo de formação de professores” (p. 175). O professor Ivan Fernandes Lima lecionou Práticas de Ensino de Geografia durante três etapas do curso da CADES de formação de professores secundários, entre 1966 e 1967¹².

Conforme Costa (2004), com a federalização de faculdades preexistentes¹³, dentre elas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi criada a Universidade Federal de Alagoas, em 25 de janeiro de 1961, através do decreto-lei nº 3.867. Neste contexto, os professores da universidade eram filhos de pessoas da classe alta de Maceió que concluíam os estudos nos Estados de Pernambuco e na Bahia e eram convidados para ensinar no ensino superior, a

¹⁰Cf. VEIGA, 2007.

¹¹Foi criada por iniciativa do Cônego Teófanés Augusto de Barros, um dos luminares da educação no Estado de Alagoas, foi implantado o então curso de Geografia e História, reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, em 24 de dezembro de 1954. (COSTA, 2004).

¹²Pode-se supor que a CADES tenha desaparecido no bojo da “Reforma administrativa” do serviço público do Brasil, desencadeada pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, complementado pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969. (PINTO, 1997, p. 7).

¹³A criação, ao longo da década de 50, na capital do Estado, pela iniciativa privada, de 7 Faculdades - Medicina, Filosofia, Economia, Engenharia, Serviço Social e duas de Odontologia - que irão se juntar à sobrevivente Faculdade de Direito [...]. (VERÇOSA, 2006, p. 152).

exemplo dos cursos de: Direito, Medicina e Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Nesta primeira etapa, destacam-se no curso de Geografia, na Universidade Federal de Alagoas - UFAL, as muitas figuras que formavam o corpo docente da época, Miran Marroquim de Quintella Cavalcanti, José Silveira Camerino, Maria Teônia de Barros, Ivan Fernandes Lima, Yole Valença Padilha, Flávio Rocha, Abel Tenório Cavalcante, Antônio Mário Mafra e Milton Leite Soares. Esses profissionais apresentavam tamanho nível intelectual e formaram as primeiras gerações de professores de Geografia no Estado, ganhando credibilidade na região nordeste. (COSTA, 2004)¹⁴.

No decurso da criação das universidades, os cursos de formação de professores de caráter regular e os cursos de suficiência fariam parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Segundo Costa (2004) “com a reestruturação da UFAL, através do Decreto nº. 61. 897, de 13 de dezembro de 1967, foram criados os Institutos Centrais e as Faculdades, o curso de Geografia passou a fazer parte do Instituto de Geociências [...]”. (p. 16). Por conseguinte, a partir da implantação da Lei 5.540, de 1968, estabelecida no período da ditadura militar no país, passara-se a ampliar a formação de professores pelos novos departamentos criados por aquela lei. (VERÇOSA, 2001).

Ainda em 1966, na Portaria nº 190 de 6 de junho, o então governador do Estado de Alagoas, Luiz Cavalcante designou o professor Ivan Fernandes Lima, para compor o Diretório Regional de Geografia de Alagoas. Neste contexto, na condição de secretário executivo¹⁵ desse órgão, Ivan Fernandes Lima teve a incumbência de representar o Estado de Alagoas, na XXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizada no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1966. Na ocasião, o professor Ivan Fernandes Lima apresentou um relatório¹⁶ dos trabalhos realizados pelo Diretório Regional em parceria com a Secretaria de Aviação e a Secretaria de

¹⁴ Nesse bojo, o curso de Geografia, da Universidade Federal de Alagoas apresentava-se em auge de demanda de alunos, diante do corpo docente que integrava o curso, como também faziam parte da elite intelectual da sociedade alagoana da época.

¹⁵ Destacamos que dentre as atribuições ocupadas pelo professor Ivan Fernandes Lima, também podemos evidenciar que tornou-se sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, em 1968 sucedendo a cadeira de Otávio Brandão autor do clássico *Canais e Lagoas*, em 1919. E, sobretudo participou no curso de *Geografia para Professores do Ensino Superior*, sendo promovido pelo IBGE, através do Conselho Nacional de Geografia, no Rio de Janeiro, em 1967.

¹⁶ JORNAL DE ALAGOAS, p. 3, 1963.

Educação do Estado de Alagoas, juntamente com um novo mapa de Alagoas e mapas municipais, sobretudo um estudo sobre nova proposta de divisão regional e uma fisiografia de Alagoas.

Em 1971, ocorre o primeiro concurso público da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, sendo ofertadas quatro vagas para professores do curso de Geografia, dentre os candidatos que concorreram essas vagas estava o professor Ivan Fernandes Lima, que ingressou como professor no Departamento de Geociências, vinculado ao Centro de Ciências Exatas e Naturais - CCEN na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. De acordo com o processo de reestruturação interna na UFAL¹⁷, o curso de Geografia manteve-se ligado à área de Geociências, permitindo a consagração das linhas de pesquisa do curso ao longo do tempo. Para tanto, vale ressaltar que o curso de Geografia se encontra inserido no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA, conforme a última reestruturação realizada em 2005-2006, nessa universidade.

Em suas atividades como professor do Departamento de Geografia, Ivan Fernandes Lima exerceu um regime de trabalho de vinte horas, sendo titular das disciplinas: *Geografia Física: I, III, IV e V* e *Geografia Regional de Alagoas e do Nordeste*, no período de 1971 a 1990. Dentre suas atribuições, proferiu conferência sobre *Alagoas* no Projeto Rondon do Ministério do Interior, em 1971; coordenou estudos de pesquisa em relação à temática *Problemas Brasileiros* aos formandos da UFAL, a partir de 1972, e ainda ministrou o curso de *Geomorfologia do Brasil* aos professores do Departamento de Geografia e outras áreas da UFAL, em 1974¹⁸.

Além dessas atividades, o professor Ivan Fernandes Lima se envolveu em outras atividades acadêmicas, entre elas: examinador em bancas de concurso público para admissão de professor do curso de Geografia na UFAL; seleção de monitor de disciplina da graduação; suplente do colegiado do curso de Geografia; representante dos adjuntos no Departamento de Geografia - Centro de Geociências (1976); e ministrou aulas de campo, em diversos municípios

¹⁷ Na década de 70, mais precisamente com os Decretos nos 70. 516, de 12 de maio de 1972; 74.429, de 4 de janeiro de 1973; e 73.970, de 22 de abril de 1974, ocorreu uma redefinição da estrutura administrativa da UFAL, quando optou-se pela alternativa de Centros e Departamentos. [...]. (COSTA, 2004, p. 16-17).

¹⁸ Enfatizamos que o professor Ivan Fernandes Lima juntamente com a professora Iza Lisboa, do então Departamento de Geografia - UFAL, realizaram um curso de aperfeiçoamento em *Geomorfologia do Brasil*, na Universidade de São Paulo - USP, em 1973, sob a orientação do professor Aziz Nacib Ab' Saber.

do interior do Estado de Alagoas como: São José da Laje, Santana do Ipanema, Ouro Branco, Arapiraca, Novo Lino, Batalha e na região da Bacia Leiteira. (SILVA; SANTOS, 2012).

Em algumas oportunidades, as aulas de campo ministradas pelo professor Ivan Fernandes Lima não ficavam restritas aos alunos da graduação, pois os colegas professores do curso de Geografia o acompanhavam, como também os professores que vinham à Alagoas ministrar ou participar em atividades como: bancas, cursos de extensão ou encontros científicos promovidos pelo Departamento de Geografia da UFAL.

Por volta do início da década de 1970, o então governador do Estado de Alagoas, Afranio Lages, através da portaria nº 38 de 04 de fevereiro de 1972¹⁹, resolve colocar Ivan Fernandes Lima, então professor catedrático lotado no Colégio Estadual de Alagoas, à disposição da Secretaria de Planejamento de Alagoas - SEPLAN/AL. De modo que o professor Ivan Fernandes Lima, passou a atuar na condição de geógrafo no trabalho técnico em apoio às ações do governo do Estado de Alagoas.

Dessa forma, Ivan Fernandes Lima tornou-se chefe de excursões realizadas pela SEPLAN/AL para o levantamento de informações geográficas e econômicas dos municípios alagoanos. As pesquisas realizadas nos trabalhos de campo, posteriormente, resultaram na produção de conhecimento geográfico sobre Alagoas, sobretudo na elaboração de mapas do Estado, inclusive podemos destacar a colaboração do professor Ivan Fernandes Lima na atualização do *Mapa Político* e o *Mapa Hidro-orográfico*, ambos em escala de 1: 250.000 e o *Mapa Agroeconômico*, em escala de 1: 400.000.

Nesse contexto, caberia destacar a atuação dos geógrafos a partir da fundação do IBGE na década de 1930, tendo promovido a realização do mapeamento dos recursos naturais do país. Por conseguinte, podemos constatar a presença do trabalho do geógrafo em secretarias de Estado de planejamento, à medida que o país vivencia um processo de modernização, tendo em vista um processo de urbanização acelerado na década de 1950. Segundo Pontuschka (2007) “o planejamento econômico passou a ser visto como uma das saídas, com a aplicação de novas tecnologias. A realidade tornou-se mais complexa. A urbanização acentuou-se e formaram-se as áreas metropolitanas. [...]” (p. 118).

Por outro lado, a atuação dos geógrafos brasileiros em meio ao contexto sociopolítico vivenciado no país entre o final da década de 1950 e início de 1960, Vlach (2004), afirma que:

¹⁹ Conforme registro no arquivo pessoal de Ivan Fernandes Lima.

[...] a política propriamente dita não tardaria a ser substituída (e o foi) pelo planejamento, de sorte que a neutralidade e a imparcialidade foram alçadas a uma posição de primeiro plano, e os geógrafos, de maneira geral (excetuados os que atuavam como técnicos no planejamento), insistiram nos aspectos acadêmicos de sua ciência, afastando-se mesmo dos debates levados a cabo pelos estudiosos das demais ciências humanas. (p. 213).

Desse modo, destaca-se o distanciamento, por uma parcela dos geógrafos brasileiros, das problemáticas emergentes no país, sobretudo da questão da concretização de um espaço geográfico nacional, tendo em vista a desarticulação regional, mediante ao propósito de constituição de uma sociedade democrática em meio a imposição de um Estado forte e autoritário. (VLACH, 2004).

Na década de 1970, podemos evidenciar a ênfase para os problemas ambientais em decorrência da urbanização acelerada no país, sendo mais um espaço de atuação dos geógrafos em órgãos de meio ambiente. Nesse sentido, no âmbito de Alagoas, o órgão de meio ambiente foi fundado por meio da Lei Estadual n. 3543, de 30 de dezembro de 1975, inicialmente como Coordenação de Meio Ambiente - CMA, e estava atrelada à Secretaria de Planejamento, posteriormente com a Lei Estadual n. 4986, 16 de maio de 1988, passou a denominar-se, Instituto do Meio Ambiente do Estado Alagoas - IMA/AL²⁰. De modo que, podemos argumentar a respeito da colaboração do professor Ivan Fernandes Lima na realização de pesquisas sobre as características regionais e ambientais da Geografia de Alagoas²¹.

Entre o decurso das décadas de 1970 a 1990, podemos perceber que a produção do professor Ivan Fernandes esteve voltada principalmente para a elaboração de trabalhos de cunho científico, sobretudo por ingressar na universidade em que reverberou na produção de livros, mapas, projetos, relatórios técnicos e outras produções sobre Geografia de Alagoas, mediante o levantamento feito por meio de trabalhos de campo em Alagoas durante seu percurso pelas instituições públicas em que atuou, enfatizando-se a SEPLAN/AL.

Para tanto, ressaltamos que a produção didática e também as demais produções como os mapas organizados pelo professor Ivan Fernandes Lima tinham por base a proposta de divisão regional do Estado de Alagoas, por zonas fisiográficas. O que nos permite apontar que a divisão regional foi uma das preocupações dos estudos do autor, considerando que ele, como geógrafo

²⁰Em sua primeira modificação esse órgão ascendeu-se em status sob a forma de Autarquia Estadual, com personalidade jurídica de direito público, com autonomia patrimonial, financeira e operacional. Disponível em: <http://www.ima.al.gov.br/institucional/>. Acesso em: 18 jun. 2015.

²¹ Participação em vários trabalhos na área ambiental em Alagoas, a exemplo podemos destacar a elaboração do estudo *Guia do Meio Ambiente – litoral e o interior de Alagoas*, Projeto IMA-GTZ de apoio à Proteção Ambiental em Alagoas, 1995.

assessor do setor de regionalização da SEPLAN/AL participa das pesquisas técnicas para produção de relatórios, visando divulgar as propostas de regionalização do Estado de Alagoas e, por conseguinte, as ações do planejamento do governo estadual.

Dessa forma, as relações sociais estabelecidas entre o professor Ivan Fernandes Lima e o poder público, intermediaram sua remoção do cargo de professor de Geografia para atuação como geógrafo na SEPLAN/AL, o que possibilitou a apresentação de seus estudos com enfoque regional e de cunho didático, buscando-se apoio para elaboração desses estudos, voltando ao âmbito escolar e também ao âmbito acadêmico, sendo recorrente em suas obras agradecimentos ao apoio do governo do Estado de Alagoas. Embora, aposentado pela UFAL em 1990, o professor Ivan Fernandes Lima continuou desenvolvendo suas atividades de pesquisa acerca da Geografia, tendo retornado à universidade na condição de professor colaborador, até seu afastamento definitivo por problemas de saúde.

No próximo tópico, apresentamos uma discussão acerca das principais contribuições do professor Ivan Fernandes Lima no âmbito da produção didática e acadêmica de Geografia de Alagoas.

2.2 Contribuições para a produção didática e acadêmica

Em nossas análises, no tópico anterior, buscamos a recuperação do perfil da vida e trajetória do professor Ivan Fernandes Lima a partir de suas relações sociais e espaços percorridos em instituições de ensino escolar e no ensino superior em Maceió - Alagoas, além de outras instituições públicas, dando-se ênfase à Secretaria de Planejamento de Alagoas, onde sua atuação teve expressão, principalmente nos estudos de campo e elaboração do mapeamento do Estado, embora, em nosso estudo, não tenhamos como objetivo a exaltação do professor Ivan Fernandes Lima e sua obra, nem tampouco ocultar-se as relações políticas que apresenta a sua participação na vida social alagoana.

Para tanto, consultamos as fontes nos arquivos públicos e arquivo pessoal do professor Ivan Fernandes Lima, assim como também as entrevistas concedidas por amigos professores, alunos e familiares de seu convívio. Desta maneira, foram recordados os fatos e estabelecidas representações a respeito dele. Nesse sentido, buscamos apoio no conceito de representação em Chartier (1990), que se apresenta em dois sentidos: “[...] por um lado, a representação como dando a ver coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo

que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. [...]”. (p. 20).

As representações estabelecidas basearam-se na recordação dos entrevistados contactados, por sua vez, constituído por um grupo de idosos²² que testemunharam sua aproximação com o professor Ivan Fernandes Lima ou uso de sua obra. A respeito da entrevista do idoso Bosi (2003), lembra que “nos idosos, as hesitações, as rupturas do discurso não são vazios, podem ser *trabalhos da memória*. Há situações difíceis de serem contadas já que parecem absurdas às próprias vítimas dela.”. (p. 64).

Diante do exposto, podemos constatar que alguns entrevistados demonstravam a fala emotiva no momento de recordação, sendo carregada de significados que de algum modo nos aproximam de respostas. Assim como, o esquecimento e a perda de memória de algum fato vivenciado no momento de responder, mas durante a fluidez da entrevista suas recordações aos poucos iam sendo ativadas em seus comentários pessoais, por vezes em elogios ou críticas sobre o professor Ivan Fernandes Lima e sua obra.

Desse modo, Thoppson (1992) destaca que “[...] é preciso grande destreza e um informante bem escolhido, para que se possa [...] conseguir um material extraordinário permanecendo “tranquilo e sem pressa”, dando ao informante “todo tempo que quiser para ir em qualquer direção...” [...]”. (p. 257). Além disso, enfatizam-se poucas perguntas considerando que “[...] essas poucas perguntas baseiam-se em longa experiência, associada a uma idéia clara, obtida antecipadamente, sobre o que cada um dos informantes pode relatar.” (p. 258).

Em relação à discussão sobre o conceito de autor, recorremos a Chartier (1990) que ressalta “[...] a “função autor” resulta, portanto, de operações específicas, complexas que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito. [...]”. (p.28). Nessa ótica, considera-se que a produção didática e acadêmica de Geografia de Alagoas desenvolvida pelo professor Ivan Fernandes Lima esteve ligada a sua carreira profissional e aos espaços por onde atuou em Alagoas.

Dessa forma, podemos assegurar com base nas fontes do arquivo pessoal do professor Ivan Fernandes Lima que sua produção científica teve início a partir de artigos publicados no

²² Em nossos processos de seleção dos entrevistados constatamos que a maioria apresentava idade superior a 70 anos.

*Jornal de Alagoas*²³, entre o período da década de 1960 a 1970, num total de 125 publicações. Em seus escritos, o autor trazia breves notícias concernentes a suas ideias sobre variadas temáticas discutidas na Geografia, a exemplo: Cultura, Economia, Ensino, Política, Natureza, Religião e Sociais.

Após o acesso e leituras dessas fontes, podemos constatar que 27 artigos de sua totalidade versavam sobre a temática de ensino de Geografia de Alagoas e outras questões inerentes ao ensino de forma mais abrangente, são elas: *Do ensino de geografia, A crise do currículo de geografia, A grande missão do curso primário, Do novo ensino de geografia, II - Do novo ensino de geografia, Geografia para quarta série ginasial, A crise do currículo de geografia vol. I, II, III, IV, V e VI, O conselho nacional de geografia e a geografia do curso secundário, Pelo departamento estadual de geografia, Cultura geográfica no curso pedagógico, Geografia de mestres e alunos, A missão da geografia na escola primária, O conteúdo da realidade geográfica, Novos aspectos da geografia e da universidade brasileira, A grande missão da geografia vol. I, II, III e IV, Aspecto do curso pedagógico, Um conceito educacional em geografia, A nova etapa da geografia e A geografia no curso pedagógico*²⁴.

Corroborando com essa discussão, ao escrever sobre o surgimento da imprensa pedagógica, no Rio de Janeiro na década 1890, Schueler (2005) destaca que possibilitou a publicação por membros envolvidos com educação pública ou privada, tendo o objetivo de envolver professores, autoridades de ensino e os pais dos alunos através do fortalecimento da estatização da profissão docente e a afirmação dos professores como classe profissional, por sua vez, constituindo em um veículo de comunicação e de debates entre os professores, as autoridades administrativas e as famílias.

Nessas publicações versavam não apenas questões referentes ao ensino, conforme Schuler (2005) destaca “[...] direito à instrução pública primária, os significados da escola para educação popular, o funcionamento e a modernização das escolas, as condições de trabalho docente, novos

²³O *Jornal de Alagoas* foi fundado em 31 de maio 1908 pelos irmãos Luiz e José Magalhães da Silveira, dos jornais publicados no estado de Alagoas, é o mais antigo, tendo sido incorporado à cadeia dos Diários Associados, em 8 de julho de 1936 (SANT’ ANA, 1987). Na época, *Jornal de Alagoas* foi dirigido por Arnaldo Jambo, tendo a sede da redação e administração na rua Boa Vista, no centro de Maceió - Alagoas, com gráfica própria iniciando com tipografia veiculando noticiário em geral e com matérias em destaque na capa, na segunda página apresentava uma coluna social e na terceira página vinha os editoriais podendo ser encontrado a publicação de artigos de colaboradores desse jornal. Atualmente, o *Jornal de Alagoas* encontra-se extinto, funcionou até meados do início da década de 1970 e foi absorvido pela Gráfica do Estado de Alagoas.

²⁴Fontes consultadas no *Jornal de Alagoas* em bibliotecas públicas em Maceió - Al.

métodos pedagógicos, os objetivos do ensino, o público-alvo das escolas, as disciplinas escolares [...]” (p. 382). Assim, nas queixas dos professores nos editoriais, evidenciavam-se as dificuldades, a precariedade das condições de materiais e o abandono do governo para instrução pública e com os mestres, sobre a situação vivenciada nas escolas primárias do Rio de Janeiro no período de 1870. (SCHUELER, 2005).

Nessa ótica, podemos compreender as ideias do professor Ivan Fernandes Lima sobre a Geografia de Alagoas, sobretudo a questão relacionada ao ensino de Geografia, inicialmente, através dos artigos do *Jornal de Alagoas* que forneceram pistas para melhor esclarecimento de suas relações políticas e sociais sobre o ensino de Geografia de Alagoas. Dessa forma, enfatiza-se que esses escritos do autor tiveram como cenário de discussões a instituição da Lei de Diretrizes e Bases nº 4024 de 1961 e sua aplicação que, por sua vez, ocasionam mudanças significativas no ensino do ginásio na época, reverberando nas normas dos estabelecimentos estaduais de ensino de Alagoas: Lei nº 2510/62, Decreto nº 1.089/63 e Resoluções nºs 4, 5, 6, 7 e 8 de 1964, do Conselho Estadual de Educação de Alagoas.

Diante dessas colocações, podemos considerar que os debates sobre o ensino de Geografia construído pelo professor Ivan Fernandes Lima através de registros de sua experiência como geógrafo e professor de Geografia em escola pública e particular, além de sua atuação no curso da CADES, para formação de professor, na Faculdade de Educação - Universidade Federal de Alagoas, contribuíram para produção didática do ensino de Geografia de Alagoas. Tendo em vista, que tínhamos outras obras de cunho didático de autores como de Craveiro Costa e Thomas Espindola que versavam sobre a Geografia de Alagoas baseados na descrição da paisagem, mas não havia uma preocupação de um trabalho científico²⁵.

No início da década de 1970, podemos constatar que foi a fase da produção científica do professor Ivan Fernandes Lima, a partir de seu ingresso na UFAL, pelo seu envolvimento e engajamento na produção de conhecimentos geográficos em Alagoas, sobretudo na realização de pesquisas através de estudos de campo e, conseqüentemente, havendo o aumento de sua produção científica. Nesse sentido, destacamos suas principais contribuições para a produção científica da Geografia de Alagoas, tendo em vista a amplitude de trabalhos científicos desenvolvidos pelo autor, a exemplo de: livros, mapas, artigos, relatórios e demais trabalhos.

Ao integrar o corpo docente da universidade, o professor Lima:

²⁵ Palestra em comemoração aos **60 anos do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas: qual a sua contribuição na formação da sociedade alagoana?**, por COSTA, J. de A., professora aposentada do extinto GEM - UFAL, Maceió, 10 de novembro de 2014.

[...] criou na universidade uma mentalidade de Geografia não ser uma ciência decorativa, não ser apenas conhecedor de nomes de rios e de regiões, realmente era um geógrafo de destaque no sentido didático, um exemplo não apenas informar os ambientes geográficos, ele soube explicar as coisas que a gente via no campo, a formação de relevo, a formação do rio, a formação das bacias sedimentares, entendeu! [...] ²⁶.

Destacou-se também que o professor Ivan Fernandes Lima foi um profundo conhecedor da geomorfologia e produziu um acervo de mapas do Estado de Alagoas desenhado pelo autor nos trabalhos de campo pela localização, observação e analogia da paisagem. Na obra, *Maceió a cidade restinga - contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano*²⁷ realizou a classificação do relevo de Maceió - Al em três níveis, o nível da praia que é o nível mais baixo, tem o nível do terraço que começa na Igreja Catedral e vai até o Teatro Deodoro que é o segundo nível e o outro o terceiro nível é o tabuleiro.”²⁸. Nesta obra, percebe-se uma vasta literatura e detalhamento de informações no qual justifica a origem das lagoas Mundaú e Manguaba e sua realidade geomorfológica da mais importante região lagunar de Maceió.

Com base nos estudos de Ivan Fernandes Lima, Costa (2012) afirma que:

[...] analisando o fechamento do estuário do rio Mundaú por uma barra arenosa (restinga) que deu origem à atual laguna. Nessa barra arenosa desenvolveram-se quatro bairros de Maceió: Prado, Ponta Grossa, Vergel do Lago e Pontal da Barra. Foi a observação desse fenômeno natural pelos nativos que deu nome à cidade, Maceió, palavra de tradição, indígena, oriunda da palavra Maçai-o-g ou Maçai-o-k, que significa o que tapou o alagadiço²⁹.

Nesse estudo, apresenta-se a evolução do sítio urbano da capital das Alagoas, reunindo informações da literatura acerca da geologia estrutural e da geomorfologia, além de conhecimento técnico sobre a bacia sedimentar costeira alagoana a partir da organização de blocos diagramas e mapas representando a região lagunar. Por meio desse trabalho, o professor Ivan Fernandes Lima garantiu reconhecimento pelo seu aprofundamento em explicar a evolução lagunar, sendo um dos mais significativos trabalhos de toda a sua trajetória intelectual, asseverando-lhe a qualidade de geógrafo.

²⁶Professor 2, entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014.

²⁷ Prefácio pelo professor Aziz Nacib Ab' Saber, sendo a primeira edição deste livro pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos, em 1961; reeditado pela EDUFAL, em 1990 e a terceira edição na Coleção Pensar Alagoas pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, em 2010.

²⁸Sobre a classificação do relevo de Maceió ver LIMA, I. F. **Maceió a cidade restinga – contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.

²⁹ Orelha da obra por COSTA, J. de A. In: **Maceió a cidade restinga – contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Cepal, 2010.

O professor Ivan Fernandes Lima ampliou seus estudos sobre a Geografia de Alagoas em outras regiões do Estado, “ele foi quem criou o termo *bacia*! ainda hoje ainda útil, a parte que separa a barreira do cristalino, *Bacia Periférica* une o barreira e o cristalino, formando vale [...], e várias outras coisas no sertão, [...] ele deu contribuição.”³⁰. Além dessa, obra pode-se destacar, *Geografia de Alagoas*, de caráter didático já mencionado no corpo do trabalho, tendo como objetivo fazer uma introdução aos estudos regionais do Estado de Alagoas.

[...] desenvolveu todo mapeamento geomorfológico do Estado de Alagoas, produzindo o livro *Geografia de Alagoas*, ele não somente fez aquele livro, inclusive delimitou vários municípios onde havia litígio, entendeu! ele as vezes era chamado pelas prefeituras para definir os limites dos municípios, além disso, ele contribuiu na parte da Geografia Humana, Geografia Física [...] ³¹.

Nesse contexto, podemos destacar que a obra *Organização espacial do Estado de Alagoas*³² esboçou a origem e a evolução do Estado de Alagoas, e desenvolveu uma metodologia para o mapeamento do território alagoano, a partir de seus principais pontos de povoamento no período em que Alagoas era então colônia de Pernambuco e, por conseguinte, o desmembramento do território alagoano e o surgimento dos municípios, explicando os fatos históricos, geográficos e políticos desse processo.

Dessa forma, entende-se que essa obra do professor Ivan Fernandes Lima colaborou nos estudos científicos, sobretudo na área humanística que versa sobre a abordagem histórica do espaço geográfico alagoano. Vale destacar, ainda, que o mapeamento desenvolvido nessa obra constituiu-se de base cartográfica para realização de novos estudos, utilizando recursos tecnológicos, a exemplo de geoprocessamento para atualização das informações primárias disponibilizadas pelo professor Ivan Fernandes Lima ³³.

Por outro lado, pode-se constatar críticas em relação à metodologia de organização do mapeamento apresentado pelo professor Ivan Fernandes Lima nesta obra, pois à medida que ocorria o desmembramento dos municípios, o autor representava este processo de forma separada em cada mapa, ou seja, não considerava os municípios já existentes que foram expostos incorporados com os novos municípios no mesmo mapa. Todavia, acreditamos ser um estudo

³⁰Professor 2, entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014, op. cit.

³¹Idem, entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014.

³²LIMA, I. F. **Organização espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, 1992.

³³Sobre o mapeamento por geoprocessamento, ver Costa, J. de A., Nascimento, A. L. do. Organização do espaço geográfico do Estado de Alagoas. In: **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. – Maceió: Edufal, 2004, p. 173-189.

pioneiro, num momento em que o autor não dispunha de recursos da cartografia digital para elaboração do mapeamento por ele apresentado, criando a base para novos estudos geográficos.

Dentre as contribuições do professor Ivan Fernandes Lima, destaca-se:

[...] grande contribuição que ele deu nesse projeto do CNPq, chamado *delimitação e regionalização do Brasil semi-árido*³⁴, ele foi quem delimitou realmente a linha que divide o semiárido de Alagoas, que separa a região do semiárido do resto do Estado, baseou-se na isoietas de 500 para 600, eu não mim lembro, ele gostava de climatologia, entendeu!”³⁵.

Nesse contexto, o estudo pretendeu delimitar a região do semiárido em cada Estado do Nordeste brasileiro, sendo desenvolvido pelas universidades do nordeste conveniadas com o projeto e em parceria com as instituições, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Haja vista que neste período existiam várias delimitações do semiárido, a exemplo a do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, sendo de interesse político e econômico de várias instituições a delimitação do semiárido³⁶.

Outra obra que podemos mencionar *Estudos Geográficos do Semiárido Alagoano: bacias dos rios Traipu, Ipanema, Capiá e adjacentes*³⁷, delimitou-se três bacias hidrográficas do semiárido alagoano, embora pertencentes politicamente e administrativamente entre os Estados de Alagoas e Pernambuco. O professor Ivan Fernandes Lima elaborou o mapeamento da extensão das bacias do sertão em detalhes de informações ao longo do trecho do vale, considerando os aspectos físicos e humanos da realidade geográfica de cada bacia de forma integrada, podendo-se classificar o curso d'água em: alto, médio e baixo vale.

Nessa ótica, “além da parte de geomorfologia ele foi um profundo conhecedor da parte climática, sempre estava estudando inclusive tudo que ele sabia transmitiu não só aos alunos, mas aos colegas professores, ele era muito aberto para desenvolver e ajudar os alunos”³⁸. A esse respeito, a *Gazeta de Alagoas* noticiou as obras do professor Ivan Fernandes Lima, destacando o

³⁴ LIMA, I. F.; COSTA, J. de A. Geomorfologia. In: CAVALCANTE, A. T. **Projeto delimitação e regionalização do Brasil semi-árido**. Maceió: CNPq/SUDENE/UFAL, 1984, p. 19-33.

³⁵ Professor 2, entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014.

³⁶ Idem, entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014.

³⁷ LIMA, I. F. **Estudos Geográficos do Semi-Árido Alagoano: bacias dos rios Traipu, Ipanema, Capiá e Adjacentes**. Maceió: Sergasa, 1992.

³⁸ Professor 2, entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014.

fato de ser um conhecedor da parte climática, “[...] homem que diariamente media a direção do vento, a temperatura e era capaz de sair de casa para seguir uma nuvem.³⁹”.

Vale destacar ainda, que durante o 7º Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros, realizado em Maceió - AL, em 1988, ocorreu uma enchente em Alagoas. Paralelo ao evento, algumas figuras ilustres da Geografia, como o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (Universidade Federal Fluminense e AGB Niterói) presentes no encontro, reuniu-se juntamente com outros professores como: Jovesi de Almeida Costa e Vanda Ávila Ramos (UFAL), e Lindemberg Medeiros de Araújo (Técnico do IMA e AGB Maceió), para elaboração de um relatório⁴⁰ a respeito da catástrofe natural, tomando como base os estudos do professor Ivan Fernandes Lima, apontando-se as causas e providências ao governador do Estado de Alagoas na época, Fernando Afonso Collor de Mello.

Além disso, considera-se que o professor Ivan Fernandes Lima também colaborou:

[...] a parte de solo [...] ele não era só geografia, era geografia mais abrangente, a pedologia, a vegetação, o clima principalmente, a origem disso, essa foi a grande contribuição dele, entrou na dinâmica da geografia, não ficava somente na descrição da geografia.⁴¹

Diante do exposto, compreender que os estudos do professor Ivan Fernandes Lima não se pautava a uma parte específica do conhecimento da geografia, por sua vez, correlacionava os aspectos físicos e humanos, inicialmente nos trabalhos de campo, assim como também na elaboração de mapas, objetivando a explicação da origem e dinâmica da geografia, sobretudo da Geografia de Alagoas, dando contribuição aos estudos de cunho científico.

Em relação à obra, *Problema Geo - sócio - econômico - político do sururu alagoano*⁴² tratou-se de um relato sobre as origens do sururu e o ambiente onde é encontrado o molusco, utilizado como fonte de renda e alimentação da população ribeirinha nas lagunas Mundaú e Manguaba. Tendo em vista recuperar o potencial pesqueiro das duas lagunas, inclusive, reduzindo o risco de extinção do sururu e outras espécies piscosas.

Dessa forma, o professor Ivan Fernandes Lima preocupou-se com o povoamento do ambiente natural das lagunas desde o período geológico de sua formação através dos processos

³⁹GAZETA DE ALAGOAS, p. B4, 2010.

⁴⁰ANAIS da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 1988.

⁴¹Professor 2, entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014.

⁴²LIMA, I. F. **O Problema Geo-Sócio-Econômico-Político do sururu alagoano**. Maceió: Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Planejamento; Instituto de Meio Ambiente - IMA do Estado de Alagoas, 1994.

de soerguimentos e rebaixamentos no nível do mar, acrescentando informações sobre o entulhamento das lagunas pela ação dos agentes humanos com o fechamento das barras e dragagem das lagoas, por sua vez, desencadeando um problema social do sururu com relação a sua conservação para reprodução⁴³.

A *Gazeta de Alagoas* destacou ainda uma obra inédita de Ivan Fernandes Lima:

Impasse dificulta lançamento de estudo inédito desde 2005 no prelo da gráfica do senado federal, *O Quilombo dos Palmares - Uma Geografia da Liberdade: contribuição ao estudo geográfico do Quilombo dos Palmares* depende apenas da autorização da família do pesquisador para ser publicado.”⁴⁴.

A obra resultou de estudo geomorfológico da serra Dois Irmãos, onde o professor Ivan Fernandes Lima esteve entre 1988 e 1992, fazendo a descrição do sumidouro onde Zumbi foi morto, contestando a localização proposta pelo historiador Alfredo Brandão. Conforme o estudo de Amorim e Oliveira (2008) que afirma que o professor Ivan Fernandes Lima “escreveu mais de cem trabalhos, entre artigos técnico-científicos e livros [...]”. (p.99).

Ainda em 1995, foi possível encontrar na *Gazeta de Alagoas*, o anúncio do falecimento do professor Ivan Fernandes:

Por ocasião de seu falecimento, em maio deste ano, por insuficiência respiratória, a nata da cultura alagoana, dentre dezenas de familiares e amigos simples, muitos dos quais conterrâneos de Murici, prestaram-lhe a última homenagem com pesar. O presidente da Academia Maçônica de Letras de Alagoas, Klinger de Costa Bezerra, disse na ocasião “... Ivan não morreu mas perenizou-se entre nós, através de sua vida, de seus feitos, de seus trabalhos, de sua integridade e camaradagem”⁴⁵.

A *Gazeta de Alagoas* destacou ainda Ivan Fernandes Lima *O geógrafo alagoano do século*, considerando o maior geógrafo do estado no século XX, após Tomás Espíndola, grande historiador alagoano. Segundo o jornal da época (1995) Ivan Fernandes Lima ficou reconhecido em todo o Brasil e no exterior⁴⁶, tendo suas obras em lugar de destaque na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, Biblioteca do Congresso Nacional, no Distrito Federal, Biblioteca do Congresso Americano, nos Estados Unidos; entre outras bibliotecas de diversas universidades

⁴³ Neste contexto, vale ressaltar que a temática do sururu também foi discutida pelo professor Ivan Fernandes Lima em artigos publicados pelo **Jornal de Alagoas**, na década de 1960 intitulado O Drama do Sururu constituído por quatro edições.

⁴⁴GAZETA DE ALAGOAS, Maceió, B2, 04 jul. 2010.

⁴⁵GAZETA DE ALAGOAS, Maceió, p.1, 10 ago.1995.

⁴⁶ Segundo professora Mcs. Neugezila Lins Wegner, em nota na *Gazeta de Alagoas* mencionou que o Professor Tricart, da USP, citava o professor Ivan Fernandes Lima em oportunidades diversas na França. In: **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p.1, 10 ago. 1995.

dentro e fora do país, onde os trabalhos de Ivan Fernandes Lima, sobre Geografia de Alagoas, foram citados.

Outra grande contribuição do professor Ivan Fernandes Lima foi preocupar-se com o mapeamento do Estado de Alagoas, “[...] essa parte de mapeamento, na época não existia geoprocessamento, não existia mesa digitalizadora, ele fazia os mapas de relevo, blocos diagramas com perfeição que hoje só faz no computador, aquilo que você faz no computador, bloco diagrama ele fazia a mão”⁴⁷.

Desse modo, os mapas desenvolvidos pelo professor Ivan Fernandes Lima tornam-se a base cartográfica do Estado de Alagoas, visto que no período de seus estudos os aspectos espaciais sobre o território alagoano eram um tanto limitados. Fato que reverberou na distribuição de mapas, a exemplo do *Mapa Político Administrativo do Estado de Alagoas*, em órgãos públicos de Alagoas como; bibliotecas e laboratórios de cartografia, secretarias de estado e nas instituições de ensino escolar e de ensino superior⁴⁸.

A *Gazeta de Alagoas* destacou que dentre os cinco filhos do professor Ivan Fernandes Lima, “[...] um deles foi Antonio Cavalcanti, [...], que desenhou os mapas esboçados pelo pai durante 15 anos e chegou a acompanhar o geógrafo em viagens de pesquisa e trabalhos de campo por todo o estado [...]”⁴⁹. Dessa forma, o professor Ivan Fernandes Lima, juntamente com o filho Antonio, que o auxiliava no detalhamento de desenhos minuciosos sobre a Geografia de Alagoas, desenvolveu uma base cartográfica do Estado de Alagoas, por sua vez, auxiliando os estudos acadêmicos e pesquisas técnicas na atualização dos aspectos geográficos do Estado de Alagoas.

Acerca do desenvolvimento de mapas, destacamos que o professor Ivan Fernandes fazia uso de um instrumento chamado normógrafo, utilizado para ampliação e redução de mapa, constituído por um estojo contendo diversas peças, permitindo a elaboração de informações sobre a Geografia de Alagoas de forma espacial em diversos aspectos. Ver os detalhes desse objeto de trabalho na figura 3:

⁴⁷Professor 2, entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014.

⁴⁸Em consulta ao arquivo pessoal do professor Ivan Fernandes Lima, podemos constatar outros mapas sobre a Geografia de Alagoas.

⁴⁹GAZETA DE ALAGOAS, Maceió, B4, 04 jul. 2010.

Figura 3: Instrumento utilizado por Ivan para elaboração de mapas



Fonte: acervo pessoal de Ivan Fernandes Lima. (2012)

No tópico a seguir, discutimos a respeito da regionalização de Alagoas, tendo como foco a proposta desenvolvida pelo professor Ivan Fernandes Lima e sua contribuição para a Geografia Escolar e a Geografia Acadêmica.

2.2.1 Regionalização de Alagoas (Escolar/Acadêmica)

Neste estudo, buscamos uma breve análise das propostas de divisão regional em zonas fisiográficas de que se tem registro para o Estado de Alagoas, no sentido de compreendermos o contexto em que foram desenvolvidas e sua organização da divisão regional, sobretudo as propostas que antecedem os estudos do professor Ivan Fernandes Lima em 1964, e a partir dessa proposta, buscaremos discutir sua colaboração para a Geografia escolar e a Geografia acadêmica.

Em relação à história das divisões regionais de Alagoas, podemos constatar que os levantamentos sobre a estatística do Estado de Alagoas é antecedente à emancipação política da comarca, da Capitania de Pernambuco, com a averiguação populacional realizada pelo ouvidor Antônio José Ferreira Batalha, no período da administração de Melo e Póvoas, em 1819, em cumprimento à resolução régia que estabelecia a constatação da população de todo o Brasil, com o intuito de Portugal certificar-se do seu demográfico. (ALAGOAS, 1978).

Em outra fase, no período em que o Brasil se encontrava independente, com a Lei nº. 387, de 19 de agosto de 1842, estabelecia-se que fosse realizado a cada 8 anos o censo da população do país. Nesse contexto, foram executados os levantamentos em Alagoas, pelo Dr.

Tomaz de Bonfim Espíndola, em 1858, tendo sido designado pelo então presidente da província das Alagoas Sá e Albuquerque de relatar os estudos estatísticos e geográficos dessa província. (COSTA, 1983). Nesse estudo, Espíndola apresenta as características das paisagens físicas de Alagoas, remetendo-se: ao Litoral, a Mata, ao Sertão e ao São Francisco, embora não houve, naquele momento, aspiração em determinar uma divisão fisiográfica de Alagoas.

Após a realização do primeiro Censo Oficial do país, em 1872, foi assinado um decreto que aprovava a organização da Estatística e do Cadastro das terras do Estado de Alagoas, segundo a lei nº 83, de 25 de junho de 1895. Porém os demais levantamentos estatísticos do Estado eram produzidos por órgãos independentes, sem uma coordenação, quando finalmente o então governador Álvaro Paes aprovou a lei nº 1.194, de 20 de junho de 1930 que autorizava a reorganização dos serviços de Estatística do Estado. Com o decreto nº 1.538, de 10 de setembro de 1931, criou-se a Diretoria Geral de Estatística, tendo como fundador, em Alagoas, o capitão Luiz de França Albuquerque, então interventor federal interino.

Conforme evidenciamos, a primeira divisão regional oficial de Alagoas foi organizada por Craveiro Costa (1874-1934)⁵⁰, em 1931, então diretor geral de estatística. Essa regionalização fazia parte do processo de uniformização das estatísticas educacionais brasileiras, promovido pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública, envolvendo representantes estaduais e da união, a respeito das condições gerais do Brasil, de cada Estado, do Distrito Federal e Território do Acre. (ALAGOAS, 1978).

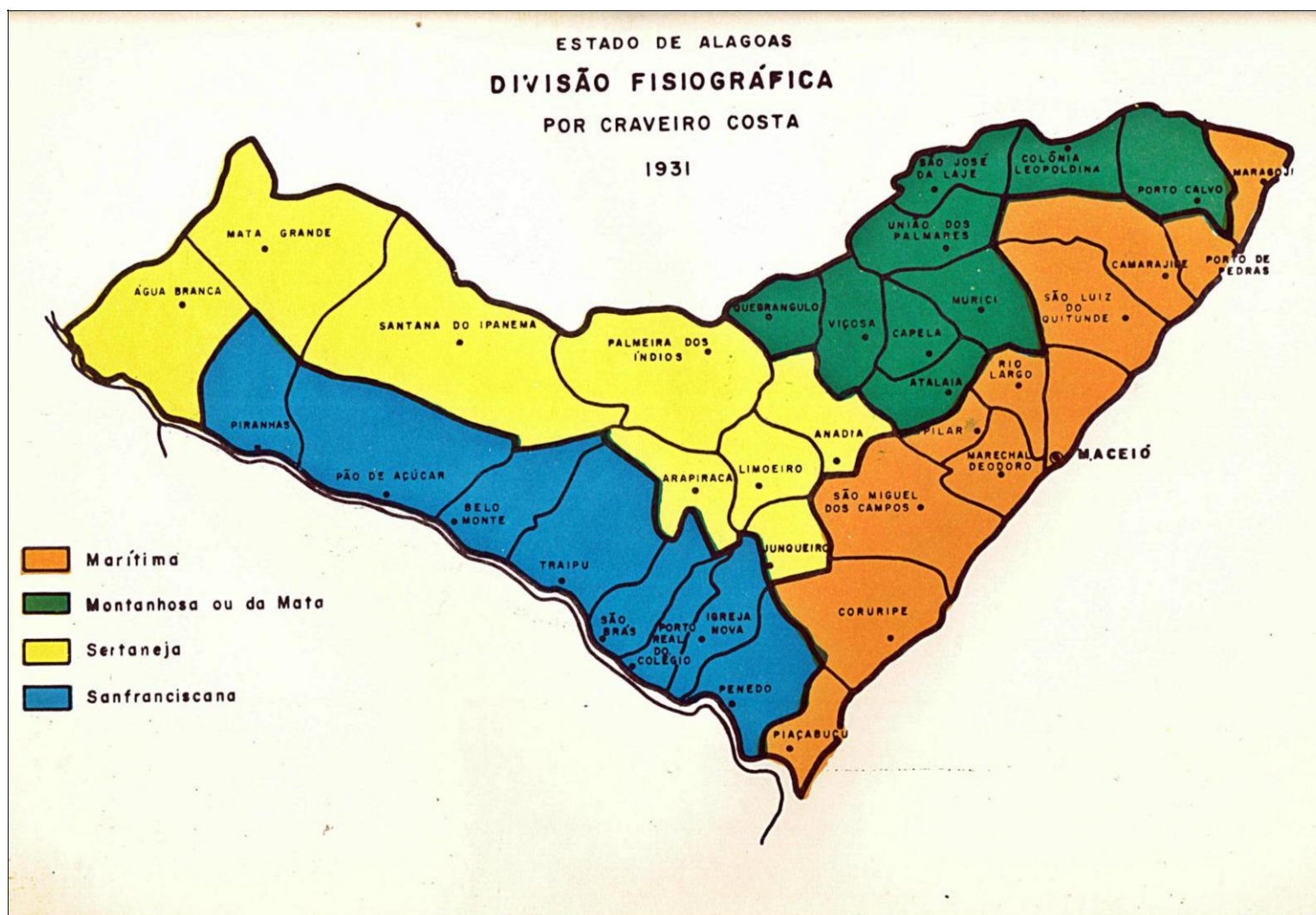
Em seus estudos, Craveiro Costa seguiu uma metodologia própria de forma sistematizada no sentido de reunir os levantamentos geográficos e estatísticos, produzindo o trabalho intitulado: *Alagoas*, em 1931, que antecedia os estudos realizados por órgãos federais de estatística em conjunto com a geografia de forma sistemática, sendo que a primeira divisão regional oficial do Brasil só foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no final da década de 1930, tornando-se institucionalizada em 1942. (CONTEL, 2014).

De acordo com os estudos de Craveiro Costa, as paisagens fisiográficas de Alagoas foram identificadas em: *Marítima*, *Montanhosa* ou da *Mata*, *Sertaneja* e *Sanfranciscana*. Essa divisão passou a ser o alicerce para novos estudos das paisagens geográficas de Alagoas com

⁵⁰ Jornalista e Professor. Ocupou vários cargos públicos em Maceió, o de administrador e contador Recebedoria de Rendas, o de diretor do Grupo Escolar Diegues Junior e Contador Geral do Estado. Patrono da cadeira 48 do IHGA, tendo publicado inúmeros trabalhos na revista da instituição e obras, dentre elas: **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas**, e **Alagoas**, ambas em 1931; **Maceió**, em 1939. (BARROS, 2005).

uma visão sistematizada. Na figura 4, tem-se a divisão por zonas fisiográficas de Alagoas de 1931.

Figura 4: Divisão Regional de Alagoas, por Craveiro Costa, de 1931



Fonte: Alagoas, 1987. Adaptado por Silva, 2015.

Destacamos os estudos de alagoanos sobre a paisagem fisiográfica no ano de 1919, têm-se: *Canais e Lagoas*, por Octávio Brandão; *Fisiografia de Alagoas*, por Moreira e Silva; *Viçosa das Alagoas*, *Geografia Botânica de Alagoas* e *A escrita pré-histórica do Brasil*, por Alfredo Brandão; *O baixo São Francisco - rio e o vale - Francisco*, por Henrique Moreno Brandão⁵¹.

Durante o levantamento das informações estatísticas do país, a parte cartográfica foi excluída, dando subsídio à criação do Instituto Nacional de Estatística, em 1934. À medida que a estatística se evidenciava surgia também o interesse pela Geografia para integrar o conjunto das pesquisas sobre o Brasil. Nesse sentido, a presença do professor Emanuel de Martonne, então secretário geral da União Internacional de Geografia, no país, em 1933, e outros professores e geógrafos franceses como, Pierre Defonttaines, pela Universidade de São Paulo e Monbeig, pela Universidade do Distrito Federal, juntamente com a persistência de instituições de alguns Estados, lutaram pela fundação de um órgão de Geografia nos moldes do de Estatística.

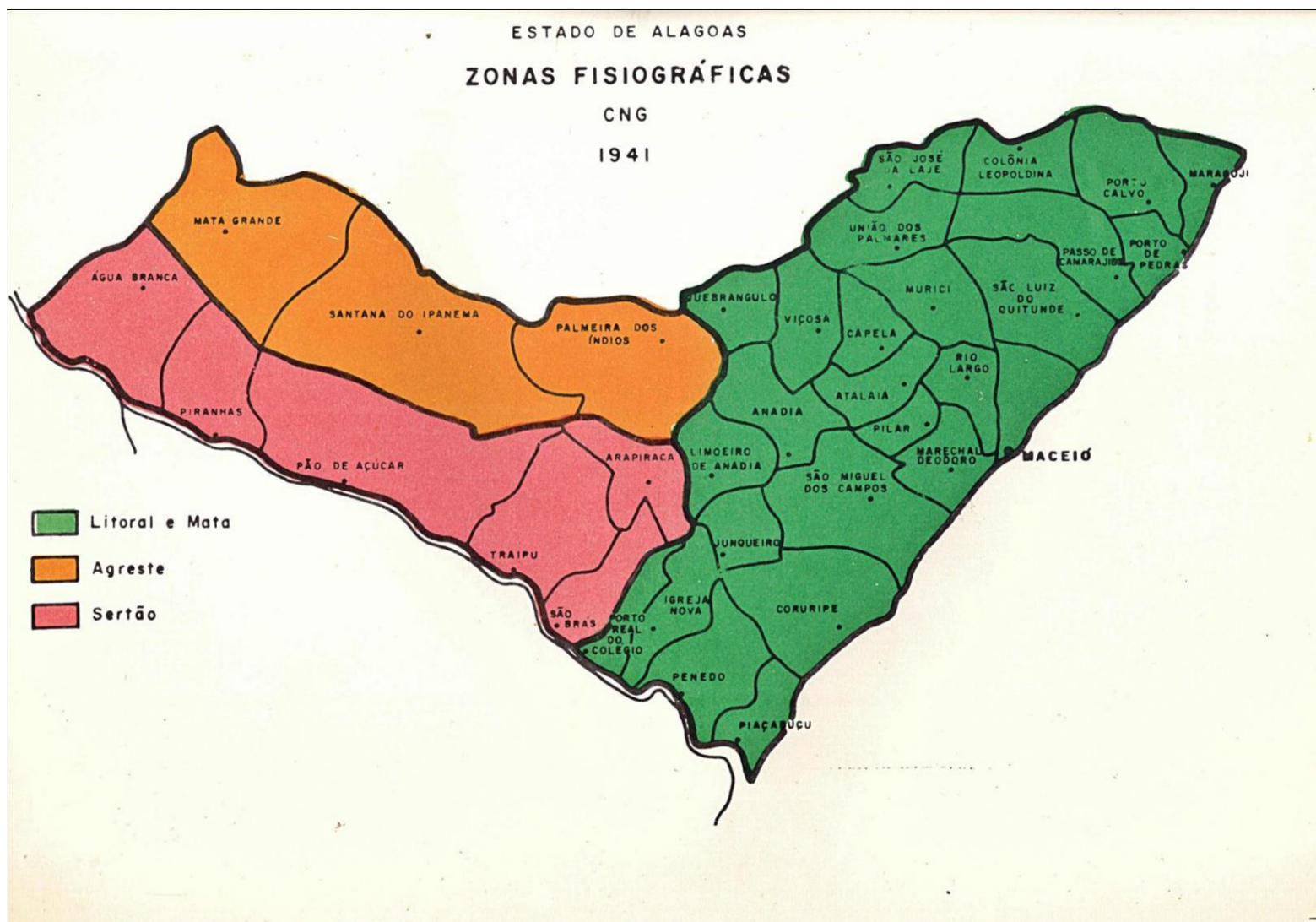
Por conseguinte, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia, pelo decreto nº. 1.522, de 24 de março de 1937, sendo congregado ao Instituto Nacional de Estatística, para agrupar e coordenar os estudos sobre a Geografia do Brasil de forma sistematizada e articular os órgãos estaduais, assim como também integrado à União Geográfica Internacional. No decorrer desse processo, outro fato importante a destacar foi a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo decreto nº. 218, de 26 de janeiro de 1938, de modo que foram instalados, em cada Estado, órgãos de Geografia local, contribuindo com o conhecimento e a delimitação do espaço geográfico, tendo em vista as ações humanas.

Diante dos fatos apresentados, prevaleceu até a realização da 4ª. Sessão ordinária da assembleia geral do Conselho Nacional de Geografia, para o cenário de Alagoas, a primeira divisão regional em zonas fisiográficas organizada por Craveiro Costa. Durante essa assembleia, foi criada a resolução nº. 77, de 17 de julho de 1941, que estabeleceu as normas para a divisão regional das Unidades Federadas Brasileiras, para fins práticos, propondo um quadro básico e dando providências. De acordo com essa nova divisão, o Brasil foi organizado em: grandes regiões, sub-regiões e zonas fisiográficas. Em relação ao Estado de Alagoas, as zonas fisiográficas limitaram-se ao *Litoral*, *Agreste* e *Sertão*, que de fato modificava intimamente a divisão de Craveiro Costa, que se despontava mais coerente e apropriada aos embasamentos da

⁵¹ Palestra em comemoração anos **60 anos do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas: qual a sua contribuição na formação da sociedade alagoana?**, por COSTA, J. de A., professora aposentada do extinto GEM - UFAL, Maceió, 10 de novembro de 2014.

paisagem física de Alagoas. Na figura 5, segue o mapa organizado pelo Conselho Nacional de Geografia - CNG, 1941, apresentando a divisão por zonas fisiográficas de Alagoas:

Figura 5: Divisão Regional de Alagoas, pelo CNG, de 1941



Fonte: Alagoas, 1987. Adaptado por Silva, 2015.

Segundo esta divisão, podemos constatar que, pela primeira vez, temos a presença do Agreste, alargando-se em toda a faixa norte do lado centro ocidental do estado, o que se tornou mais próximo ao agreste de Pernambuco, pois segundo nesta divisão para o estado de Sergipe excluiu-se o agreste, limitando-se em Litoral e Sertão, de maneira que apoiar-se nos aspectos das paisagens regionais maiores, desfavorecia as particularidades locais dos Estados. Essa primeira divisão manteve-se até quando foi apresentada outra divisão, conforme a resolução nº. 262, de 03 de fevereiro de 1947, de nova assembleia geral do Conselho Nacional de Geografia - CNG.

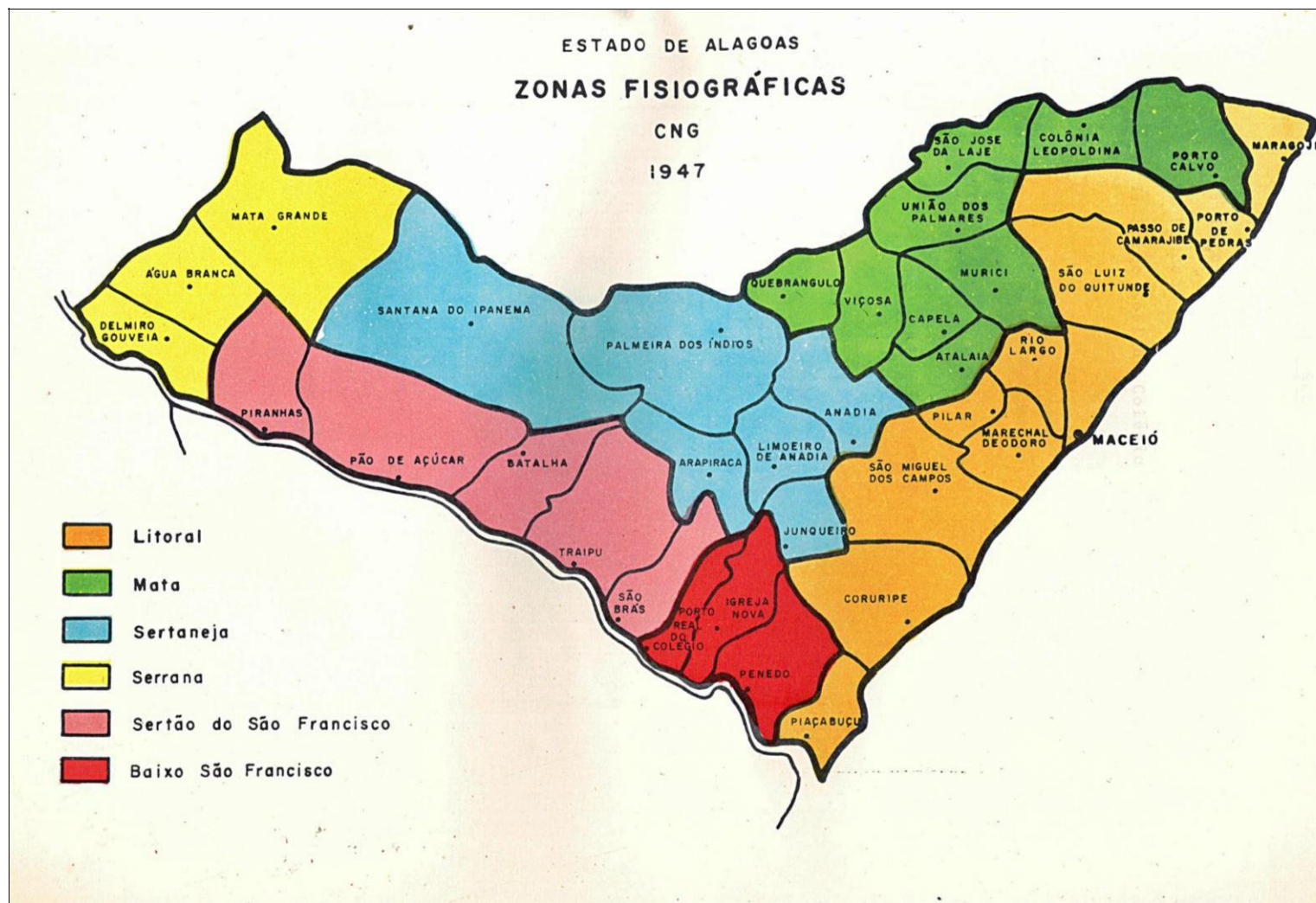
Para tanto, buscou-se mais uma vez de se acordar, com novas revisões, a realidade fisiográfica que mais se apropriasse às paisagens naturais dos Estados. No caso de Alagoas, essa divisão ficou mais semelhante à de Craveiro Costa, dividiu-se a sua zona do Sertão em *Sertaneja* e *Serrana*; e a *Sanfranciscana* aparece com a zona do *Baixo São Francisco*; a do *Litoral* e a da *Mata*. Segundo Camerino (1963) essa divisão regional passou a vigorar a partir da resolução nº. 397, de 31 de outubro de 1952, do Conselho Nacional de Geografia - CNG.

Porém, essa divisão do Conselho Nacional de Geografia - CNG apresenta algumas contradições, como a inclusão de municípios clássicos de Litoral ou Marítima de Craveiro Costa, e que haviam sido considerados como Litoral. Dentre esses, podemos destacar: Boca da Mata, Flexeiras, Joaquim Gomes, Campo Alegre e Matriz de Camaragibe. Como também, esses fatos eram recorrentes, a exemplo da região do São Francisco e outras, como na zona Serrana. (ALAGOAS, 1978).

Corroborando com essa discussão, destacamos a obra didática *Noções de Geografia Geral do Estado de Alagoas*, em 1963, por José Silveira Camerino (1902 - 1971)⁵², enfatiza-se no capítulo terceiro dessa obra as regiões naturais do Estado de Alagoas, inicialmente a divisão regional apontada por Carvalho (1913) para todo o Nordeste Oriental - *Litoral, Mata, Agreste e Sertão*, afirmando que se aproxima corretamente com o ambiente alagoano, acrescenta a divisão regional e florística clássica - *Litoral, Mata, Sertão e Região S. Francisco* e, ainda a divisão regional do Conselho Nacional de Geografia - *Zona do Litoral, Zona da Mata, Zona Sertaneja, Zona do Baixo S. Francisco, Zona do Sertão do São Francisco e Zona Serrana*. (CAMERINO, 1963). Na figura 6, tem-se a divisão por zonas fisiográficas de Alagoas de 1947.

⁵² Professor, geógrafo e jornalista. Bacharelou-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia de Alagoas (1959). Professor de Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia da UFAL e catedrático de Geografia do Brasil no Colégio Estadual de Alagoas. Sócio do IHGAL e patrono da cadeira 42. Dentre suas obras, podemos destacar: **Notícia histórica de Maceió** e **Climatologia e Higiene** In: **Maceió - Cem Anos da Vida na Capital**, em 1939, respectivamente; **O Mistério do Homem Americano**, em 1953 e **Exaltação das Lagoas**, em 1961. (BARROS, 2005).

Figura 6: Divisão Regional de Alagoas, pelo CNG de 1947



Fonte: Alagoas, 1987. Adaptado por Silva, 2015.

Compreendemos que as propostas de divisão regional de Alagoas tradicionalmente não consideravam o limite da zona do Agreste, apenas com exceção daquela de 1941, levando o professor Ivan Fernandes Lima a organizar para o Conselho Estadual de Geografia, em 1964, uma nova divisão regional de Alagoas em zonas fisiográficas, com a inclusão do: *Agreste*, *Sertão* e *São Francisco*, incorporando os municípios com sedes localizadas à margem do rio São Francisco, com a exceção apenas do município de Olho d' Água Grande, por sua dependência desse rio e a influência do município de São Brás. (ALAGOAS, 1978).

Em seus estudos sobre a delimitação das zonas fisiográficas de Alagoas, Lima (1963) destaca o *Agreste* como “uma das mais nítidas características do meio geográfico em Alagoas figura-se na zona do Agreste a qual empresta continuamente sua aparência, a grandes extensões da zona do Sertão”. (p. 3)⁵³. Dessa forma, a região do Agreste constitui por uma área de transição entre a região da Mata e a região do Sertão, apresentando aspectos fisiográficos semelhantes, a exemplo do clima seco na região do semiárido alagoano. Segundo Lima (1962) “este avanço é limitado, pois sofre uma profunda transformação, quando chegam os ventos de sudeste a penetrar no AGRESTE alagoano, atingindo o SERTÃO, modificando o meio ambiente.” (p. 3)⁵⁴. Assim, pode-se entender que a região do Agreste sofre influência de ventos de sudeste carregado de umidade, ocasionando chuvas e, desprovido de maior saturação, em parte do ano diminuindo o vapor d' água. Embora, a região do LITORAL e a região da MATA esfriam-se mais fácil e a umidade do oceano é satisfatória para ocasionar chuvas. (LIMA, 1962).

Em sua classificação, o professor Ivan Fernandes Lima considera em relação ao *Litoral* os municípios com uma de suas fronteiras o oceano Atlântico ou área das lagoas orientais. A zona da *Mata* ficou com os seus municípios separados daqueles do litoral⁵⁵; o *Agreste* foi dividido em duas zonas, por causa de sua interrelação na Mata e no Sertão. E a zona do *Baixo São Francisco* teve uma denominada dupla com o *Delta*. A respeito da proposta de divisão regional do professor Ivan Fernandes Lima, pode-se inferir que sua organização incorporou as classificações em zonas fisiográficas apontadas nas propostas de divisão regional por Craveiro Costa, em 1931, e as propostas de divisão regional pelo CNG, em 1941 e 1947. Na figura 7, segue o mapa organizado por Ivan Fernandes Lima, 1964, apresentando a divisão por zonas fisiográficas de Alagoas e usado na sua produção didática - *Geografia de Alagoas*, 1965:

⁵³LIMA, I. F. Delimitação das zonas fisiográficas de Alagoas. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, p.3, 17 fev. 1963.

⁵⁴LIMA, I. F. As zonas fisiográficas de Alagoas III. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, p.3, 02 set. 1962.

⁵⁵LIMA, I. F. As zonas fisiográficas de Alagoas II. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, 26 ago.1962.

Contudo, a proposta de divisão regional de Alagoas organizada pelo professor Ivan Fernandes Lima não se tornou oficial. Embora, podemos evidenciar que seus estudos contribuíram para a Geografia escolar e a Geografia acadêmica acerca do conhecimento de Geografia de Alagoas, e pode-se ressaltar que seus estudos orientaram a organização de nova divisão regional, a exemplo da proposta de divisão regional por Microrregião Homogênea pelo IBGE, em 1968 e, a proposta de divisão regional Geo-Administrativa pelo Estado de Alagoas, através da Secretaria de Planejamento, tendo como fundamento os dados estatísticos, ainda que não se deixasse de considerar certos parâmetros do meio físico. Como nos lembra Corrêa (2007) “[...] é a técnica estatística que permite revelar as regiões de uma dada porção da superfície da Terra.” (p. 32).

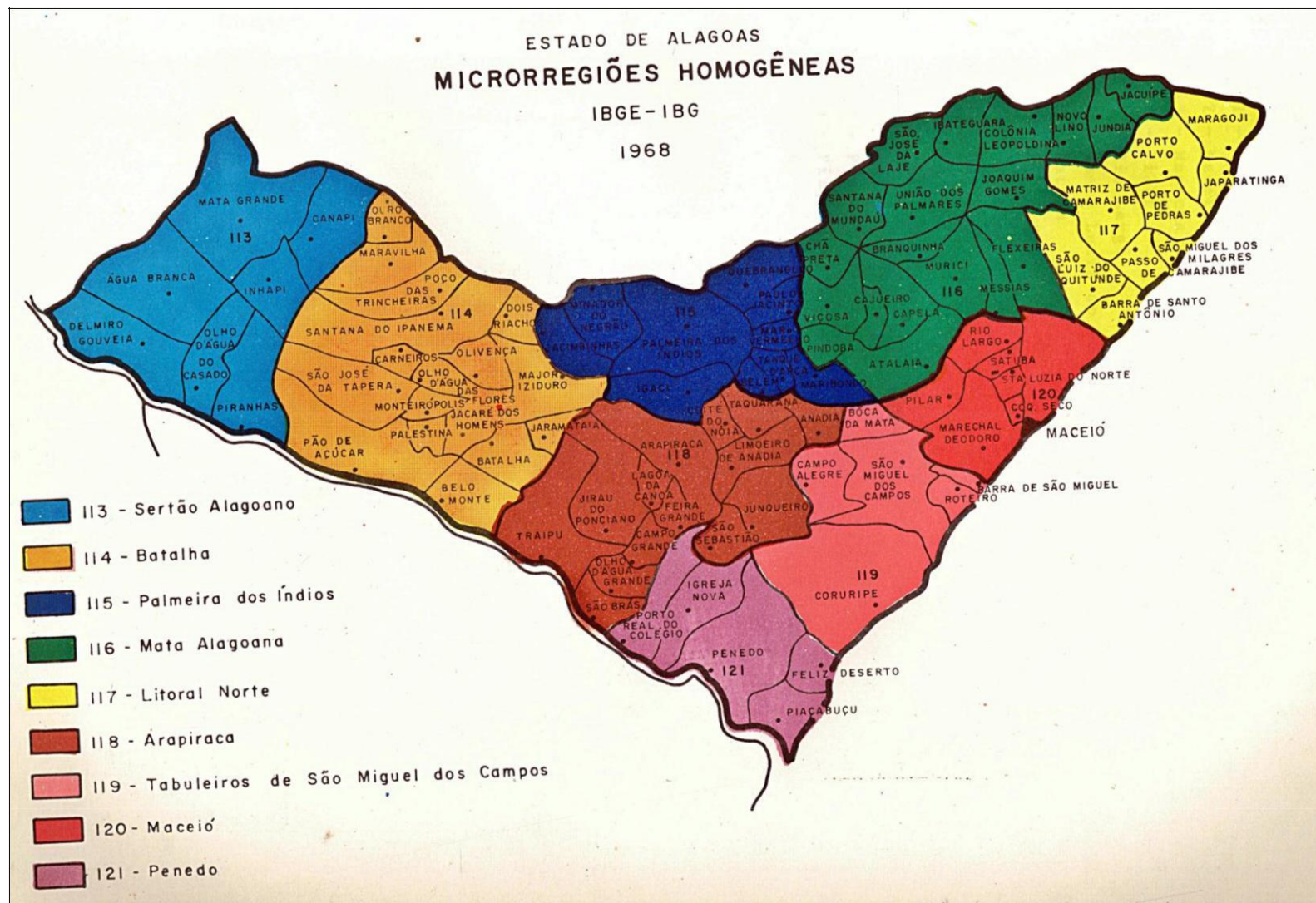
Diante desse argumento, pode-se entender que a definição de região não implica necessariamente o conhecimento de informações empíricas antecedentes, por sua vez, são escolhidos os critérios para divisão regional a partir das finalidades almejadas. Sendo assim, baseando-se a partir das reflexões sobre a região nesse novo contexto, Corrêa (2007) entende “[...] como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares.” (p. 32).

Nesse contexto, a sistematização de nova metodologia para divisão do Brasil e seus Estados, em Microrregiões Homogêneas, foi organizada pelo IBGE, sendo elaborada em 1968, tendo-se em vista que a divisão regional por zonas fisiográficas não mais atendia as transformações geoeconômicas ocorridas no país. Desse modo, as microrregiões homogêneas substituíram as zonas fisiográficas da divisão regional de 1942.

Em seus estudos sobre as divisões regionais do IBGE do século XX, Contel (2014) destaca as regiões homogêneas “[...] de extrema importância, pois serviram de agrupamentos de informações sobre a população, a produção, a sociedade como maior correspondência a base física, demográfica e econômica de cada parcela do espaço nacional.” (p. 7-8). Por sua vez, o enfoque atribuído sobre as regiões homogêneas permitem a seleção de um ou diferentes elementos, tornando suas características de forma ampliada, ou seja, implica na perda de detalhes.

Na figura 8, segue o mapa organizado pelo IBGE, em 1968, apresentando a divisão por Microrregiões Homogêneas do Estado de Alagoas.

Figura 8: Divisão Regional de Alagoas, pelo IBGE, de 1968



Fonte: Alagoas, 1987. Adaptado por Silva, 2015.

Durante o governo de Divaldo Suruagy (1937-2015)⁵⁶, no período de 1975 a 1978, o professor Ivan Fernandes Lima participou como coordenador dos estudos de regionalização de Alagoas, realizados pelo convênio entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o Estado de Alagoas, através da Secretaria de Planejamento - SEPLAN, na época, tendo como secretário José de Melo Gomes. Objetivando-se uma nova divisão regional do Estado de Alagoas em Regiões Geo-Administrativas para o apoio técnico do governo estadual. Nessa circunstância, podemos evidenciar as relações políticas do professor Ivan Fernandes Lima com o poder público do Estado de Alagoas, por meio do cargo assumido de assessor técnico de Geografia do governo na secretaria de planejamento.

Neste período, segundo Corrêa (2007) “[...] inúmeros estudos almejando a definição de regiões de planejamento foram realizados [...]” (p. 50). Dessa forma, o Estado de Alagoas realiza seus estudos para classificação das áreas estaduais, considerando suas realidades geográficas e socioeconômicas, obtendo-se também indicadores para atender o direcionamento da ação governamental. Dentre esses estudos, podemos destacar: *Fundamentos geográficos do meio físico do Estado de Alagoas*, *Evolução urbana e comportamento da população*, *Estrutura urbana de Alagoas interação por funções urbanas*, *Estrutura urbana por fluxos de telefônicos*, *Histórico das divisões regionais de Alagoas e Microrregião Programa nº 5 - Diagnóstico Geo-Socioeconômico*. Segundo (AMORIN; OLIVEIRA, 2008) “são de singular importância para um maior entendimento dos aspectos físicos do Estado de Alagoas” (p. 100).

Com base nesses estudos, ressaltamos que o professor Ivan Fernandes Lima junto à equipe técnica da SEPLAN, elabora um relatório que apresenta uma proposta de nova divisão regional de Alagoas, em região administrativa regiões geo-administrativas, são elas: *Região de Maceió*, *Região de Arapiraca*, *Região de Palmeira dos Índios*, *Região de Penedo*, *Região de Santana do Ipanema*, *Região de União dos Palmares*, *Região de São Miguel dos Campos*, *Região de Viçosa*, *Região de Porto Calvo*, *Região do Sertão Alagoano*. Na figura 9, segue o

⁵⁶ Governador, secretário de estado, senador, deputado federal e estadual, professor e economista. Bacharelou-se em Ciências Econômicas, em 1959 e bacharel em História em 1968, ambos pela UFAL. Licenciatura em História pela Faculdade de Educação também pela UFAL, em 1969. Dentre os cargos públicos ocupados no início de sua carreira, toma posse em 1963, na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e da Produção, e permanece no cargo até 1964, no governo de Luiz Cavalcante, tendo uma movimentada vida política, em 1997 renuncia o cargo de governador. É um dos fundadores e professor de Ciências Políticas do CESMAC. Sócio do IHGAL e Membro da AAL, ambos na cadeira 17. Membro do Conselho Consultivo da Acadêmica Brasileira de História, foi professor do Colégio Batista Alagoano e da UFAL, foi articulista de diversos jornais de Maceió, além da produção de diversas obras entre elas, livros, artigos e discursos. (BARROS, 2005).

mapa organizado pela Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, tendo a frente de sua organização o professor Ivan Fernandes Lima.

Figura 9: Divisão Regional de Alagoas, pela SEPLAN, de 1975



Fonte: Alagoas, 1987. Adaptado por Silva, 2015.

Em vista dessa abordagem acerca da divisão regional em que tomamos como base as zonas fisiográficas, vejamos, no próximo tópico, uma breve análise acerca do debate sobre o currículo do ensino médio de 1964, enfocando a implantação do ensino de Geografia de Alagoas.

2.2.2 Participação no debate sobre o currículo de Geografia de Alagoas

As reflexões contidas neste tópico objetivam identificar e analisar concepções sobre o ensino de Geografia de Alagoas, no pensamento do professor Ivan Fernandes Lima. Nosso enfoque está na sua preocupação acerca da reforma do currículo do ensino médio, que apontava no início da década de 1960. Para tanto, revisitamos suas ideias apresentadas em artigos publicados no *Jornal de Alagoas*, no que diz respeito ao ensino de Geografia. Buscamos e analisamos nesses escritos a participação do professor Ivan Fernandes Lima no debate sobre o novo currículo estabelecido no Estado de Alagoas.

Ao abordamos os aspectos do currículo no Estado de Alagoas do início da década de 1960, vale pontuar o cenário político, econômico e educacional no Brasil neste período. De acordo com as análises de Daros (2012) no processo de redemocratização política do país, avigoram as bases da visão nacional desenvolvimentista com veemência no governo de Juscelino Kubitschek, no período de 1956 a 1961, que “definiu os pressupostos básicos da educação para o desenvolvimento, aproximando as diretrizes educacionais das recomendações e dos incentivos financeiros provenientes dos [...] organismos internacionais.” (p. 190).

Essa ideia do desenvolvimento alcançou grande repercussão entre políticos e intelectuais brasileiros, apontando a relação do Estado e as mudanças econômicas através do processo de industrialização, tendo em vista a organização democrática da sociedade. Destacava-se a modernização econômica para alcançar as transformações necessárias ao desenvolvimento da sociedade tradicional para a moderna, por sua vez, consolidava-se a estrutura urbana e industrial do país provocado pelo capital estrangeiro.

Nesse mesmo pensamento Melo (2012) afirma que:

Para atender a relação entre a educação e modernização, era preciso que a educação oportunizasse à população a participação efetiva naquele contexto histórico modernizador, pautado na industrialização e no capitalismo, que se afirmava em oposição a contexto e estruturas tradicionais. [...]. (176).

Portanto, almejava-se que a educação realizasse função importante na instrução da sociedade através de conteúdos com habilidades técnicas e científicas, tendo em vista que a

modernização passou também a exigir mudanças educacionais consideradas imprescindíveis a efetivação do desenvolvimento econômico, estabelecendo uma nova organização do ensino.

A esse propósito, Xavier (2012) coloca que “[...] industrialização e escolarização assumiram naquele tempo a condição de elementos intensificadores das mudanças culturais tidas como necessárias para que o desenvolvimento pudesse ocorrer. [...]” (p. 210). Nessa perspectiva, a educação escolar teve como finalidade a ascensão e mudança social por meio da formação de mão de obra qualificada e, por consequente o crescimento da produtividade contribuindo ainda para a formação intelectual da sociedade no avanço do processo de construção da democracia e desenvolvimento econômico.

Assim, foi nesse cenário econômico, político e educacional que se tramitou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, aprovada no governo de João Goulart, no período de 1961 a 1964, tendo como então ministro da Educação Antonio Ferreira de Oliveira.

Segundo a análise de Veiga (2007):

[...] a primeira LDB (Lei nº. 4.024/1961) manteve a autonomia administrativa dos estados em relação ao ensino primário e o normal - a única padronização foi quanto à duração dos cursos. Ao mesmo tempo, estabeleceu parâmetros genéricos válidos para todo o território nacional e assegurou que a educação, com base nos princípios da liberdade e da solidariedade, fosse direito de todo cidadão. (p. 285).

Em meio ao contexto democrático vivenciado no país, podemos verificar que nos propósitos da LDB não se assegurava por meio de sua finalidade legal a educação para toda a sociedade. Dessa forma, pode-se exemplificar a questão da não obrigatoriedade escolar do ensino primário, concedendo a isenção dos pais ou responsáveis que comprovassem condições de estado de pobreza, insuficiência de escolas e vagas. Por outro lado, o governo incentivava a iniciativa privada na concessão de financiamento para investir nas escolas particulares.

Na organização do ensino, manteve-se a mesma estrutura conforme a legislação de 1942. De acordo com as concepções de Romanelli (1998) “[...] a sua única vantagem talvez esteja no fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, em cada nível e ramo. [...]” (p. 181). Desta forma, a LDB 4024/61 admitiu a possibilidade dos Estados e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação.

Vale destacar, também, que a LDB 4024/61 estabeleceu a educação de grau médio, sendo eles: o ensino médio em dois períodos; ginásial com duração de quatro anos e colegial com duração de três anos; o curso secundário, também dividido em ginásial e colegial, tinha como

peculiaridade um currículo mais diversificado; o ensino técnico compreendia os cursos industrial, agrícola, comercial e de formação de professores, em dois períodos. (VEIGA, 2007).

Na perspectiva da LDB 4024/61, o Governo do Estado de Alagoas decide promulgar a Lei nº. 2510, de 28 de dezembro de 1962, instituída no governo do Gen. Luiz de Souza Cavalcante, no período de 1961 a 1966, tendo como então secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura o Dr. Deraldo Campus. Foi aprovado também o Decreto nº 1089, de 13 de maio de 1963 que regulamenta a nova lei dos cursos secundários no Estado de Alagoas. Dentre as principais providências desta lei, destacamos a definição dos estabelecimentos estaduais de ensino médio, os deveres e atribuições dos professores e as disciplinas e as cadeiras correspondentes aos Colégios Estaduais, ao Instituto de Educação, aos Colégios Normais e ao Ginásio Industrial, respectivamente dos anexos I, II, III e IV, que integram a presente lei. Eis como foi estabelecido o anexo III da Lei 2510/62:

Tabela 1

Disciplinas estabelecidas aos Colégios Normais do Estado de Alagoas - Anexo III

Disciplinas	Nº. de Cadeiras
Português	2
Matemática	2
Geografia Geral	1
Geografia do Brasil e de Alagoas	1
Ciências Físicas e Biológicas	1
Psicologia	1
Didática Geral	1
Didática Especial	1
Música	1
Desenho	1
Desenho e Artes Aplicadas	1
Filosofia e Sociologia Educacional	1
Higiene e Puericultura	1
Educação Física	1
Francês	1
Artes Industriais	1
Latim	1

Fonte: Estado de Alagoas. Lei nº 2510 de 28 de dezembro de 1962.

Adaptado por Silva, 2015. (grifo nosso).

Atenta-se para o fato de que o Conselho Estadual de Educação estabelece para o ensino médio disciplinas indicadas pelo Conselho Federal, complementares do sistema Estadual, optativas e práticas educativas, de acordo com o art. 34 da LDB 4024/61 que estabelece as disciplinas obrigatórias e designa aos Estados estabelecerem as disciplinas obrigatórias complementares e optativas de seus respectivos currículos. De modo que podemos constatar a presença da disciplina Geografia ao longo das séries do ensino médio e evidentemente a inserção do ensino de Geografia de Alagoas de caráter oficial integra de forma mais implícita o currículo estadual de ensino médio.

No período da vigência desta lei, foi apresentado através da Resolução nº. 4, do Conselho Estadual de Educação, de 1964, em conformidade com os termos dos artigos 35 e 40 da Lei Federal n. 4024/61 e do artigo 4º, alínea (e) de seu Regimento, a organização dos programas de conteúdos programáticos que constituem as disciplinas do ensino secundário no sistema estadual de Alagoas. No que diz respeito à disciplina Geografia em seu art. 1º§3º, preconiza a lei que:

A geografia lecionada na 1ª. Série do 1º. Ciclo será a geografia do Brasil, sendo estudado nesta série o Nordeste brasileiro, em particular, o **Estado de Alagoas**; na segunda série ainda será estudada a geografia do Brasil em suas demais regiões; o estudo dos continentes poderá ser feito nas demais séries em que for lecionada esta disciplina; e o da geografia física, no 2º. Ciclo. (grifo nosso).

Pode-se considerar que foi um ganho para o Estado de Alagoas, a possibilidade de prescrever seu próprio currículo sem se ater de maneira fixa e rígida ao currículo nacional. Nesse sentido, o estabelecimento do currículo passou a significar um conhecimento sobre a geografia regional/local acerca do território e sua sociedade. De modo que a presença da Geografia se manteve presente nos dois ciclos do ensino, sendo o primeiro ciclo com a inclusão dos conteúdos de Geografia a partir da abordagem do Nordeste e, por consequente, a Geografia de Alagoas. Por sua vez, os conteúdos com características de cultura mais gerais de Geografia seriam ministrados pelos professores no segundo ciclo.

Por outro lado, podemos destacar que o ensino médio conserva-se fortemente caracterizado pelo enfoque da cultura geral, pois o currículo se apresenta sem grandes modificações, mantendo as mesmas disciplinas nas diferentes séries com exceção das disciplinas complementares, haja vista as diferentes habilitações dos cursos pretendidos pelos alunos de grau médio, a exemplo da oferta de curso técnico. Conforme descrito nos currículos em anexo da Resolução nº. 5, do Conselho Estadual de Educação de Alagoas, de 1964, que preconiza a sua implementação nos estabelecimentos de ensino secundário estadual, proposto através da lei em vigor. Na tabela 2, segue a organização do currículo prescrito do curso diurno, Ginásio Secundário e o Colégio Secundário:

Tabela 2

Currículo do Curso Secundário Diurno – Anexo Série I

Ginásio Secundário						Colégio Secundário		
Disciplinas		Aulas Semanais				Disciplinas	Aulas Semanais	
		I	II	III	IV		I	II
Indicadas pelo Conselho Federal	Português	5	4	4	4	Português	4	4
	História	3	3	3	3	História	3	2
	Geografia	3	2	3	-	Geografia	3	-
	Matemática	4	4	4	4	Matemática	4	4
	Ciências	3	2	-	3			
Complementares do Sistema Estadual	Inglês	-	-	3	3	Física	3	3
	Organização Social e Política Brasileira	-	-	2	2	Química	3	3
						Biologia	-	4
Optativas	Francês	-	3	3	3	Desenho	2	2
	Desenho	2	2	-	-			
Práticas Educativas	Música e Canto Orfeônico	1	1	1	1	Educação Física	2	2
	Artes Industriais	2	2	-	-	Educação Religiosa (facultativa)	1	1
	Educação Física	2	2	2	2			
	Educ. Religiosa (Facultativa)	1	1	1	1			
	Total de Aulas Semanais	26	26	26	26	Total de Aulas Semanais	25	25

Fonte: Estado de Alagoas. Currículos (ensino médio), 1964. Adaptado por Silva, 2015.

A terceira série do colegial secundário apresenta seu currículo diversificado que se propõe ao preparo dos alunos para os cursos superiores na forma da lei. Haja vista que os alunos deveriam estudar no mínimo 4 disciplinas e no máximo 6, considerando-se o curso de habilitação

a que pretendesse, tendo no mínimo 24 horas de aulas semanais nas disciplinas e práticas educativas (Educação Física), sendo o estudo do Português obrigatório para todos. Além dessa, havia nesta série as seguintes disciplinas: Latim, Francês, Inglês, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Filosofia, Matemática, Física, Química, Biologia e Desenho. Na tabela 3, podemos acompanhar a organização do currículo prescrito do curso noturno, Ginásio Secundário e o Colégio Secundário:

Tabela 3

Currículo do Curso Secundário Noturno – Anexo Série II

Ginásio Secundário						Colégio Secundário		
Disciplinas		Aulas Semanais				Disciplinas	Aulas Semanais	
		I	II	III	IV		I	II
Indicadas pelo Conselho Federal	Português	5	4	4	4	Português	4	4
	História	3	3	3	3	História	3	2
	Geografia	3	2	3	-	Geografia	3	-
	Matemática	4	4	4	4	Matemática	4	4
	Ciências	3	2	-	3			
Complementares do Sistema Estadual	Inglês	-	-	2	2	Física	3	3
	Organização Social e Política Brasileira	-	-	2	2	Química	3	3
						Biologia	-	3
Optativas	Francês	-	3	2	2	Desenho	1	1
	Desenho	2	2	-	-			
	Total de Aulas Semanais	20	20	20	20	Total de Aulas Semanais	20	20

Fonte: Estado de Alagoas. Currículos (ensino médio), 1964. Adaptado por Silva, 2015.

Conforme o currículo da terceira série do colegial secundário noturno, podemos perceber que se mantiveram as mesmas disciplinas apresentadas para o currículo do diurno, exceto as disciplinas de práticas educativas. Além disso, a carga horária de algumas disciplinas foram reduzidas, perfazendo no máximo 20 horas de aulas semanais nas disciplinas ao longo do curso.

Ainda na mesma perspectiva da LDB 4024/61, podemos evidenciar a Resolução nº. 6, do Conselho Estadual de Educação de 1964, que preconiza a organização dos programas de conteúdos programáticos que constituem as disciplinas do ensino do curso Ginásial Normal no sistema estadual de Alagoas. No que diz respeito à disciplina Geografia, integra a presente resolução em seu art. 8º:

A geografia lecionada na primeira série a geografia do Brasil, devendo ser estudado o Nordeste brasileiro, e, em particular, o **Estado de Alagoas**; na segunda série ainda será estudada a geografia do Brasil em suas demais regiões, ficando para demais séries em que for lecionada esta disciplina o da geografia geral dos continentes. (grifo nosso).

Enfatiza-se mais uma vez, iniciar o ensino de Geografia a partir de conteúdos sobre o Nordeste, dando maior relevo ao ensino de Geografia de Alagoas, na primeira série, considerando os demais conteúdos de cultura mais ampla no ensino de Geografia previstos para as séries que se seguem ao longo do curso. Desta forma, os conteúdos prescritos para o ensino de Geografia no curso Ginásial Normal manteve-se semelhante ao do curso secundário Ginásial e o Colegial como demonstrado anteriormente.

Com relação ao currículo do curso Ginásial Normal, podemos evidenciar a Resolução nº. 7, do Conselho Estadual de Educação de Alagoas, de 1964, que preconiza a sua implementação nos estabelecimentos de ensino normal estadual, proposto através da legislação em vigor. Com base em sua organização, percebe-se que as disciplinas também apresentam características que se preocupam com a cultura geral, e em quantidade equivalente aos demais cursos no nível médio. Além disso, o currículo estabelecido para o curso diurno apresenta uma carga horária aumentada em relação ao curso noturno, tendo em vista que as disciplinas práticas só fazem parte da estrutura do currículo diurno, sendo de certa forma não exigida no curso noturno.

No que diz respeito à disciplina Geografia, podemos destacar que a presença dessa disciplina prevalece nas séries do curso Ginásial Normal. Contudo, vale chamar atenção para a carga horária da disciplina Geografia que se apresenta também de forma diferenciada, tendo uma carga horária aumentada no diurno em relação ao período noturno. Por sua vez, percebe-se que a distribuição da carga horária dessa disciplina é reduzida ao longo do curso Ginásial Normal, principalmente nas séries finais, chegando ao ponto de não ser ministrada. Conforme podemos constatar na tabela 4 e 5:

Tabela 4

Currículo do Curso Ginásio Normal Diurno – Anexo Série I

Ginásio Normal						Colégio Normal			
	Disciplinas	Aulas Semanais				Disciplinas	Aulas Semanais		
		I	II	III	IV		I	II	III
Indicadas pelo Conselho Federal	Português	5	5	4	4	Português	4	4	4
	História	2	3	3	3	História	-	3	-
	Geografia	3	2	3	-	Geografia	3	-	-
	Matemática	5	5	4	4	Matemática	4	2	1
	Ciências	3	3	-	3	Ciências Físicas e Biológicas	3	2	2
Complementares do Sistema Estadual	Organização Social e Política Brasileira	-	-	2	2	Psicologia	3	3	4
	Pedagógica	-	-	3	3	Didática	3	3	6
Optativas	Desenho	2	2	-	-	Filosofia e Sociologia da Educação	-	3	3
	Psicologia Educacional	-	-	3	3				
Práticas Educativas	Música e Canto	1	1	1	1	Música e Canto	2	2	1
	Artes Industriais	2	2	-	-	Educação Artística (Desenho)	1	1	2
	Educação Física	2	2	2	2	Educação Física	2	2	2
	Educação Religiosa (Facultativa)	1	1	1	1	Educ. Religiosa (Facultativa)	1	1	1
	Total de Aulas Semanais	26	26	26	26	Total de Aulas Semanais	26	26	26

Fonte: Estado de Alagoas. Currículos (ensino médio), 1964. Adaptado por Silva, 2015.

Tabela 5

Currículo do Curso Ginásial Normal Noturno – Anexo Série II

Ginásio Normal						Colégio Normal			
	Disciplinas	Aulas Semanais				Disciplinas	Aulas Semanais		
		I	II	III	IV		I	II	III
Indicadas pelo Conselho Federal	Português	5	5	4	4	Português	4	4	4
	História	2	3	2	2	História	-	3	-
	Geografia	3	2	3	-	Geografia	3	-	-
	Matemática	5	5	4	4	Matemática	4	2	1
	Ciências	3	3	-	3	Ciências Físicas e Biológicas	3	2	2
Complementares do Sistema Estadual	Organização Social e Política Brasileira	-	-	1	1	Psicologia	3	3	4
	Pedagógica	-	-	3	3	Didática	3	3	6
Optativas	Desenho	2	2	-	-	Filosofia e Sociologia da Educação	-	3	3
	Psicologia Educacional	-	-	3	3				
	Total de Aulas Semanais	20	20	20	20	Total de Aulas Semanais	20	20	20

Fonte: Estado de Alagoas. Currículos (ensino médio), 1964. Adaptado por Silva, 2015.

Nesse mesmo entendimento da LDB 4024/61, podemos apontar a Resolução nº. 8, do Conselho Estadual de Educação, de 1964, que preconiza a organização dos programas de conteúdos programáticos que constituem as disciplinas do ensino do curso Ginásio Industrial no sistema estadual de Alagoas. Dentre essas, apontamos a disciplina Geografia que integra a presente resolução em seu art. 4º:

A geografia lecionada na primeira série será a geografia do Brasil, devendo ser estudado o Nordeste brasileiro, e, em particular, o **Estado de Alagoas**, na segunda série ainda será estudada a geografia do Brasil em suas demais regiões,

ficando para as demais séries em que for lecionada esta disciplina o estudo da geografia geral dos continentes. (grifo nosso).

A estrutura do curso Ginásio Industrial se manteve fortemente caracterizado pela preocupação com a cultura geral e as mesmas disciplinas obrigatórias com carga horária correspondente aos demais cursos no nível médio, exceto as disciplinas complementares que se apresentam nas séries de forma diferenciada ao longo do curso. Embora, sendo um curso Ginásio Industrial e tenha habilitação com maior enfoque para a formação de mão de obra qualificada direcionada para o mercado de trabalho mais prático, considerou-se em seu programa uma preocupação com o conhecimento da disciplina Geografia. Na tabela 6, podemos acompanhar a organização do currículo prescrito do curso Ginásio Industrial:

Tabela 6

Currículo do Curso Industrial – Anexo I

Ginásio Industrial					
	Disciplinas	I	II	III	IV
		Aulas Semanais			
Indicadas pelo Conselho Federal	Português	5	5	4	4
	História	2	2	2	2
	Geografia	3	2	3	-
	Matemática	4	4	3	3
	Ciências	3	2	-	3
Complementares do Sistema Estadual	Desenho	1	1	2	2
	Org. Social, Política e Econômica do Brasil	-	-	2	2
Optativas	Língua estrangeira moderna	-	2	2	2
	Específica do Ensino Industrial	-	-	4	4
Práticas Educativas	Educação Física	2	2	2	2
	Artes Industriais	10	8	-	-
	Educação para Ler	1	1	1	1
	Educação Artística (Música e Canto)	1	1	1	1
	Educação Religiosa (facultativa)	1	1	1	1
	Total de aulas semanais	33	31	27	27

Fonte: Estado de Alagoas. Currículos (ensino médio), 1964. Adaptado por Silva, 2015.

Ao destacar estas modificações estabelecidas pela LDB 4024/61, e por consequente, as regulamentações que entravam em vigor no Estado de Alagoas em 1962, no que diz respeito aos fatos políticos, econômicos e educacionais da organização do currículo do ensino médio, vale assinalar também a importância da construção social do currículo, considerando as implicações que estabeleceram a prática do currículo escolar.

Nesse sentido, buscamos apoio no conceito de currículo em Goodson (2010) que afirma:

O currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar uma escolarização. Como tal, o currículo escrito promulga e justifica determinações intenções básicas de escolarização, à medida que vão sendo operacionalizadas em estruturas e instituições. (p. 21).

De acordo com esse entendimento, o currículo escrito apresenta-se como possível guia de ensino para o auxílio dos mestres e alunos na realização das práticas pedagógicas em sala de aula, institui-se também como documento que legitima o processo de escolarização através da estruturação das disciplinas, atividades e carga horária, atribuindo a promoção pessoal e profissional. Entretanto, pode-se entender que a elaboração do currículo não é “[...] algo pronto de uma vez por todas; é antes algo a ser definido onde, com o tempo, as mistificações tendem a se construir e reconstruir. [...]” (GOODSON, 2010, p. 27).

Nessa perspectiva, podemos evidenciar a participação do professor Ivan Fernandes Lima nos debates acerca do currículo apresentado através das regulamentações do Conselho Estadual de Educação de Alagoas, enfatizando-se como ponto central de suas ideias a determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 4024/61, que instituiu o ensino de Geografia regional. Dessa forma, esses debates foram discutidos pelo professor Ivan Fernandes Lima em forma de artigos que foram publicados pelo *Jornal de Alagoas*, na década de 1960, sendo intitulados, *A crise do currículo de Geografia*, constituídos por seis edições.

Em suas argumentações, o professor Ivan Fernandes Lima (1964) aponta o estudo da Geografia geral ou sistemática como forma de introdução aos conhecimentos da Geografia regional, considerando-se a omissão na estrutura do programa curricular das noções básicas para o estudo geográfico, apresentado através das regulamentações do Departamento Estadual de Educação de Alagoas. Nessa ótica, os debates acerca do currículo não se restringiam à modificação da legislação, mas também versavam a respeito de suas implicações, a exemplo da renovação da abordagem dos conteúdos e os métodos modernos no ensino de Geografia, formação docente, utilização de material didático e aulas práticas. A seguir, podemos acompanhar a primeira edição do artigo sobre *A crise do currículo de Geografia*:

A crise do currículo de Geografia

Ivan Fernandes Lima

Temos comumente um informismo atuante, até quando o Conselho Federal de Educação continuar impassível diante dos reclamos dos que lutam e acreditam na grande missão da Geografia com a exigência curricular de se iniciar um estudo desta ciência no curso ginásial pela informação do Brasil sem aplicação inicial do assunto geral.

Jamais recuaremos, e possuidor de um constrangimento, continuaremos a aplicar a matéria exigida pelo aludido Conselho, mas sempre achando sua ilógica iniciação.

Como se pode penetrar no âmago de um assunto se o entender em suas linhas gerais e tópicos mais básicos?

Continua imperfeito e deformado o programa de Geografia do Brasil na primeira série do ginásial, deveria ser ao menos no 2º. ano. Isso porque os acidentes estudados no Brasil e os fatos geográficos carecem de uma explicação de seus conteúdos.

Nisto está um engano, e contra este sempre estaremos lutando para que se torne a aplicar a base geográfica, como início de seu estudo.

Além disso, clama contra a lógica do progresso cultural a idéia de uma

programação a vontade do professor, sem pé sem cabeça, comemorando até pelo fim, e obedecendo sempre a curiosidade dos alunos. Isto sem dúvida há de gerar uma anárquica estruturação na aplicação da matéria.

Outro aspecto da questão, está contido no que se procura justificar como diríamos, em “bossa nova”, o professor por ser um orientador do aluno e não carece de ser um profundo conhecedor da matéria. Se isto querem afirmar os orientadores da didática, fomentam contra a cultura dos próprios alunos e despersonalizam os professores. Assim como acontece com os que são improvisados pela simpatia curricular!

Completa-se este quadro de verdadeiras difamações no tocante à Geografia com o conselho dos propagadores da didática e das recomendações do uso destes ou daqueles recursos áudio-visuais, quando tudo é caro e de difícil aquisição.

O mal de tudo isto é bem brasileiro, somos mais faladores do que atuantes, e sempre nos dedicamos a falar como se deve fazer sem que jamais o façamos na extensão da realidade.

Chega de tanta teoria! Pensemos um pouco no que apresentamos e concluiremos de que

tudo é uma verdade geográfica, no tocante a seu ensino e estudo.

Diante do que acontece com a Geografia, no novo currículo brasileiro, diríamos como o poeta Augusto dos Anjos – que **um urubu pousou na sorte** desta disciplina.

A aplicação de um currículo de Geografia Sistemática ao lado da Regional macro e micro, é uma forçada superposição

de informes com seus espaços informativos diferentes, embora grosseiramente unidos, é como querer encaixar 3 figuras geométricas de tamanhos iguais e formas diferentes em uma só forma.

Meditemos, mestres de geografia, para agirmos incontinentes pelo prestígio de um programa para o curso ginasial mais lógico com a realidade da ciência mal aplicada.

Fonte: Jornal de Alagoas no ano de 1964.

Diante dessas colocações, o professor Ivan Fernandes Lima defende que ao iniciar os estudos geográficos, deve-se considerar as premissas teóricas da disciplina Geografia que, por sua vez, proporcionam um embasamento necessário aos conteúdos subsequentes de forma mais coesa nas demais séries em que se transcorre o ensino dessa disciplina.

Outra questão também apontada diz respeito à organização e à exposição dos conteúdos geográficos, evidencia-se de como são abordados livremente sem um rigor metodológico, e por consequência, a fragmentação do currículo, nas suas palavras:

Além disso, clama contra a lógica do progresso cultural a ideia de uma programação a vontade do professor, sem pé nem cabeça, começando até pelo fim, e obedecendo até a curiosidade dos alunos. Isto sem dúvida há de gerar uma anárquica estruturação na aplicação da matéria⁵⁷.

Compreende-se que a Geografia, assim como as demais disciplinas, carece de conhecimentos sistematizados através de conceitos gerais e científicos. Por sua vez, os fundamentos que envolvem a Geografia proporcionam a sua aplicação no ensino e a aprendizagem do aluno, contribuindo para que seu conhecimento não fosse limitado ao saber cotidiano, sem uma explicação e correlação da realidade.

Ainda prosseguindo a análise do primeiro artigo, destaca-se a qualificação profissional docente. O professor Ivan Fernandes Lima coloca que:

[...] o professor por ser um orientador do aluno e não carece de ser um profundo conhecedor da matéria... Se isto querem afirmar os orientadores da didática, fomentam contra a cultura dos próprios alunos e despersonalizam os professores. Assim como acontece com os que são improvisados com a simpatia curricular!⁵⁸.

Nesse sentido, o autor questiona a maneira como o professor se apresenta despreparado para exercer a função docente, oferecendo pouco ou até mesmo nenhuma contribuição no conhecimento dos alunos, de modo que esse professor aborda os conhecimentos gerais da matéria, mas não de forma aprofundada em teorias e conceitos básicos que são necessários na compreensão dos conteúdos.

Contudo, o autor questiona, ainda, neste artigo, as dificuldades apresentadas para o acesso de recursos didáticos, conforme Lima (1964) “completa-se a este quadro de verdadeiras difamações no tocante à Geografia com o conselho dos programadores da didática e das recomendações do uso destes ou daqueles recursos audio-visuais, quando tudo é caro e de difícil aquisição”. (p. 3).

⁵⁷Ibid, p.3.

⁵⁸Ibid, p.3.

Assim, a observação colocada pelo autor nesse primeiro artigo é resultado de suas ideias conclusivas a respeito das normatizações instituídas pelo Conselho Federal de Educação. Nas palavras do autor:

A aplicação de um currículo de Geografia Sistemática ao lado da Regional macro e micro, é uma forçada superposição de informes com seus espaços informativos diferentes, embora grosseiramente unidos - é como se querer encaixar 3 figuras geométricas de tamanhos iguais e formas diferentes em uma só forma⁵⁹.

Nesse sentido, compreende-se que o autor chama a atenção da interpelação de conhecimentos em diferentes escalas e que a supressão de informações com espaços e tempos diferentes empobrece o conhecimento de informações necessárias na análise de questões que requerem teorias básicas e essenciais, mediante o auxílio de interpretações de outros espaços dinâmicos que colabora na interface do geral para o regional e local.

Nessa lógica, o professor Ivan Fernandes Lima apresenta o escrito *II - A Crise do Currículo de Geografia*, em que aprofunda as discursões sobre a disciplina Geografia no 4º ano do ensino ginásial, apontando suas preocupações sobre a regulamentação estadual de educação nº 2510/62, dada as exigências da LDB 4024/61, acerca da aplicação no programa de Geografia referente ao estudo da Geografia regional de cada lugar antes de outras noções, que são inerentes ao conhecimento base da Geografia. Além disso, preceitua-se a necessidade de vigorar o método suplantado da geografia descritiva e de nomenclatura dos aspectos naturais e humanos. Segundo seu ponto de vista:

Iniciar-se o estudo de Geografia na primeira série ginásial pela região em que habitamos, fere o sentido de Ciência, pois falta a base geral do seu conhecimento, já definido e estabelecido com seus princípios e leis que integram o conceito científico. [...] O mal está na Lei de Diretrizes é de se tornar, em parte, muito liberal e noutros casos, inconvenientes; pois é muito pequena a possibilidade de se fazer ensino no Brasil com “os olhinhos fitos no futuro da pátria...”⁶⁰

Compreendemos que a possibilidade dos Estados de organizarem as disciplinas complementares em seu próprio currículo, levou o Conselho Estadual de Educação de Alagoas a estabelecer o ensino de Geografia de Alagoas nas primeiras séries do curso ginásial, por sua vez, deixando os conteúdos de cultura mais geral da disciplina Geografia para serem explorados nas demais séries no decorrer do curso, haja vista a liberdade instituída pela Lei de Diretrizes e Bases nº 4024/61. Para tanto, o professor Ivan Fernandes Lima defendia o estudo sistemático geral para então estudar o Brasil, entendendo que:

⁵⁹Ibid, p.3.

⁶⁰LIMA, I. F. II A crise do currículo de Geografia. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, p.3, 08 fev.1964.

Se o programa visa estudar-se o nosso país em primeiro lugar, é necessário que se inicie pela Geografia Geral Sistemática, o globo desta ciência, tanto aplicada ao mundo físico, quanto ao biológico e a parte humana, embora que, tudo em síntese, mas o que seja. Em seguida podemos estudar com as ideias do nosso país, em geral, com a introdução, a da região que habitamos (para nós a Nordeste), no 3º ano ginasial o Estado em que vivemos, e a 4ª série seria o coroamento do estudo geral do país⁶¹.

Sendo assim, salienta-se que no currículo estabelecido pelo Conselho Estadual de Alagoas, o ensino da disciplina de Geografia no 3º ano ginasial caberia uma introdução dos conteúdos apresentando os aspectos gerais e de forma sistemática, por sua vez, na 4ª série ginasial caberia o estudo do Brasil e seus aspectos gerais, considerando a tradição do ensino de Geografia da inclusão de uma introdução ao conteúdo geográfico a ser ministrado.

À medida que expõe suas ideias, o professor Ivan Fernandes Lima divulga nova edição do escrito *III - A Crise do Currículo de Geografia*, tendo em foco o material didático entre o acesso e a ausência nas aulas de Geografia, destaca-se de forma geral a realidade dos colégios no Brasil e sua relevância, principalmente no currículo da 4ª série do ginasial. Aponta o autor:

O material didático é, entre nós do Brasil, uma novidade muito cara e de difícil aquisição por causa de falta e também por preço em ser adquirido. Falta-nos o essencial e a sinceridade dos mestres em aplicar tais recursos didáticos e por outro lado é de a maioria dos colégios poderem compra-los⁶².

Destacamos que a produção de materiais didáticos no país ganha expressividade a partir da década de 1990. Dentre esses, destaca-se o livro didático, importante disseminador de ideias sob a forma de conteúdos, instrumentos de trabalho mais usados por professores e alunos na tradição escolar. Nesse contexto, Lima (1964) também chama a atenção para “[...] a realidade das excursões, pela falta de ônibus para locomoção dos alunos a lugares onde se desenvolvem fatos geográficos de fácil reconhecimento.” (p. 3).

Nessa perspectiva, a utilização de excursões produzidas pelos professores proporciona de forma dinâmica a aprendizagem significativa dos conteúdos ensinados pela matéria com a compreensão de elementos presentes no cotidiano, sendo estabelecida uma metodologia adequada na seleção da atividade de acordo com o nível de escolarização e a faixa etária do aluno, tendo objetivo de exploração do conhecimento discutido em sala de aula, causando estímulo de habilidade e a criatividade do aluno no processo de construção do conhecimento da disciplina escolar exigido na proposta pedagógica do professor.

⁶¹Ibid, p.3.

⁶²LIMA, I. F. III A crise do currículo de Geografia. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, p.3, 16 fev.1964.

Diante das questões apresentadas sobre material didático, o professor Ivan Fernandes Lima anuncia em mais uma edição do escrito *IV - A Crise do Currículo de Geografia*, chamando atenção da ausência de investimentos em pesquisas geográficas aplicadas a realidade local, destacando a importância de estudo geográfico voltado para a cidade. Para Lima (1964) “A ausência de nossas escolas com seus laboratórios condenou o nosso processo técnico científico para as pesquisas feitas com nosso esforço e condicionados os seus resultados à nossas necessidades”. (p. 3).

Nessa afirmação, o ensino de Geografia ficaria restrito ao conhecimento informativo estabelecido através dos programas das escolas, pela ausência de laboratórios voltados ao desenvolvimento de pesquisas. Além disso, enfatiza-se o estudo de campo a partir da análise da cidade que apresenta várias possibilidades na aprendizagem e contribui na interação do conhecimento escolar e comunidade local, considerando a escola um espaço para a construção de seu próprio conhecimento com base em suas práticas. Segundo a concepção de Lima (1964) “Daí a grande crise que assistimos em nosso país pela falta de laboratórios e principalmente de homens especializados por vários ramos da técnica e ciência modernas”. (p. 3).

Assim, dentre os pontos apresentados sobre a crise do currículo, inclui-se a Geografia no Brasil, conforme destaca o autor:

É lógico que, diante de um quadro deste, a Geografia, no Brasil sofresse uma influência adaptada ao seu caso. A falta de uso prático: pois nos importávamos tudo a seu respeito e não carecíamos de ter geógrafos brasileiros, porque as universidades estrangeiras enviavam seus especialistas para conhecer nosso país. E nós os donos da casa ficamos sem conhece-la [...] ⁶³.

Diante dessa argumentação, podemos constatar a carência de professores de Geografia, haja vista que a formação de professores no país concretiza-se a partir da criação da Universidade de São Paulo - USP, em 1934, através da instalação do primeiro curso de Geografia, sendo possível a vinda de professores franceses que desenvolveram estudos de campo no país e influenciaram as tendências metodológicas da Geografia brasileira. Dessa maneira, pode-se destacar, dentro do contexto apontado pelo professor Ivan Fernandes Lima, que os cursos de Geografia no país eram recentes e dispunham de pouca estrutura para atender a lacuna de necessidades de professores, realização de pesquisas científicas regionais, investimentos em laboratórios e material didático na época.

⁶³ LIMA, I. F. IV - A crise do currículo de Geografia. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, p.3, 20 fev. 1964.

Com relação ao escrito *V - A Crise do Currículo de Geografia*, o professor Ivan Fernandes Lima discute suas considerações do que chama de “a crise do currículo de geografia, fundamenta-se através da eliminação desta disciplina na 4ª série Ginásial. Esclarece o autor:

Aceitamos que se aplique a Geografia Regional, mas que seja completada com a explicação geral; somos levados a esta ideia pela nação demasiada aceita pela geração que nos antecedeu, para a quem pertencemos no momento atual de transição do conteúdo geográfico, pela grande influência que exerceram os estudos de geografia, principalmente, de Aroldo de Azevedo, o qual teve o grande mérito didático de nos fazer conhecer a obra de Emmanuel De Martonne, na síntese de seus livros da 1ª série Ginásial e a 1ª Colegial, além dos livros das 2ªs. séries de tais ciclos, como a geografia dos continentes, como um arranjo de vários outros livros; mas foram trabalhos que nos impigiram um vício de termos nos compêndios das 1ªs. séries citadas, uma **geografia sistemática**, com exemplos **estrangeiros**, e só aparecendo os estudos referente ao nosso país e regiões naturais na 3ª e 4ª séries ginásiais (estando hoje a 4ª série extinta) e também o era na 3ª série Colegial; diante deste aspecto estudávamos geografia, sentindo um hiato a separar profundamente **geografia sistemática da regional**, ficamos sujeitos a um desentendimento da conexão do conhecimento do conteúdo geral da geografia e de sua aplicação ao **regional**⁶⁴. (1964, p. 3, grifo do autor).

Diante do exposto, pode-se esclarecer que a prática de ensino de Geografia sistemática segue uma tradição dos compêndios estrangeiros, iniciando os conteúdos geográficos pelos aspectos gerais, e, sobretudo que o conteúdo geográfico de âmbito regional e natural do Brasil, sendo repercutido por influência de Aroldo de Azevedo, cujas obras didáticas apresentavam uma síntese dos conteúdos gerais no ciclo 1º e 2º do ginásial e do colegial e só no ciclo 3º e 4º os conteúdos regionais. Dessa forma, havia uma separação entre os conteúdos geográficos sistemáticos e regionais sem uma relação entre si. Segundo as ideias de Lima (1964) “[...] que a parte sistemática seja estudada em nível um pouco mais leve na 4ª. série primária, ou no programa que antecipe o início do ginásio, para que o aluno já tenha, ao ingressar neste, o conhecimento preliminar da geografia geral (sistemática).” (p. 3).

Contudo, no escrito *VI - A Crise do Currículo de Geografia*, o professor Ivan Fernandes Lima enfatiza o estudo da Geografia geral ou sistemática pela análise de síntese como introdução aos conhecimentos da Geografia regional, tendo em vista a omissão, no corpo do programa, apresentado através das regulamentações do Departamento Estadual de Educação, sobre as noções básicas para o estudo geográfico no ensino de Geografia de Alagoas para os alunos do ginásio.

Sendo assim, o professor Ivan Fernandes Lima salienta o livro didático *Geografia de Alagoas*, a ser editado pela Editora do Brasil, em São Paulo, atribuindo a forma de um roteiro e

⁶⁴ LIMA, I. F. V - A crise do currículo de Geografia. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, p.3, 23 fev. 1964.

nunca uma obra finalizada. Visto que, denota-se de forma detalhada as informações sobre a referida obra, justificando a sua elaboração. Nas palavras do autor:

Achamos que esta Geografia de Alagoas, tem uma grande aplicação no curso Pedagógico, pois foi em contato com seus alunos que tivemos a ideia de atender à necessidade imperiosa de um livro, que fosse capaz de fornecer informes gerais sobre o nosso Estado, atendendo ao espírito que dinamiza a nova Lei de Diretrizes e Bases, insistindo no conhecimento geográfico da comunidade que pertencemos, como irmãos alagoanos que somos, integrado na família brasileira⁶⁵.

Nessa lógica, permite-se inferir que o professor Ivan Fernandes Lima faz a divulgação da obra *Geografia de Alagoas*, através do *Jornal de Alagoas*, haja vista a reforma do programa de ensino de Geografia na década de 1960. Além disso, em seu discurso, enfatiza-se a ideia de que sua obra supriria a carência da época sobre conhecimentos gerais de Geografia de Alagoas. Dessa forma, também serviria para que os professores tivessem a oportunidade de inteirar-se e, conseqüentemente, promover as introduções do ensino de Geografia para compreensão dos alunos sobre os conteúdos de Geografia de Alagoas no ensino do ginásio.

Consideramos que as questões noticiadas pelo professor Ivan Fernandes Lima em seus escritos por meio do *Jornal de Alagoas*, tendo como foco a mudança do currículo do Estado de Alagoas na década de 1960, contribuíram para o debate do ensino de Geografia de Alagoas na época. Por sua vez, pode-se constatar em suas ideias a respeito da abordagem do conteúdo e o método de ensino da disciplina Geografia com ênfase no curso do ginásio, que suas preocupações voltavam-se para uma introdução dos conhecimentos gerais da Geografia e, por conseguinte, o estudo da Geografia regional, destacando também a importância de recursos didáticos nas aulas de Geografia e na formação de professores.

Tendo em vista a participação do professor Ivan Fernandes Lima no debate do currículo de Geografia e a colaboração de seus escritos para o ensino de Geografia de Alagoas, no próximo capítulo, faremos uma avaliação acerca do livro didático *Geografia de Alagoas*, de 1965, por Ivan Fernandes Lima, buscando identificar os aspectos materiais e pedagógicos da obra.

⁶⁵ LIMA, I. F. VI - A crise do currículo de Geografia. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, p.3, 29 fev. 1964.

CAPÍTULO 3 – O LIVRO DIDÁTICO GEOGRAFIA DE ALAGOAS: saber geográfico difundido na obra didática por Ivan Fernandes Lima

Ao escrever sobre a Geografia de Alagoas, o professor Ivan Fernandes Lima obteve uma vasta produção no Estado de Alagoas, sendo inicialmente representada pelas publicações no Jornal de Alagoas, posteriormente, o governo do Estado apoiou outras publicações, sobretudo com a organização do mapeamento do Estado e sua colaboração em pesquisas científicas sobre os aspectos geográficos alagoanos, visando estudos para o apoio técnico do governo estadual e para a Geografia escolar e a Geografia Acadêmica alagoana.

Dentre as produções evidenciadas, destacamos o livro didático *Geografia de Alagoas*, publicado, em 1965, pelo professor Ivan Fernandes Lima. Essa obra resulta da organização de conhecimento acumulado no decorrer da vida profissional do autor, os aspectos geográficos observados e analisados, através de estudo de campo no Estado de Alagoas, por sua vez, compuseram como base de informações para a elaboração de seu primeiro livro didático.

No tópico a seguir, buscamos uma breve discussão a cerca do ensino de Geografia de Alagoas e a produção do livro didático *Geografia de Alagoas*, do professor Ivan Fernandes Lima, de 1965.

3.1 A Geografia de Alagoas: no ensino de Geografia e na produção do livro didático *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima

No contexto do ensino de Geografia de Alagoas, a partir da década de 1960, podemos destacar dois professores de geografia, José da Silveira Camerino e Ivan Fernandes Lima, por suas contribuições para o ensino de Geografia regional/local no nordeste. Desta forma, salienta-se a atuação desses professores no ensino da disciplina Geografia no âmbito do Colégio Estadual de Alagoas, procedente do Liceu Alagoano, a partir da abordagem dos conteúdos de geografia e a metodologia de ensino na época.

Dentre os conteúdos de geografia ministrados pelo professor José da Silveira Camerino destaca-se:

[...] é o fato dele ter ensinado para gente a **Geografia da América Latina**, porque até então o nosso mundo era o Brasil ou mais propriamente Alagoas. E com o Camerino a gente percebeu que havia outros povos que eram nossos vizinhos que sofreram os impactos da invasão do Brasil, sobretudo através dos índios, quando chegaram os portugueses aqui e no restante da América Latina e começaram a perseguir os índios [...]. Então o Camerino nos falou sobre o **lago**

Titicaca, sobre as **idades flutuantes** que existe nesse lago, e isso me deixou muito impactado diante da América Latina, só que eu não sabia como e o que fazer para aprofundar isso, também naquele momento a gente não tinha assim, essa mentalidade, esse raciocínio agonizado para conhecer, inclusive a América Latina. Porque o Brasil era como não se tivesse irmãos, no caso, o Brasil era como se fosse um irmão dominado que não conhecesse vários outros irmãos igualmente dominados. Então, o lago Titicaca era incrível, porque ele falava que o lago era o maior lago do mundo, que o lago estava em território de três países latino-americanos [...] ⁶⁶. (grifo nosso)

Podemos destacar que o professor Camerino apresentou uma preocupação no ensino de Geografia a respeito dos conhecimentos mais abrangentes, a exemplo da Geografia da América Latina, por sua vez, fazendo uma relação com o conhecimento da Geografia do Brasil e, por consequente a Geografia regional/local. Nessa lógica, inicia-se a abordagem dos conteúdos da disciplina Geografia através de uma visão geral e no decorrer da explanação, considera-se os aspectos geográficos do Brasil sendo atrelados aos elementos da Geografia da América Latina.

Além desses aspectos apresentados, aponta-se que o professor Camerino também chamou atenção para o seguinte fato:

[...] ele me deu notícias dos **primeiros indígenas da América Latina**, ele citava os nomes, mas infelizmente claro eu me esqueci, porque aquilo que a gente não utiliza constantemente termina esquecendo, só que isso só volta para mim já [...] mas, ele também falou nos **Amaras!** qualquer coisa assim que eu não me recordo [...] ⁶⁷. (grifo nosso)

Diante do exposto, percebemos a preocupação do professor Camerino em enfatizar em suas aulas os conteúdos que versavam a respeito do conhecimento sobre a Geografia da América Latina, embora tivesse a preocupação com os conhecimentos regionais, ou seja, ministrava-se a abordagem dos conteúdos da disciplina Geografia a partir de uma visão geral e, por consequente o ensino de Geografia do Brasil, dando ênfase a Geografia de Alagoas.

Haja vista os conteúdos de geografia ministrados pelo professor Ivan Fernandes Lima, pode-se apontar que:

Com Ivan, eu aprendi a conhecer e a ver melhor Alagoas, **os acidentes geográficos de Alagoas, as lagoas, os rios, as cidades históricas**. Ele utilizava muitas fotos de pesquisa de campo, onde a figura dele, ou de outros homens ou mulheres apareciam na foto, por exemplo, quando ele queria comparar a grandeza de uma serra, então de uma pedra, de qualquer coisa assim, então ele tirava uma foto e então a gente via a pequenez humana diante da grandiosidade daquela serra, daquela pedra, etc. A gente, por exemplo, uma das coisas que a gente aprendeu que Alagoas é onde tem uma das **terras mais rica do Brasil que é o massapé** e que é uma terra que ocorre no sudeste, que essa terra é utilizada até hoje pelo cultivo da monocultura da cana de açúcar, com que faz

⁶⁶Professor 5, entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2015.

⁶⁷Idem, entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2015.

com esses recursos sejam digamos assim explorados até a consumação eu diria, a exaustão para o acúmulo de riquezas de uma minoria⁶⁸. (grifo nosso)

Nessa argumentação, podemos constatar que o conhecimento transmitido pelo professor Ivan Fernandes Lima sobre Geografia de Alagoas, colaborou no entendimento dos aspectos geográficos regional/local e, sobretudo no embasamento do conhecimento de outras regiões. Desta forma, percebe-se que os elementos históricos, econômicos, políticos e culturais que predominam em uma sociedade “tem sua base na geografia, tem a sua base na terra, tem a sua base na questão social e como a terra é dividida entre a população, então a geografia de fato [...] é um elemento importante para todos aqueles que querem conhecer a realidade”⁶⁹.

Tendo em vista a colaboração do conhecimento geográfico ministrado destaca-se:

Claro que, Ivan Fernandes e nem Camerino, me falou sobre isso, sobre: Quem utiliza a terra? Que espaço tá ocupando? Entendeu! e Quem tá servindo isso?. Então, essa questão de perceber o massapé da região da Mata para o cultivo da cana de açúcar e para o acúmulo da riqueza na mão de poucos, isso aí já é um acréscimo que eu coloco a partir daquela base que a gente teve do Ivan Fernandes. A gente claro que talvez a gente não pudesse esperar dele uma contribuição maior, até porque o processo sociocultural alagoano ainda não permitia isso e também porque a ideologia que permeia a maioria dos estudos em Alagoas e no Brasil também não apontava para essas desigualdades sociais existentes no Brasil em cada Estado⁷⁰.

Entendemos que os conteúdos ministrados na disciplina Geografia enfatizavam os aspectos geográficos naturais e humanos em diferentes lugares, haja vista que o contexto político e econômico do país na época voltava-se para uma mentalidade desenvolvimentista, por sua vez, esta ótica foi transplantada para o processo educacional e cultural, tendo em vista que a escola assumiria a função da formação de cidadãos para atuar no mercado de trabalho, a partir da implantação de cursos técnicos. Por outro lado, o ensino de Geografia possibilitava a compreensão das questões políticas e econômicas, sendo representado através do conhecimento geográfico para a sociedade, sobretudo as relações de poder das classes dominantes.

A respeito da metodologia de ensino na disciplina Geografia, destaca-se: “[...] professor Camerino, professor muito competente, e as aulas dele eram muito apreciadas pelos alunos, todo mundo gostava das aulas dele, tanto ele como o professor Ivan Fernandes utilizavam muito recursos visuais, projetores, não era bem projetores. [...]”⁷¹. Visto que, entende-se a ausência de

⁶⁸Idem, entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2015.

⁶⁹Idem, entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2015.

⁷⁰Idem, entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2015.

⁷¹Idem, entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2015.

excursões no ensino de Geografia, diante da realidade apresentada nas escolas do estado pela ausência de transportes para o deslocamento dos alunos e professores.

Destacamos que o professor Camerino e o professor Ivan Fernandes Lima se preocuparam também com a questão do livro didático regional/local de Geografia, tendo em vista as determinações das Leis de educação na época e, sobretudo a ausência de livro didático para o suporte de professores e alunos no ensino da disciplina Geografia de Alagoas. Tanto o professor Camerino como o professor Ivan Fernandes Lima produziram livro didático de Geografia de Alagoas na década de 1960.

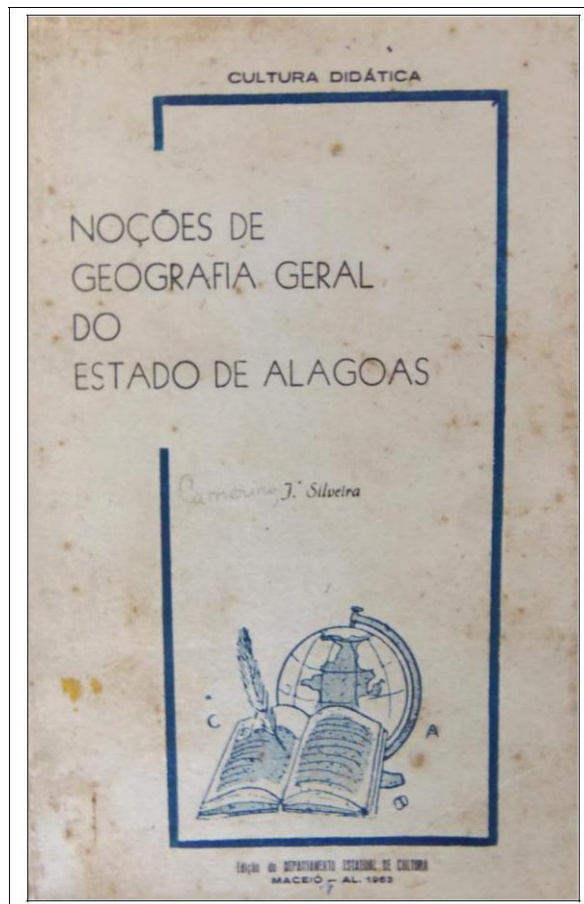
Apesar das obras didáticas dos dois professores terem recebido apoio do Estado para publicação, no caso da obra do professor Camerino, através do Departamento Estadual de Cultura e quanto à obra do professor Ivan Fernandes Lima, através da Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, não foram indicadas oficialmente aos estabelecimentos de ensino das escolas públicas estaduais.

Para tanto, a obra do professor Camerino intitulada *Noções de Geografia Geral do Estado de Alagoas*, de 1963, foi dividida em duas partes, a primeira em uma abordagem Física estruturada por três capítulos e, a segunda uma abordagem Política estruturada por oito capítulos, sendo o terceiro capítulo intitulado, *O Meio - Regiões Naturais - Habitação - Alimentação*. Neste capítulo, o professor Camerino apresenta as propostas de divisão regional do Estado de Alagoas, tendo como base a região natural.

Desse modo, pode-se argumentar que na leitura do texto fica evidente o destaque em começar os estudos da geografia pelos aspectos físicos e, por consequente, as características regionais. Tendo como base esse autor, podemos perceber, “[...] a sistematização dos conhecimentos de Geografia no ensino ginásial orientados por uma Geografia Física. Isso não significa que tais livros não abordem a parte humana dessa ciência, mas são os aspectos físicos o fio condutor da análise geográfica.” (GOMES, 2010, p.55).

A respeito dos aspectos pedagógicos, pode-se verificar da obra do professor Camerino que os textos apresentam resumos da História e Geografia de Alagoas, com 89 páginas, sendo parte da Coleção *Cultura Didática*, utiliza uma linguagem simples para abordar os assuntos, com conteúdo sem formalidades e menos acadêmico. Por outro lado, podemos verificar a ausência de ilustrações, a exemplo de fotos ou mapas relacionados ao texto, também não apresenta exercícios, sendo todo escrito em letra preta, apenas a capa apresenta imagem de um globo terrestre e um livro na cor azul, contornado pela mesma cor e, sendo a capa na cor branca com letras também na cor preta (figura 10):

Figura 10: Capa da 1ª edição do livro *Noções de Geografia Geral do Estado de Alagoas*, de 1963, de José Silveira Camerino.



Fonte: Biblioteca da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Após a análise da obra do professor Camerino, evidenciamos a obra do professor Ivan Fernandes Lima *Geografia de Alagoas*, de 1965 sendo dividida no primeiro capítulo em duas partes, a primeira parte intitulada, *Introdução à Geografia de Alagoas*, e a segunda intitulada *Divisão Regional e Zonas Fisiográficas*. Na segunda parte, o autor apresenta as propostas existentes de divisão regional de Alagoas e incorpora em sua obra a proposta de divisão regional elaborada pelo autor, em 1964, quando então secretário executivo do Conselho Estadual de Geografia.

Tendo em vista as relações sociais e os espaços ocupados pelo professor Ivan Fernandes Lima, pressupõe-se que sua obra didática teve expressividade e circulação nas escolas estaduais em Alagoas, tornando-se mais conhecida entre os professores e alunos no ensino de Geografia de Alagoas em relação à obra didática do professor Camerino. Além disso, ambas as obras didáticas dos dois professores foram distribuídas gratuitamente nas escolas e bibliotecas públicas do Estado.

Ao confrontar as obras dos autores, verificam-se diferenças no aspecto pedagógico dos livros. No caso de José Silveira Camerino, seu livro decorria de conhecimentos acumulados de sua carreira como professor universitário e catedrático, com produções de textos baseados em consultas de obras de autores alagoanos ou não clássicos e modernos, usando também publicações de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Departamento Estadual de Estatística, através de linguagem didática para uma rápida leitura na explicação da Geografia de Alagoas.

Ao ler o livro do professor Ivan Fernandes Lima, percebe-se uma linguagem mais didática, seguindo uma sequência de introdução aos assuntos a partir da definição do conteúdo com o uso de conceitos geográficos, apresenta ilustrações para demonstrar e localizar os aspectos geográficos e também inclui atividades e questionários. Dessa forma, o autor explica os aspectos geográficos com mais abrangência e traz uma ideia aprofundada, a partir de seus conhecimentos acumulados na carreira de geógrafo e de professor universitário e catedrático e, sobretudo, pelas informações apresentadas resultantes de pesquisa de campo em Alagoas.

Entendemos que tanto o professor José Silveira Camerino quanto o professor Ivan Fernandes Lima, contribuíram para o ensino da disciplina Geografia de Alagoas. Embora, nosso primeiro contato tenha se dado através da obra do professor Ivan Fernandes Lima, nossa opção nesta pesquisa, o que não impediu nosso olhar e reflexão sobre a obra do professor Camerino. Além disso, tornaram-se obras escassas entre as escolas e as bibliotecas estaduais, podendo ser encontrados, com algumas exceções e reduzida quantidade, em escolas e bibliotecas públicas estaduais, particulares e sebos.

A respeito da obra em foco, destacamos que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL* publicou o discurso proferido por Duarte (1972), no lançamento do livro *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, a 31 de julho de 1965, em suas palavras:

A “GEOGRAFIA DE ALAGOAS”, do Prof. do Ivan Fernandes Lima, a quem felicito, neste momento, não só em meu nome, mas no de todos os que aqui vieram trazer-lhe o estímulo de suas presenças, irá contribuir, temos a certeza; para a melhor compreensão e conhecimento da terra em que vivemos, numa análise de suas principais feições geográficas-físicas, biológicas e humanas. Creio que assim dizendo e assim acontecendo, terá o ilustre professor o direito de considerar-se pago de seu trabalho e de seu esforço ou, como se expressou no prefácio, “da minha missão” que há cinco anos iniciara e cuja “primeira fase” está, digo eu, agora opolentemente representada na sua “GEOGRAFIA DE ALAGOAS” (p.113).

Diante dessa argumentação, consideramos que o livro didático de *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima recebeu grande prestígio entre a sociedade letrada de Alagoas, principalmente na afeição de sintetizar em resumo geográfico de Alagoas para a obra didática, a

forma de abordagem dos conteúdos e a sua adequação do conhecimento apresentado, dando uma visão geral da disciplina Geografia. E por ser obra dedicada ao ensino, estabeleceu com precisão os dados e a metodologia, abdicando a abordagem dos conteúdos por enumeração dos aspectos geográficos e alongada citação de acidentes geográficos.

À medida que o livro didático *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima tornou-se conhecido, “[...] todo mundo correu para conhecer, para ler, porque todo mundo conhecia que o livro tinha valor, ele dera o valor. E nos tínhamos assim um certo orgulho em saber que ele era uma pessoa de valor e estava sendo reconhecido esse valor dele, era muito bom, [...].”⁷². Aponta-se que o autor era muito preparado e ao mesmo tempo vaidoso com relação ao conhecimento geográfico que obteve no decorrer de sua vida profissional.

O uso do livro didático *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, nas escolas estaduais de Alagoas, se dava através dos professores que indicavam a referência desse livro através do programa de ensino da disciplina de Geografia, principalmente no curso de admissão para ingressar no ginásio na época.

Nesse sentido, enfatiza-se a maneira de uso deste livro pelos professores e alunos:

[...] o professor passava muita tarefa para casa, e eu pegava muito em casa para ler e responder [...] um tipo de questionário. O professor explicava o assunto e depois respondia uma parte dos exercícios desse livro e os outros pediam para pesquisar e responder. A gente copiava viu! Eu lembro que fazia muito questionário. [...] Tinha os exercícios que ele fazia lá na sala, as vezes copiava os exercícios lá no quadro e depois pedia para gente responder os questionários desse aqui e acrescentava mais⁷³.

Para tanto, o uso do livro didático *Geografia de Alagoas* não chegou a ser indicado de forma oficial pelo Estado de Alagoas, nem tampouco passou ser uma exigência pelos professores de caráter obrigatório no ensino da disciplina Geografia. Por outro lado, este livro tornou-se complementar no ensino de Geografia de Alagoas, auxiliando na realização das atividades desempenhada pelos alunos e nas demonstrações dos aspectos geográficos alagoanos, através das imagens apresentadas no livro didático como: fotos, quadros e mapas, a exemplo da localização dos rios, das serras, das características da população e das cidades alagoanas.

Contudo, apesar das críticas em relação ao apoio recebido pelo Estado para a publicação de suas obras, não podemos deixar de considerar que a produção do conhecimento geográfico do professor Ivan Fernandes Lima embasou os estudos do ensino da Geografia escolar e o ensino da Geografia Acadêmica, sobretudo no âmbito regional/local.

⁷²Professor 3, entrevista concedida a autora em 10 de março de 2014.

⁷³Professor 4, entrevista concedida a autora em 10 de março de 2015.

Tendo em vista a colaboração do professor Ivan Fernandes Lima para o ensino de Geografia de Alagoas, vejamos, no próximo tópico, uma análise acerca do livro didático *Geografia de Alagoas*, de 1964, enfocando os aspectos materiais apresentados na obra.

3.2 Aspectos materiais da obra *Geografia de Alagoas*

O livro didático, historicamente, é um suporte educativo valorizado que contribui para mediação do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, Munakata (1997) compreende que “[...] é signo cultural na e pela sua materialidade, pela sua natureza objetiva como mercadoria, resultado de uma produção para mercado. [...]”. (p. 18). Dessa forma, é importante considerar as relações sociais que envolvem o processo de produção do livro didático, buscando entender não apenas o contexto de sua produção, mas também a materialidade da obra.

A partir desta concepção, Munakata (1997), entende o livro como material:

[...] geralmente confeccionado em papel, sobre o qual aderem letras e outras figuras desenhadas a tinta, segundo uma técnica denominada impressão, cuja invenção data do século XV; esse objeto produz-se segundo um processo de trabalho bem definido e aparece primordialmente como mercadoria, mesmo que as intenções de seus artífices sejam de outra ordem que não a mercantil. [...]. (p. 84).

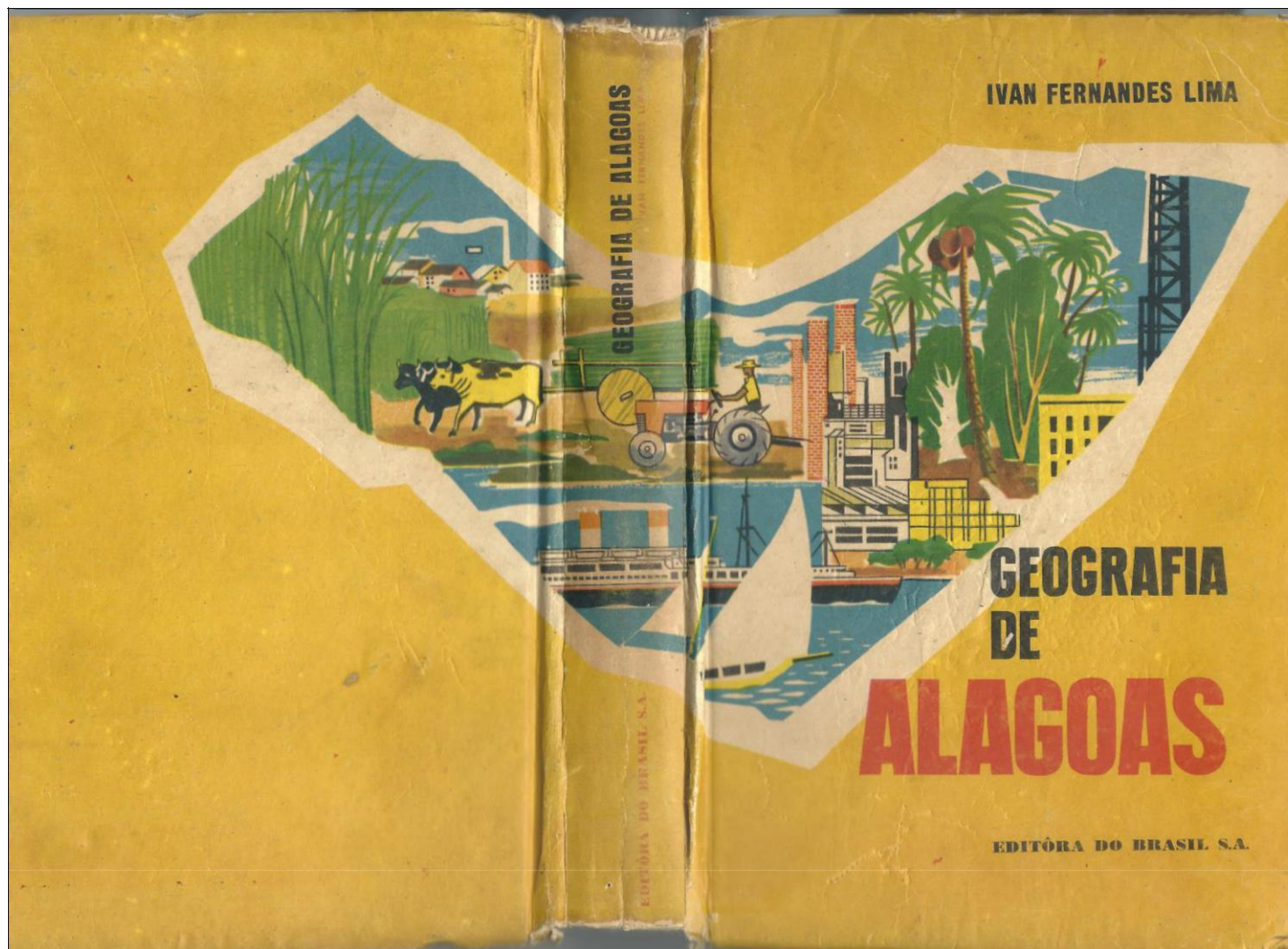
Tendo em vista a materialidade, propõe-se considerar na realização da análise do livro, a partir de seus elementos que fazem parte do impresso um objeto cultural. Por outro lado, essa análise também necessita abdicar o idealismo que sobrevaloriza a concepção da obra no momento da produção material. (MUNAKATA, 1997).

Nesse propósito, adotamos os critérios: capa; autor ou autores; público; apresentação do livro; índice e estrutura do livro; diagramação; imagens, representações gráficas e cartográficas, proposta teórico-metodológica; linguagem; atividades e a bibliografia, sugeridos por Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009), sobre a materialidade da obra de Ivan Fernandes Lima.

Em nossas observações sobre a estrutura da obra, identificam-se os seguintes aspectos: o livro didático *Geografia de Alagoas*, 1ª edição, em 1965, com 347 páginas, capa dura na cor amarela, sendo ocupado com um mapa do Estado de Alagoas, tendo suas regiões apresentadas por ilustrações, destacando as atividades geoeconômicas, estendendo-se em duas partes na capa, da frente para leste e atrás para oeste do território, contornado de branco. É importante a ênfase que é dada ao nome do livro *Geografia de*, escrito na cor preta e *Alagoas*, com letras grandes escrita na cor vermelha ao lado direito do mapa. Logo abaixo, o nome da Editora do Brasil e em

preto também o nome do autor, aparece no alto, lado direito. Conforme podemos constatar na figura11.

Figura 11: Capa da 1ª edição do livro *Geografia de Alagoas*, de 1965, de Ivan Fernandes Lima.



Fonte: acervo pessoal da autora

Na primeira página, depois da capa, inclui-se apenas o nome da obra, que aparece centralizado, sendo o exemplar analisado com a presença de folhas amareladas, demonstrando a marca do tempo de sua edição e, no verso da página, o número do exemplar examinado, 001446. Na segunda página, tem-se o nome da coleção a que pertence à obra didática, que é a *Coleção Didática do Brasil*, escrito na cor preta sobre uma lista também na cor preta, embaixo, a série, para o ensino normal, assim como o volume da coleção, que é o 14. Logo após há o nome do autor e, abaixo, o nome da obra, com destaque e com letras grandes em negrito e, no rodapé, constam ainda o símbolo da Editora do Brasil e seu endereço e, após, o ano de publicação.

A dedicatória aparece recuada ao lado direito da folha, demonstrando que o autor dedicou seu trabalho ao pai, aos mestres e amigos. Na página posterior, o prefácio ocupou três páginas, escrito pelo próprio autor da obra, dedicando-a aos alunos e professores do estado, tendo o objetivo de incentivar o estudo dos aspectos geográficos alagoanos, através da descrição e explicação das paisagens. O autor demonstrava preocupação em romper com a abordagem tradicional dos conteúdos presentes nos livros didáticos de Geografia na época, ensinado de forma enfadonha, enfatiza-se que os conteúdos se apresentavam distanciados dos propósitos da Geografia Moderna.

Ainda no prefácio, destaca-se a necessidade do ensino de Geografia ser ministrado sem a memorização dos conteúdos, haja vista o entendimento intercorrelacionado entre os fenômenos físicos, biológicos e humanos, considerando a realidade científica da geografia para o estudo da Geografia de Alagoas, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, seguindo as determinações do Conselho Federal de Educação, com a liberdade do ensino de Geografia regional/local. E ainda, coloca-se a obra apresentada como um resumo geográfico de Alagoas, visto que alguns conhecimentos da realidade do Estado foram reduzidos para atender as exigências de obra didática, por sua vez, não apresenta prejuízo do conteúdo geográfico e, esclarecendo o uso das ilustrações.

Na página seguinte, o índice ocupa a frente e o verso da página. A obra está dividida em três seções: a primeira delas foi nomeada de *Geografia Física e Biológica*, o autor irá descrevê-la em duas partes: *Introdução à Geografia de Alagoas*, sendo destinada aos aspectos gerais no estudo da situação geográfica: limites, pontos extremos, linhas extremas, superfície, fusos horários e forma do Estado de Alagoas e descrevendo os temas: geologia, geomorfologia, hidrografia, litoral, clima, vegetação e fauna; e na segunda parte *Divisão Regional e Zonas Fisiográficas*, estabelece o estudo sobre as regiões fisiográficas de Alagoas analisando suas

particularidades dos aspectos do meio físico e humano para delimitar as linhas divisórias intermunicipais.

A segunda seção do livro, o autor intitula por *Geografia Humana* dividida em três partes, sendo a primeira *Introdução à Geografia Humana de Alagoas*, abordando temas como: primórdios do povoamento, elementos étnicos, os índios, os negros e os brancos; e na segunda parte *Evolução Populacional*, abordando temas como: habitação e alimentação, analisando os dados de recenseamentos, e na terceira parte *Formação Territorial*, abordando temas como a organização administrativa, fronteiras, núcleos urbanos e Maceió.

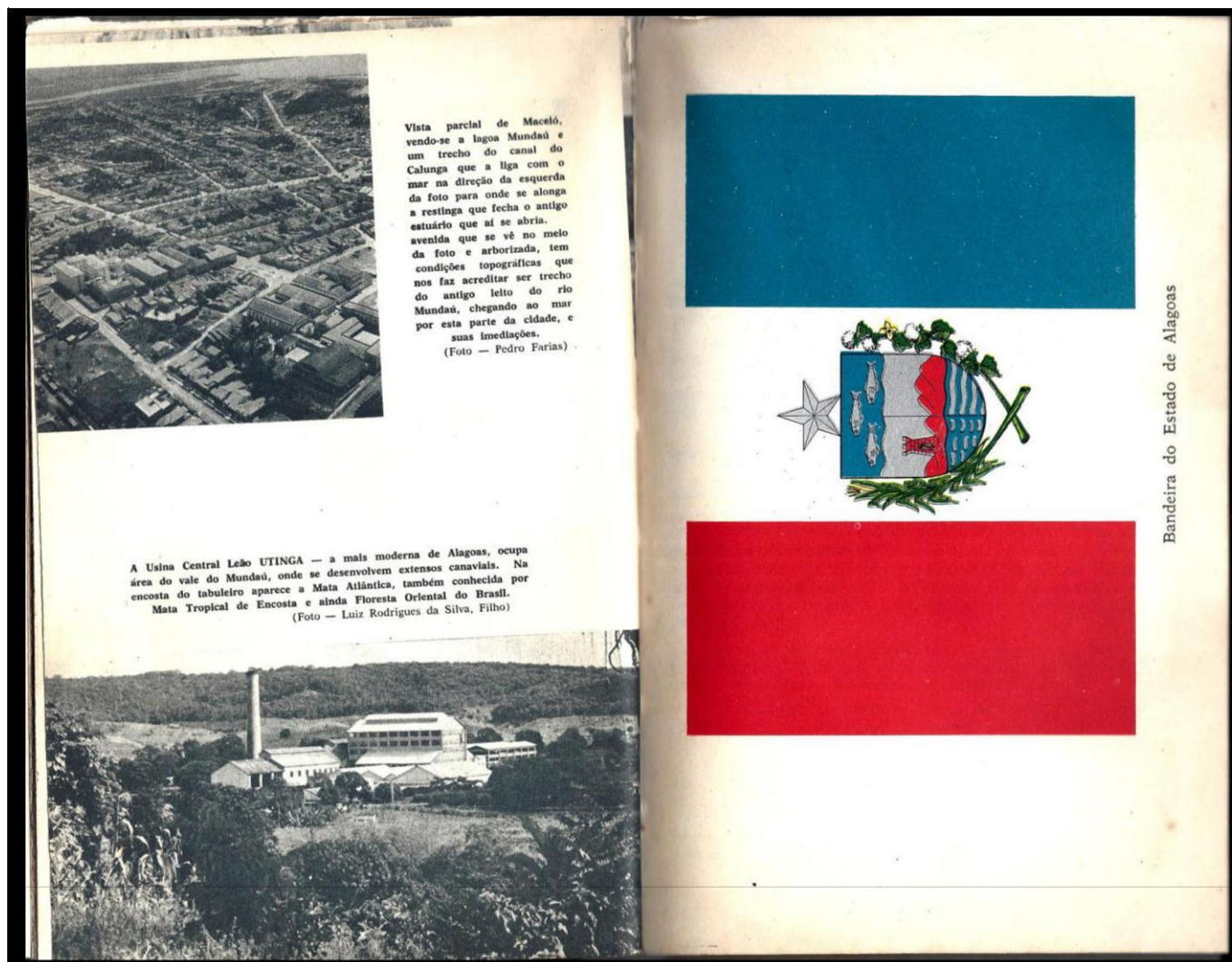
E por fim, a terceira seção *Geografia Econômica dos Transportes e Comunicações* também dividida em três partes, sendo a primeira *Introdução à Geografia Econômica de Alagoas*, abordando temas como: Geografia Agrária e Geografia Industrial; a segunda parte aborda o *Comércio* e em relação à última parte *Vias de Transportes*, aborda sobre Comunicação.

Posto dessa forma, a estrutura expressa na obra *Geografia de Alagoas* é uma tradição herdada do processo de ideias da sociedade moderna (Souza Neto, 2008). Em trechos do livro, o autor cita suas fontes, dando uma demonstração de ter ido até os lugares comentados nos conteúdos, apresenta informações de seu cotidiano sem referência dos autores, esse fenômeno pode ser explicado pela inexistência de trabalhos nesta tradição. A obra revela que suas fontes eram quase todas dos relatos encontrados, em sua maioria, em escritos de viagens em campo e os dados estatísticos das unidades administrativas de Alagoas.

Na organização do conteúdo do livro didático, podemos observar que o autor inicia em cada página por um título, destacado em negrito, apregoando o tema, uma vez que, verifica-se uso de conceitos mais importantes no texto também destacados em negrito, apontados para definição, classificação e, por conseguinte a localização dos aspectos geográficos através de ilustrações por mapas, fotografias, quadros e tabelas. Logo após o conteúdo, tem-se exercício e questionário que seguem a mesma estrutura para todos os conteúdos apresentados.

Para tanto, do total de 347 páginas, 23 são ilustradas com mapas do Estado de Alagoas, todos em cor preto e branco, remetendo-se aos conteúdos abordados no texto. Verificamos que após as páginas 192 e a 213, foi reservada uma folha sem numeração para exposição do brasão e da bandeira do Estado de Alagoas, respectivamente, com verso em cor branca, uma vez que, são as únicas ilustrações coloridas demonstradas no texto, chamando atenção pelo fato do autor destacar apenas os símbolos cívicos estaduais coloridos no texto e, enquanto as demais figuras como os mapas e as fotografias em cor preto e branco. Conforme podemos ver, a seguir, na figura 12:

Figura 12: Página do livro Geografia de Alagoas, com a Bandeira do Estado de Alagoas



Fonte: acervo pessoal da autora

A respeito da escrita do texto verificamos que as letras aparecem todas na cor preta e com diferentes tamanhos e estilos. Para os títulos dos conteúdos, as letras aparecem em destaque, o nome dos conceitos aparece em negrito, assim como os títulos dos mapas e as informações de referências das figuras. Além disso, apresenta tamanho menor que o texto, como também as letras do exercício e, sobretudo do questionário.

Ainda sobre a exposição dos conteúdos, percebemos também que, em algumas páginas, o autor escreve sem uma preocupação de sequência do texto, uma vez que, apresenta interrupções em várias páginas na exposição do conteúdo. Deste modo, podemos destacar a forma que o Hino de Alagoas se distribui em três páginas, iniciando pela página 189, continua na página 190, mas teve uma interrupção na página 191, pela exposição das fotografias de número 47 a 56, sendo o hino concluindo na página 195.

Assim, destacamos também interrupções nos exercícios através de fotografias que se refere ao conteúdo sendo expostas no meio do exercício sem indagação com as perguntas, a exemplo do que ocorre com o exercício exposto na página 130, tendo continuidade apenas na página 135, pois no intervalo das páginas 131 a 134 o autor apresenta fotografias referentes ao texto. De modo que a forma de organização do exercício entre o intervalo de páginas destacadas chega a confundir o aluno na sequência da atividade proposta pelo autor.

Como pode ser visto, a maior parte das ilustrações apresentadas nos espaços visuais em cada página aparece antecedente ou ao meio de outra forma de ilustração e em partes do texto escrito. Nesse último caso, podemos destacar na página 304 a exposição de uma relação dos tipos de indústrias, sendo interrompida pelo mapa 21 que apresenta as usinas e fábricas de tecidos do Estado de Alagoas, tendo continuação da lista na página 306.

Além disso, verificamos que na estruturação do conteúdo, o autor antecipa a exposição de mapa na abordagem do tema, a exemplo do que ocorre na página 280 com a ilustração do mapa nº 18 da indústria extrativista vegetal, sendo que o autor só irá mencionar este mapa no segundo parágrafo da página 282, enquanto, na página 281, apresenta-se o texto ocorrido referente ao conteúdo. Conforme demonstrado nas figuras (13 e 14).

Figura 14: Página do livro Geografia de Alagoas, com a continuação da diagramação

Praticamente não se usa o reflorestamento; mas podemos fazer referências aos plantios de eucaliptos feitos pela Usina Central Utinga Leão, na localidade de Utinga.

Para o nosso estudo são objeto das anotações estatísticas — os **dormentes** e os **toros**; através de sua extração podemos avaliar quais as áreas do Estado onde mais se tira madeira, mapa n.º 18.

De acôrdo com o mapa da superfície coberta pelas matas que possui Alagoas, podemos acentuar os municípios nos quais a exploração de madeiras é mais intensa, e de acôrdo com os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, organizamos o quadro a seguir, com elementos aos comêços de 1962:

ZONAS E MUNICÍPIOS	TOROS (m³)	DORMENTES (peças)
Litoral da Mata		
Coruripe	2 000	2 000
Marechal Deodoro	500	1 500
Maragogi	412	15 600
Passo de Camaragibe	250	1 800
Pôrto de Pedras	78	3 059
São Luiz do Quitunde	2 800	4 040
São Miguel dos Campos	6 000	25 000
Mata		
Bôca da Mata	1 000	—
Flecheiras	3 120	1 800
Pôrto Calvo	902	—
Baixo São Francisco e Delta		
Piaçabuçu	22 000	—
Penedo	10 000	—
Agreste		
Palmeira dos Índios	—	2 100
Sertão		
Mata Grande	250	10 000
Cacimbinhas	—	8 200
Sertão do São Francisco		
Pão de Açúcar	20	—
Piranhas	—	1 200



Instalações da fazenda Morros, no sertão agrestino de Jaramatã, aparecem na foto casas dos moradores responsáveis pela operação de tirar o leite para o consumo do mercado de Maceió, principalmente. Note-se o curral todo construído de madeira lavrada e com esmero, o que demonstra as grandes possibilidades desta pecuária leiteira. Ao fundo ergue-se a serra das Mãos, continuada pela de Jaciobã.

(Foto — Abel Tenório Cavalcante)



Carro de bois — usado no Agreste e Sertão, principalmente, para as fazendas onde não chegaram as rodovias, e também no trabalho diário como vemos, transportando palma para forragem do gado.

(Foto — Josemar Silva do arquivo Laércio Luiz).



Gado holandês, branco e preto, da Fazenda São João no agreste de Palmeira e Cacimbinhas, vendo-se um monte-ilha (inselberg) serrote do Boi, e um trecho da BR-26 na base. Ao fundo serras de fronteiras das bandas de Minador de Negrão.

(Foto — Pedro Farias)

Fonte: acervo pessoal da autora

Em nossas análises sobre as ilustrações, podemos enfatizar a preocupação do autor na apresentação de mapa do Estado de Alagoas que ilustra o tema a ser abordado a cada conteúdo no livro didático. À medida que se explora o conteúdo, percebemos em alguns temas que não foram apresentados nos mapas, uma vez que, solicita sua elaboração pelo aluno nos exercícios. Podemos enfatizar que a exposição do mapa entre os espaços do conteúdo é uma preocupação marcante no autor, sobretudo pela forma em que foram esboçados os principais elementos utilizados em sua elaboração através de detalhes das informações apresentadas.

Dessa forma, entendemos que a exposição dos mapas em partes do conteúdo possibilita ao aluno uma leitura rápida e de fácil compreensão sobre a abordagem do tema, sobretudo sua relação com os aspectos geográficos alagoanos. Nessa ótica, destacamos que a análise dos mapas apresenta-se com caráter didático sem comprometer a aprendizagem do conteúdo de modo apreensível a escolarização a que se destina, por sua vez, transmitindo informações necessárias para o ensino da disciplina Geografia.

Embora, asseveremos que grande parte dos mapas não enfatiza dentro do texto o contexto do tema abordado em cada conteúdo, sobretudo sem chamar atenção do aluno da importância de leitura e análise das informações evidenciadas nos mapas, considerando a correlação do texto e a ilustração como incremento do conteúdo, buscando transmitir o conhecimento sobre as características dos aspectos geográficos de acordo com sua realidade.

Por outro lado, verificamos que a organização dos mapas apresentados no livro didático foram elaborados por uma base cartográfica a partir da divisão regional, por região natural propostos pelo professor Ivan Fernandes Lima, em 1964. Dessa maneira, consideramos que o conhecimento adquirido sobre os aspectos geográficos alagoanos enquanto sua atuação como geógrafo do planejamento do Estado, evidencia-se na produção da obra em análise.

Nessa mesma perspectiva, Vlach (2004) aponta a influência de Aroldo de Azevedo na produção de livros didáticos no Brasil, haja vista sua condição de professor no ensino de Geografia na universidade de São Paulo - USP e também por ter ocupado a cátedra de Geografia do Brasil, destacando-se em seus livros didáticos o conhecimento geográfico acerca da abordagem regional predominante no espaço acadêmico e nos órgãos públicos do planejamento na época. Nessa ótica, podemos constatar que o mapa de divisão regional, por região natural proposta por Ivan Fernandes Lima, apresenta-se espalhado nas páginas 122 e 123. Conforme observado nas figuras (15 e 16):

Figura 15: Página do livro Geografia de Alagoas, com a Divisão Fisiográfica de Alagoas



Fonte: acervo pessoal da autora

Quanto à apresentação de ilustrações, podemos destacar um total de 7 quadros, em cores preto e branco, enfatizando os termos mais importantes em negrito, sendo expostos na obra a partir do segundo capítulo, *Geografia Humana* sobre os aspectos abordados da população do Estado de Alagoas, verifica-se espalhado nas páginas 183 a 187 a área e população dos municípios com base no recenseamento de 1960, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No terceiro capítulo, *Geografia Econômica*, a respeito dos aspectos agrários do Estado de Alagoas, aponta-se nas páginas 258, 260 e 261 as zonas pecuárias divididas em região da zona da mata, zona do agreste, zona do sertão e bacia leiteira. Além disso, espalham-se nas páginas 293 a 295 os principais municípios produtores de pescado.

Observamos que as informações apontadas através de quadros por Ivan Fernandes Lima, diz respeito aos dados consultados em fontes de órgãos oficiais podendo ser identificadas no texto de acordo com a abordagem dos conteúdos, no intuito de promover a compreensão dos alunos sobre os aspectos da população e a economia do Estado de Alagoas. À medida que os dados são apresentados no texto, pode-se verificar uma introdução sobre o contexto histórico e socioeconômico a que se remetem as estatísticas de Alagoas e, por conseguinte sendo explicados e classificados pelo autor por sua divisão regional.

Conforme as fontes consultadas por Ivan Fernandes Lima na produção do livro *Geografia de Alagoas*, de 1965, estabelecemos o seguinte quadro 1:

Quadro 1

Fontes de dados estatísticos do livro *Geografia de Alagoas*, 1965

FONTES	CONTEÚDOS
Anuário Estatístico do Brasil (1960)	População
Companhia de Desenvolvimento de Alagoas - CODEAL	Agrária
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	Indústria
Departamento Estadual de Estatística - DEE (1961/1962)	Agrária/Indústria
Estações de rádio do Estado	Comunicações
Órgão Estadual Executor dos Serviços de Estradas	Transportes

Fonte: acervo pessoal da autora

Nesse sentido, observamos que os dados demonstrados pelo professor Ivan Fernandes Lima ressaltam as ações do governo do Estado de Alagoas, na época, para explicação dos conteúdos, apontando melhorias nos aspectos socioeconômicos dos municípios alagoanos, tendo em vista o contexto de desenvolvimento econômico e sua repercussão no sistema educacional. Nessa ótica, pode-se verificar que alguns quadros aparecem deslocados do texto, ora antes ou após a parte referente ao conteúdo e com estrutura organizada por região do Estado, sem chamar a atenção do aluno para a análise dos dados expostos nos quadros de forma relacionada ao texto acrescentando informação no ensino de Geografia de Alagoas.

Ainda sobre as ilustrações, verificamos um total de 15 tabelas em cores preto e branco, destacados os termos mais importantes em negrito, sendo expostos na obra a partir do segundo capítulo, *Geografia Humana* sobre os aspectos abordados da população do Estado de Alagoas, destacando-se na página 158 o número de habitantes com base nos recenseamentos de Alagoas, por Craveiro Costa e, posteriormente do Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apresentando dados desde 1810 a 1960. Enfatiza-se na página 159 o número de habitantes por grupo de idade e, enquanto na página 160 dedica-se a densidade demográfica por região do Estado de Alagoas.

Com relação ao terceiro capítulo, *Geografia Econômica*, a respeito dos aspectos agrários do Estado de Alagoas, aponta-se, na página 241, os produtos agrícolas divididos em alimentícios e industriais, podendo ser permanentes e temporários, ainda que não exponha a quantidade produzida no quadro, porém podemos identificar no texto, ao mencionar os municípios produtores. Além disso, na página 250, demonstra-se a quantidade de tratores e de arados, dividindo em região oriental e região ocidental e, constatamos ainda na página 262 os tipos de gados.

Sobre os aspectos industriais do Estado de Alagoas, podemos observar os recursos energéticos por região sendo divididos em combustíveis primários na página 273 e combustíveis contemporâneos na página 276. Nessa perspectiva, pode-se constatar na página 278 as cidades e demais núcleos abastecidos por energia elétrica de Paulo Afonso-Ba até 1964. Com relação à indústria extrativista, verifica-se na página 282 a extração de madeira por região de acordo com os dados do Departamento Estadual de Estatística, ressaltando-se também por região a exploração de castanha de caju na página 285. Ainda no terceiro capítulo, apontam-se os aspectos das rodovias na página 332 e de comunicações na página 341. Vejamos, com mais detalhes, a exposição de quadro e tabela da obra nas (figuras 17, 18 e 19):

Figura 17: Página do livro Geografia de Alagoas, com a tabela de dados ilustrativos

ZONAS E MUNICÍPIOS	Lenha (m ³)	Carvão (quilos)
Litoral da Mata		
Barra de Santo Antônio ..	11 030	2 265 000
Maceió	—	700 000
Maragogi	29 200	19 400
Marechal Deodoro	90 000	1 400 000
São Luiz do Quitunde ..	19 810	146 000
São Miguel dos Campos ..	1 500 000	—
Passo de Camaragibe	14 000	—
Pôrto de Pedras	35 702	48 012
Mata		
Bôca da Mata	90 000	—
Campo Alegre	50 000	500 000
Flecheiras	24 200	300 000
Murici	25 000	642 700
Pôrto Calvo	38 128	55 000
União dos Palmares	3 500	—
Viçosa	45 000	500 000
Baixo São Francisco		
Penedo	8 600	—
Piaçabuçu	130 000	600 000
Agreste		
Arapiraca	30 000	—
Palmeira dos Índios	35 000	960 000
São Brás	26 150	52 000
Sertão		
Cacimbinhas	22 500	350 000
Mata Grande	25 000	80 000
Santana do Ipanema	40 000	250 000
Sertão do São Francisco		
Pão de Açúcar	36 000	36 000
Piranhas	8 000	5 000
Traipu	5 000	60 000

Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 18: Página do livro Geografia de Alagoas, com quadro de dados ilustrativos

Dois são os tipos de pescaria — de **dormida**, em que os pescadores ficam no alto mar por dois ou três dias; e de **curso ou corrida**, em que se procura acompanhar os cardumes, usando-se o anzol e a linha de arame ou o cordel encerrado, havendo, já, o uso, entre os pescadores esportistas, dos fios de “nylon”.

Os peixes mais comuns no alto mar são: serigados, garoupas, cavalas, dourados, que são pescados com a “linha de fundo”.

Nos lugares próximos do litoral, nas enseadas, nos estuários, nos trechos cercados por recifes, a pesca é feita com a linha, a tarrafa, e, também, rêdes de malha miúda, encontrando-se as carapebas, os camorins, as tainhas e as agulhas.

Um outro ambiente aparece no litoral de Alagoas, apresentando um tipo de pesca variado, é o das lagoas maiores — Mundaú, Manguaba e Jiquiá. Usam-se, aí, os currais, as caixaras, os covos, o anzol, o jereré, e vários tipos de rêde. Os peixes são: carapebas, ciobas, camorins, bagres, curimãs. Temos, ainda, os camarões e o sururu, principalmente na lagoa Mundaú.

Devemos considerar, além dos peixes, os crustáceos que habitam os terrenos de lama dos mangues; nêles há a vegetação, com rafzes que se parecem com dedos fincados na vasa, chamada “mangue” e tem as fôlhas grossas e arredondadas. Neste ambiente são encontrados os carangueijos, os siris, os uçás e as ostras.

A pesca distingue, em Alagoas, dois tipos: a colonizada e a não colonizada, e ambas podem ser de água doce e de água salgada.

Para que tenhamos uma idéia do que se obtém com a pesca no Estado, reproduzimos o quadro seguinte, onde os números vêm demonstrando que há um constante aumento do pescado:

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS
MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PESCAO —
1961/62**

MUNICÍPIOS E ESPÉCIES	Unidade	PESCA COLONIZADA		PESCA NÃO COLONIZADA	
		Água salgada Quantidade	Água doce Quantidade	Água salgada Quantidade	Água doce Quantidade
BARRA DE SANTO ANTONIO					
Peixes	Quilo	58 377			
Camarão (1)	Quilo	6 520			
Póvo (2)	Quilo	141			
CORURIBE					
Peixes	Quilo	27 550		1 650	
Camarão (1)	Quilo	300		1 200	
Carangueijo (1)	Corda			1 500	
Siri (1)	Cento			20	
Maçunim (2)	Quilo			4 000	
Unha-de-velho (2)	Quilo			200	
Tartaruga (3)	Quilo	300		300	
MACEIO					
Peixes	Quilo	510 000			
Camarão (1)	Quilo	40 929	68 400		
Siri (1)	Cento	4 400	10 000		
Ostra (2)	Quilo	8 080			
Sururu (2)	Quilo	1 320 000			
MATRIZ DE CAMARAGIBE					
Peixes	Quilo				10 800
Camarão (1)	Quilo				6 000
Carangueijo (1)	Corda				350
Siri (1)	Cento				1 200

Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 19: Página do livro Geografia de Alagoas, com a continuação do quadro de dados ilustrativos

MUNICÍPIOS E ESPÉCIES	Unidade	PESCA COLONIZADA		PESCA NÃO COLONIZADA	
		Água salgada Quantidade	Água doce Quantidade	Água salgada Quantidade	Água doce Quantidade
MARAGOGI					
Peixes	Quilo	18 500	—	—	—
Camarão (1)	Quilo	1 400	—	—	—
Carangueijo (1)	Corda	1 100	—	—	—
Lagostim (1)	Quilo	400	—	—	—
Siri (1)	Cento	10	—	—	—
Ostras (2)	Quilo	45	—	—	—
Polvo (2)	Quilo	500	—	—	—
MARECHAL DEODORO					
Peixes	Quilo	122 233	—	—	—
Camarão (1)	Quilo	18 860	—	—	—
Carangueijo (1)	Corda	4 300	—	—	—
Siri (1)	Cento	5 800	—	—	—
PAO DE AÇÚCAR					
Peixes	Quilo	—	—	56 000	—
Camarão (1)	Quilo	—	—	700	—
PASSO DE CAMARAGIBE					
Peixes	Quilo	60 750	10 800	—	—
Camarão (1)	Quilo	—	6 000	—	—
Carangueijo (1)	Corda	—	350	—	—
Siri (1)	Cento	—	1 200	—	—
Polvo (2)	Quilo	250	—	—	—
PENEDO					
Peixes	Quilo	—	22 546	—	—
PIACABUÇU					
Peixes	Quilo	15 700	11 100	—	—
Camarão (1)	Quilo	—	2 000	—	—
Carangueijo (1)	Corda	1 300	—	—	—
Siri (1)	Cento	40	—	—	—
PILAR					
Peixes	Quilo	54 040	—	—	—
Camarão (1)	Quilo	130	—	—	—
Siri (1)	Cento	268	—	—	—
SÃO BRAS					
Peixes	Quilo	—	—	—	37 520
Camarão (1)	Quilo	—	—	—	7 600
SÃO LUIZ DO QUITUNDE					
Peixes	Quilo	—	—	12 335	—
Camarão (1)	Quilo	—	—	802	—
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS					
Peixes	Quilo	73 636	—	—	—
SATUBA					
Peixes	Quilo	19 990	—	400	5 500
Camarão (1)	Quilo	2 300	—	—	—
Carangueijo (1)	Corda	—	—	1 100	—
Siri (1)	Cento	100	—	800	—
Ostra (2)	Quilo	500	—	—	—
Sururu (2)	Quilo	6 000	—	—	—

OBSERVAÇÕES — Dados obtidos no Departamento Estadual de Estatística, sendo apresentados, apenas, os municípios de maior produção, os quais nos favorecem uma possível interpretação da pesca colonizada e não colonizada no Estado. O valor total do pescado (água salgada e doce, peixes, crustáceos e moluscos) foi de Cr\$ 149 699 047,00. — 1) Crustáceos; 2) Moluscos; e 3) Quelônios.

Fonte: acervo pessoal da autora

Ao analisarmos as informações demonstradas pelo professor Ivan Fernandes Lima na tabela anterior, observa-se que os termos tomados como referência a partir das fontes consultadas para classificação dos tipos de pesca no Estado de Alagoas se apresentam sem clareza de sua distinção, visto que no texto se consideram as mesmas características em ambos os termos. Além disso, pode-se argumentar sobre as estatísticas evidenciadas na tabela em relação aos aspectos destacados, a exemplo do tipo de pesca e o município apontado, considerando a classificação do autor, haja vista que alguns dados não consideram o tipo de pesca desenvolvido pelo município no rio São Francisco e na laguna Mundaú.

Dessa forma, ressaltamos também a preocupação do professor Ivan Fernandes Lima em demonstrar os lugares de que se fala na obra *Geografia de Alagoas* de 1965, apresentando um total de 88 fotografias distribuídas no texto de acordo com a abordagem do conteúdo sobre as principais características dos aspectos geográficos alagoanos enfatizados pelo autor na produção de sua obra.

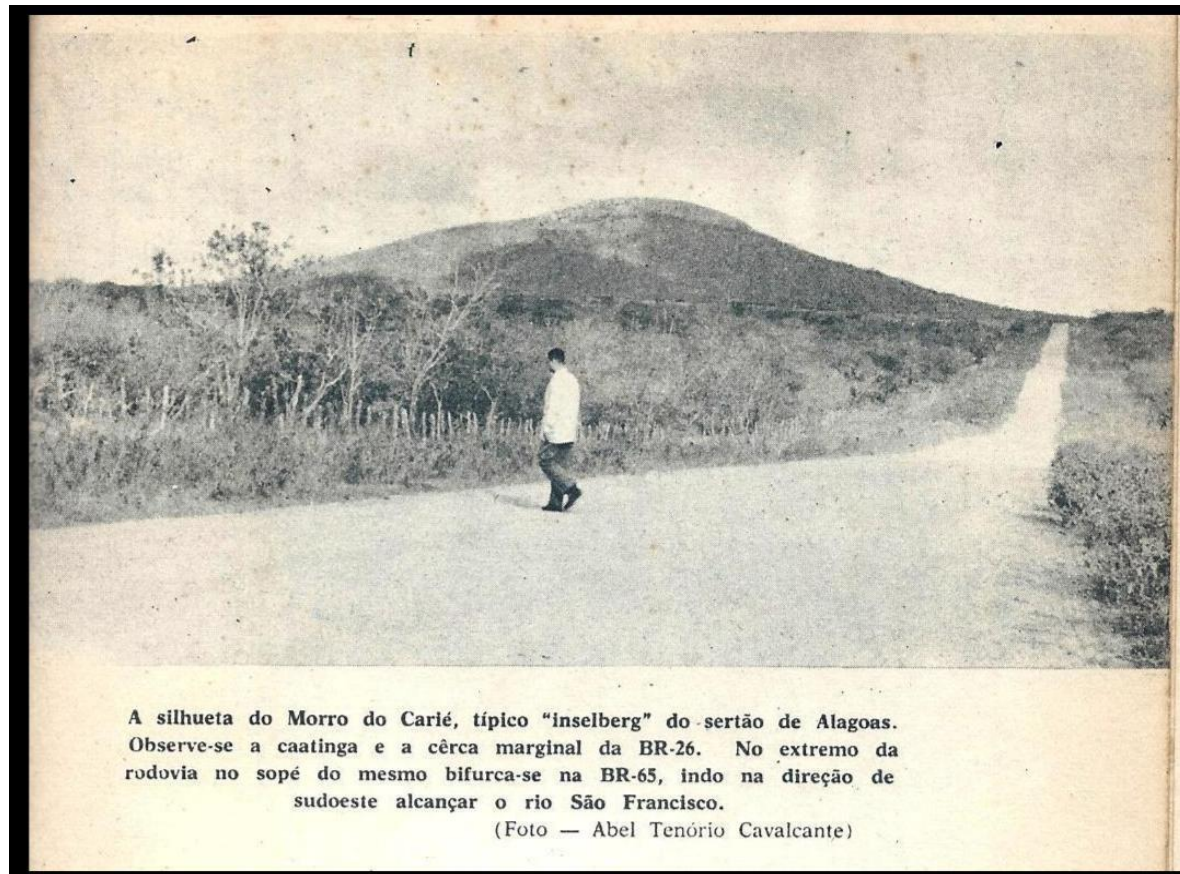
Neste sentido, Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) destacam que:

[...] as imagens constituídas por fotos, pinturas e gravuras são necessárias em um livro de Geografia, porque podem complementar os textos; podem interagir com eles, sendo parte integrante de seu conteúdo, e podem ainda ser empregadas em atividades em que sejam solicitadas aos alunos reflexões sobre paisagens ou localidades quaisquer. (p. 345).

Desse modo, consideram-se as imagens como recursos importantes para incrementar o conteúdo de geografia visto no material didático, apresentadas em parte do texto e nas atividades indicadas para o aluno, proporcionando a análise dos elementos que constituem os diferentes espaços e, por conseguinte, a identificação desses elementos destacados através das imagens sendo correlacionados em sua realidade, assim como também a compreensão das características geográficas atreladas à abordagem do conteúdo enfocado no texto.

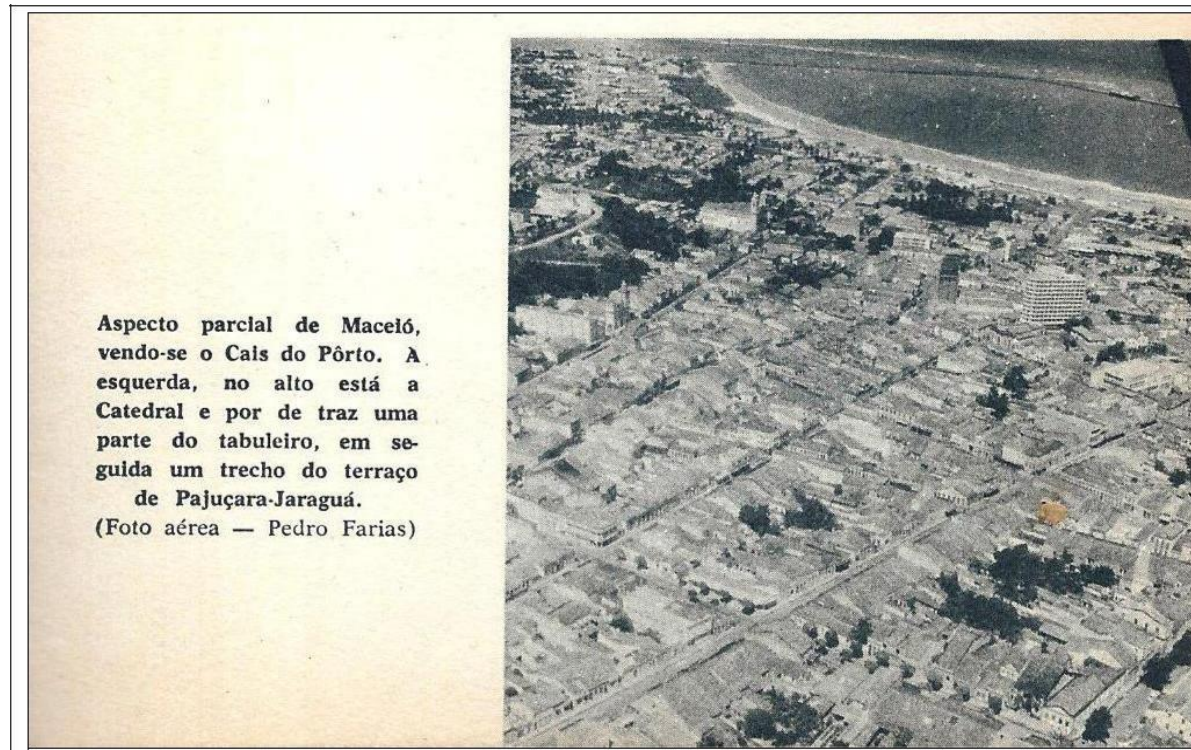
A respeito das análises das fotografias na obra de Ivan Fernandes Lima, observamos que suas legendas apresentam informações incompletas, a exemplo da ausência da data na maior parte dos registros e, em alguns casos, sem o nome dos lugares apontados, por outro lado, percebemos a atenção para identificar o autor da fotografia destacada. Desse modo, pode-se ressaltar que a presença do autor e de alunos em aula de campo, ou não, além de outras pessoas que também aparecem nas fotografias expostas no livro didático em ambientes percorridos na capital e em municípios do interior do Estado de Alagoas, sendo apresentados através das figuras (20 e 21).

Figura 20: Página do livro Geografia de Alagoas, com fotografia do sertão



Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 21: Página do livro Geografia de Alagoas, com fotografia da cidade de Maceió



Aspecto parcial de Maceió,
vendo-se o Cais do Pôrto. A
esquerda, no alto está a
Catedral e por de traz uma
parte do tabuleiro, em se-
guida um trecho do terraço
de Pajuçara-Jaraguá.
(Foto aérea — Pedro Farias)

Fonte: acervo pessoal da autora

Vale ressaltar que a obra de Ivan Fernandes Lima apresenta a explicação dos conteúdos a partir da definição dos conceitos geográficos de território, lugar e, sobretudo, paisagem e região, considerando a realidade do Estado de Alagoas. Haja vista a proposta teórica sobre o enfoque regional que reverberou nos estudos geográficos brasileiros na época, como também sua influência no ensino de Geografia e a produção do livro didático regional/local.

Nessa ótica, a obra de Ivan Fernandes Lima segue a estrutura metodológica de definição, classificação, localização e analogia dos aspectos geográficos alagoanos abordados no texto, tendo como base a divisão regional por região natural a partir das reflexões de Delgado de Carvalho difundidas para o ensino de Geografia no Brasil. Essa prática metodológica se identifica com a proposta teórica estabelecida da época para os estudos geográficos, rompendo com os estudos que tinham como foco a análise dos aspectos físicos e humanos através da observação das paisagens.

Nesse propósito, Cavalcanti (2012) chama a atenção para o avanço do conhecimento geográfico ao que diz respeito às análises de tradição empírica, no sentido de considerar as contribuições de elementos da didática e da metodologia do ensino de Geografia. Para tanto, destaca a autora que:

[...] uma maneira de abordar esses conhecimentos com os alunos é apresentá-los como construções humanas e históricas que buscam compreender a realidade por um caminho próprio, que se delineia com a centralidade de uma categoria, de um instrumento mediador dessa construção - o espaço geográfico, ou a espacialidade. Ou seja, no ensino, é também um desafio escapar da ilusão do empirismo e buscar métodos para abordar didaticamente os temas geográficos que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento do pensamento teórico-crítico dos alunos. (p. 139-140).

De acordo com a autora, consideramos os conceitos basilares da ciência geográfica como instrumentos importantes para a análise das dinâmicas socioespaciais no ensino de Geografia, sobretudo, em suas diferentes abordagens que se apresentam como contribuições para os conteúdos escolares, buscando entender as complexas relações da sociedade a partir da relação de diferentes elementos subjetivos construídos com base em reflexões históricas e sociais da realidade, tendo em vista a superação de síntese empírica do conhecimento geográfico através da descrição dos lugares e o estabelecimento de dicotomias do espaço geográfico.

Para Cavalcanti (2010), a didática da Geografia tem como princípio a compreensão da dinâmica do ensino a partir do processo de construção do conhecimento epistemológico da geografia e suas teorias, além do contexto e sujeitos envolvidos (professores e alunos) que dão orientação para mediação e formação. Desse modo, professores e alunos são sujeitos ativos no

sentido que a Geografia escolar possibilita uma mediação da relação dos alunos com o mundo, através da compreensão de suas práticas sociais a partir do raciocínio espacial.

Sobre esse contexto, buscaram-se novos paradigmas de conhecimento para compreender a realidade, sobretudo, de forma interdisciplinar. Para a Geografia cabe o desafio no campo científico de compreender o contexto da complexidade, além de produzir análises do espaço, através da categoria de análise - o espaço geográfico, que se fundamenta em diversas perspectivas de análise. Para tanto, algumas categorias têm sido estabelecidas para explicar a realidade, entre elas estão: lugar, território e paisagem, para explicar as ideias de relações, interconexões, redes, dinamicidade, historicidade dos fenômenos. (CAVALCANTI, 2010).

Para tanto, o ensino de Geografia tem valorizado um discurso sobre as práticas espaciais que insere a diversidade de explicações e contextos do real (econômico, natural, social ou simbólico) nas interrelações entre os mesmos e da eliminação nas dualidades da geografia (Física/Humana), e por meio da crítica, construir conhecimentos geográficos que compreendem sua totalidade. Nesse caso, a Geografia escolar necessita estar articulada às novas formulações teórico-metodológicas realizadas no âmbito da academia, para que os alunos compreendam os espaços de sua vida cotidiana em sua multiescalaridade e multidimensionalidade dos fenômenos e processos que estudam. (CAVALCANTI, 2010).

Diante dessas argumentações, pode-se verificar, ao ler a obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima de 1965, que ela se apresenta com texto curto, e o uso de linguagem simples, de forma acessível, adequada à faixa etária dos alunos a que se propõe a obra sem o rigor acadêmico, considerando um livro em conformidade com o caráter didático para o ensino de Geografia escolar.

Dessa forma, as autoras Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) chamam atenção para:

Esse aspecto do livro é de grande importância, porque, se o aluno tiver diante de si uma linguagem inadequada à sua idade, do ponto de vista de sua compreensão, ou distante de sua realidade, certamente o livro não será um auxiliar nem para ele, aluno, nem para o professor na construção do conhecimento. [...]. (p. 346).

Conforme essa perspectiva, entendemos que o uso da linguagem imprópria em determinado nível de escolaridade compromete a construção do conhecimento dos alunos, assim como também no ensino de Geografia. Desse modo, destacamos a abordagem do conteúdo na obra em análise neste trabalho pela forma com que o autor explica as peculiaridades geográficas no Estado de Alagoas, a exemplo do uso de nomes científicos e populares das espécies animais apontadas de forma compreensível na página 292.

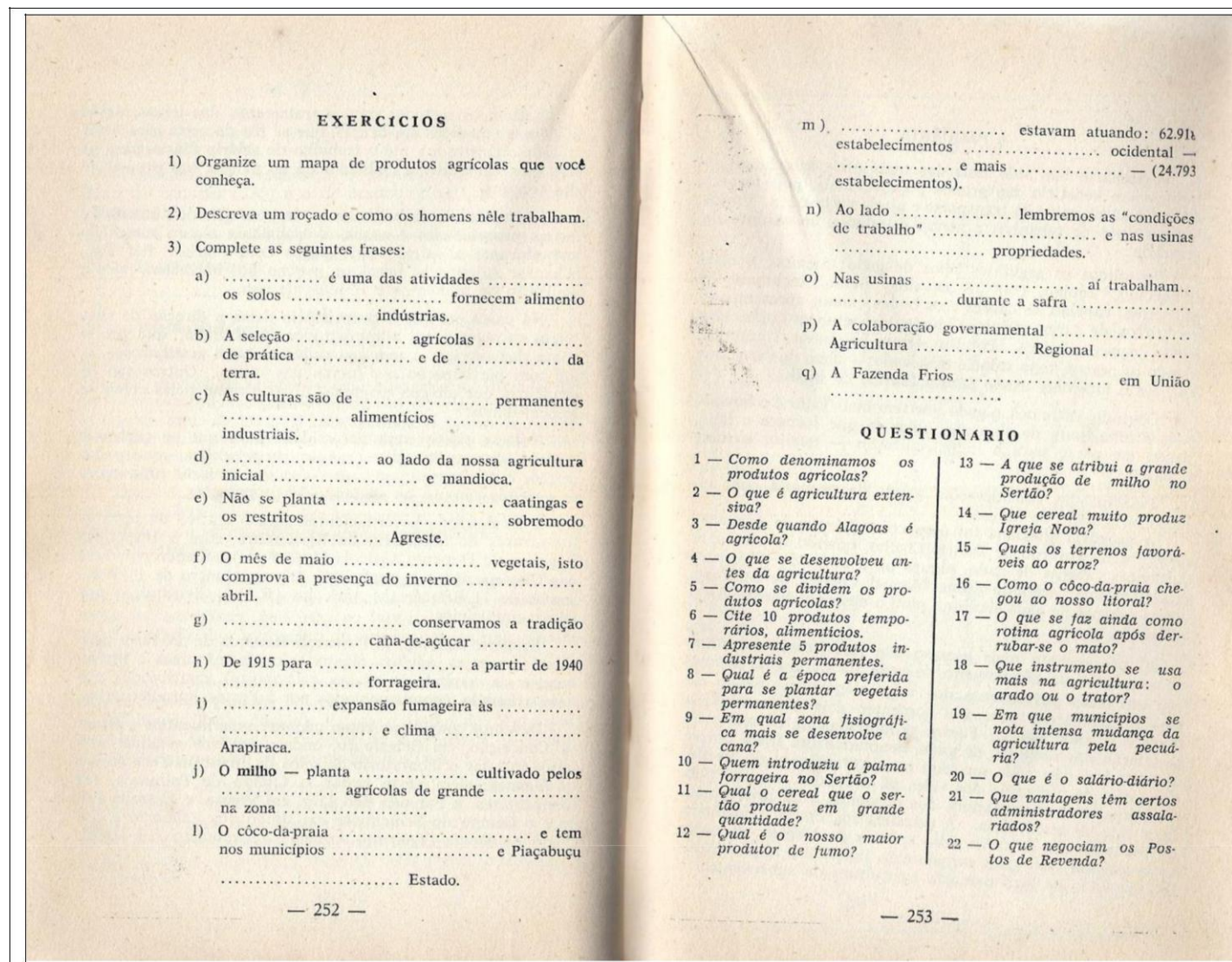
Ainda sobre os aspectos materiais da obra em análise, podemos constatar a presença de exercícios num total de 20, todos em cor preto e branco, sem ilustração e com mesma estrutura

de 3 perguntas, sendo a terceira mais longa, por apresentar perguntas complementares que se referem ao que foi abordado no texto e se apresentam ao fim de cada conteúdo. A respeito da proposta de exercício evidenciadas na obra de Ivan Fernandes Lima, podemos destacar: *desenhe, interprete, narre, fale, procure, reproduza, organize, faça, escreva, observe, descreva e complete*. Da mesma forma, podemos verificar a presença de questionários num total de 19, que se apresentam após os exercícios de forma complementar, também em cor preto e branco, sem ilustração, com a mesma estrutura em colunas e as letras menores, utilizam-se os mesmos enunciados nas perguntas de todos os questionários.

Ao escrever sobre os exercícios nos livros didáticos de Geografia no Brasil, Ferreira (2012) observa que, “[...] as mudanças acompanham as inovações postas pelas proposições didáticas em debates, enquanto em outros, há certo movimento de retrocesso (muitas permanências), e em outros ainda um momento de convivência de ambas [...]”. (p. 119). Desse modo, verifica-se a proposta de Ivan Fernandes Lima associada à abordagem pedagógica na época de sua obra.

Podemos asseverar de acordo com as reflexões das autoras Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009), que as atividades contribuem para a compreensão do conteúdo, visto que, “[...] há uma série de atividades que podem ser propostas com o uso de outros textos, não contidos no corpo do capítulo, com mapas, gráficos, imagens de satélite e fotografias [...]”. (p. 346). Conforme percebemos nas propostas de atividades de Ivan Fernandes Lima, a exemplo de alguns conteúdos que não apresentam mapa, sendo solicitada a elaboração pelo aluno no exercício, conforme podemos observar na figura 22.

Figura 22: Página do livro Geografia de Alagoas, com exercício e questionário



Ao analisarmos a parte final da obra, percebe-se a ausência da bibliografia tomada como base para a produção do livro didático *Geografia de Alagoas*, por Ivan Fernandes Lima. Embora, possamos identificar no texto a presença de autores consultados na exposição dos conteúdos de geografia, ainda que sem a referência do título da obra, edição e o ano de publicação. Nesse sentido, constatamos os principais autores citados no texto, dentre eles estão intelectuais alagoanos, a exemplo de Craveiro Costa, Diegues Junior, Tomaz Espindola, Moreno Brandão, e ainda de conhecimento nacional, como Aziz Nacib Ab'Saber e Manoel Correia de Andrade. O quadro 2 evidencia os principais autores identificados na obra *Geografia de Alagoas*, em análise.

Quadro 2

Referências do livro *Geografia de Alagoas*, 1965

Autor	Capítulos	Conteúdos
AB' SABER, A. N.	<i>Geografia Física</i>	Relevo
ALTAVILA, J. de	<i>Geografia Econômica</i>	Indústria
ANDRADE, M. C. de	<i>Geografia Econômica</i>	Pecuária
BACH, J.	<i>Geografia Física</i>	Geologia
BRANDÃO, M.	<i>Geografia Humana</i>	População
BRANDÃO, T.	<i>Geografia Física</i>	Território
BRANNER, J. C.	<i>Geografia Física</i>	Geologia
CAVALCANTE, A. T.	<i>Geografia Humana</i>	Núcleos urbanos
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA	<i>Geografia Humana</i>	Região
COSTA, C.	<i>Geografia Humana</i>	População/Região
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA	<i>Geografia Econômica</i>	Indústria
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	<i>Geografia Física</i>	Clima
DERBY, O.	<i>Geografia Física</i>	Geologia
DIEGUES JUNIOR	<i>Geografia Física</i>	Território
DUARTE, A.	<i>Geografia Humana</i>	População
ESPINDOLA, T.	<i>Geografia Humana/Geografia Econômica</i>	População/Indústria/Transporte

Cont. do quadro 2		
KOEPPEN	<i>Geografia Física</i>	Clima
LIMA, I. F.	<i>Geografia Humana</i>	Região
LIRA, A.	<i>Geografia Física</i>	Território
LOPES, N.	<i>Geografia Humana</i>	População
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	<i>Geografia Humana</i>	Agrária
MIRANDA, H. de	<i>Geografia Econômica</i>	Indústria
MOREIRA e SILVA	<i>Geografia Física</i>	Território
MOTA, L.	<i>Geografia Econômica</i>	Indústria
MOURA, P. de	<i>Geografia Física</i>	Geologia
OLIVEIRA, E. de	<i>Geografia Física</i>	Geologia
PINTO, E.	<i>Geografia Econômica</i>	Transporte
RIVET, P.	<i>Geografia Humana</i>	Agrária
SANT'ANNA, M.	<i>Geografia Econômica</i>	Indústria/Transporte
SILVA e MELO	<i>Geografia Humana</i>	População
VERAS, J. M. de C.	<i>Geografia Econômica</i>	Indústria

Fonte: 1ª edição - do livro *Geografia de Alagoas*, de 1965, de Ivan Fernandes Lima.

Com base em nossos levantamentos, pode-se averiguar que o professor Ivan Fernandes Lima demonstrou no texto uma ampla consulta a diversas fontes bibliográficas para elaboração dos conteúdos, principalmente na área de História, Geografia e Literatura, ainda que os autores consultados nem sempre se remetiam aos conhecimentos concernentes à Geografia de Alagoas e nem tão pouco à Geografia escolar.

Nessa perspectiva, Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) indicam que:

As fontes bibliográficas precisam ser sempre mencionadas no livro, e o papel do professor é chamar a atenção e oferecer dados bibliográficos sobre os autores mais utilizados. É importante que sejam sugeridos livros adequados à faixa etária da classe, que tenham relação com os respectivos conteúdos e também com a realidade socioespacial dos alunos. (p. 347).

Entendemos, que as fontes bibliográficas mencionadas no livro didático *Geografia de Alagoas*, em sua maioria, consistem por obras de autores que se voltam para a produção acadêmica, ainda que sua abordagem apresente-se de forma resumida e relacionada aos conteúdos. Por outro lado, o professor Ivan Fernandes Lima não expõe indicação de leitura

complementar que possa acrescentar novos conhecimentos na aprendizagem do aluno acerca dos aspectos geográficos alagoanos.

No tópico a seguir, vejamos uma breve análise sobre a colaboração da obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima de 1965, como fonte de pesquisas para a produção de livros didáticos regionais/locais e para a Geografia Acadêmica.

4.3 A obra *Geografia de Alagoas*: como fonte de pesquisa na produção de livros didáticos regionais/locais de Geografia e para Geografia Acadêmica

Como afirmamos anteriormente, a produção científica do professor Ivan Fernandes Lima tornou-se a base de conhecimentos para a Geografia escolar e para Geografia Acadêmica do Estado de Alagoas. Aqui, ressaltamos a importância da obra *Geografia de Alagoas*, haja vista sua colaboração como fonte de pesquisas não apenas nos estudos de Geografia, além de outras áreas do conhecimento que tenham como propósito a abordagem de Geografia de Alagoas.

Para tanto, podemos verificar em nossos levantamentos a preocupação por diversos autores na produção de livros didáticos regionais/locais de Geografia, que versam sobre as peculiaridades de Geografia de Alagoas, tanto no contexto do ensino dos Estudos Sociais, quanto a partir do processo de renovação da disciplina Geografia escolar e, por conseguinte, como a ampliação da produção do livro didático no país. A seguir, apresentamos o quadro 3 com as obras didáticas encontradas.

Quadro 3

Livros Didáticos Regionais/locais de Estudos Sociais e Geografia de Alagoas, produzidos por diversos autores entre 1984 a 2012

Autor	Título da Obra	Ano	Editores
Helena Lopes de Almeida, Maria Aparecida B. de Oliveira, Maria de Lourdes Souza Nascimento, Sueli Souza Vilela e Valdeci Guimarães Gomes	Estudando Alagoas – 3ª Série	1984	Secretaria de Educação do Estado de Alagoas/Maceió – AL
Geosélia da Silva Pinto e Aidé Soares Tojal	Estudos Sociais - Alagoas	1985	Inojosa/Recife – PE

Cont. do quadro 3			
Josete Lima Peixoto, Luciana Aires Suruagy e Vera Lucia Costa,	Alagoas e seu espaço: Estudos Sociais	1989	Editora do Brasil/São Paulo – SP
Luiz G. Rodrigues	Minha Terra: Alagoas - Livro-texto para o ensino fundamental - 1º Grau, 2ª Fase	1992	Editora Grafset/João Pessoa – PB
Zélia Santos Beserra de Melo	Minha Terra: Alagoas - Livro-texto para o ensino fundamental - 1º Grau	1992	Editora Grafset/João Pessoa – PB
Isabel Loureiro de Albuquerque	Nosso Estado nossa história - 3ª. Série	1993	Sergasa/Maceió – AL
Marijôse de Vasconcelos Gomes	O que é que Alagoas tem: geografia e história	1997	FTD/São Paulo – SP
Guilherme Pereira	Construindo Alagoas: Estudos Sociais	2005	FTD/São Paulo – SP
Celme Farias de Medeiros	Alagoas: Geografia e História	2000	Editora do Brasil/São Paulo-SP
Guilherme Pereira	Alagoas: Geografia – 3ª Série	2005	FTD/São Paulo – SP
Celme Farias Medeiros Eduardo Frigoletto de Menezes	Alagoas: História e Geografia	2010	Editora do Brasil/São Paulo – SP

Cont. do quadro 3			
Melchior Carlos do Nascimento; Andreia Luíza Alves de Oliveira e Sinval Autran Mendes Guimarães Junior	Geografia de Alagoas: Geografia Regional - Ensino Fundamental	2012	Editora Grafset/João Pessoa – PB

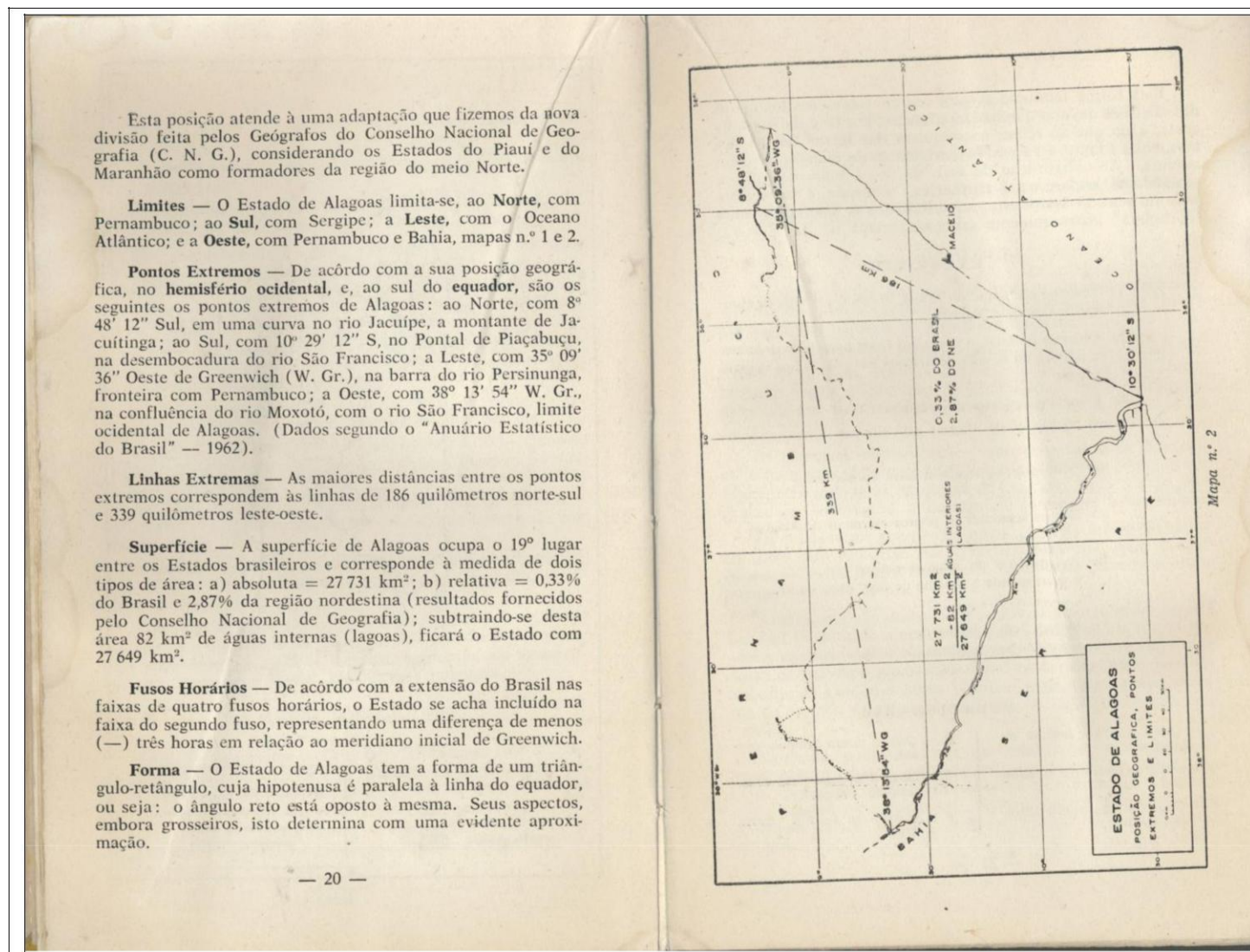
Fonte: Acervo particular da autora.

Asseveramos a partir da análise da materialidade dos livros didáticos apontados a recorrência do uso da obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, de 1965. Podemos observar na escrita do texto dessas obras o apoio como suporte de pesquisa para produção da obra em sua abordagem do conteúdo de Geografia de Alagoas, distribuídos pelos diferentes capítulos, a exemplo dos aspectos de localização e divisão regional; as características naturais do relevo, hidrografia, clima e vegetação; as características da população e dos municípios alagoanos; as principais atividades econômicas, divididas em primárias, secundárias e terciárias; como também os meios de transporte e comunicação presentes em Alagoas.

Além disso, pode-se destacar que a apresentação do mapeamento do Estado de Alagoas, na maioria dos livros didáticos, tem como principal fonte de consulta a obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, de 1965, demonstrando a relação do conteúdo com a espacialização dos aspectos geográficos alagoanos. Dentre os principais mapas destacados nas obras didáticas apontadas, observamos os seguintes: limites do Estado de Alagoas, pontos extremos, regiões naturais, formações lacustres, formas de relevo, hidrografia, clima, áreas de povoamento e colonização e principais cidades e ferrovias.

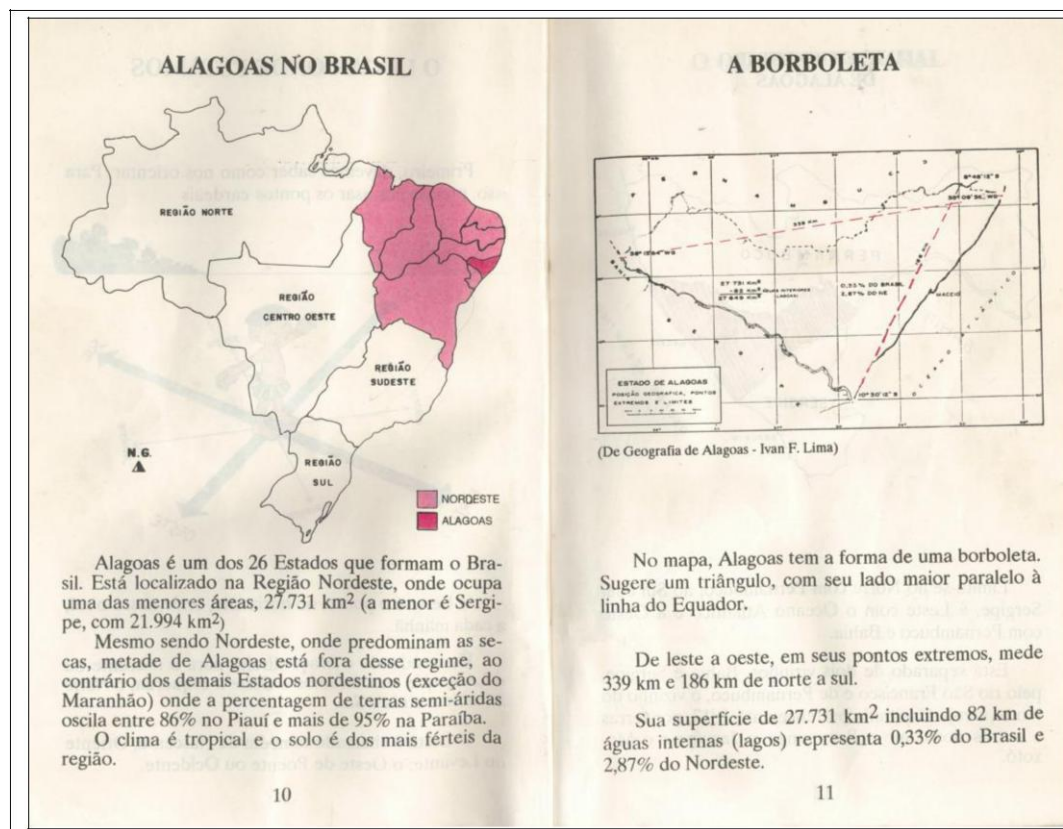
Na parte da bibliografia, podemos constatar que as obras didáticas regionais/locais de Geografia de Alagoas, em sua maioria, mencionam a obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, de 1965, ainda que algumas obras não apresentem bibliografia ao fim da parte dos conteúdos, pode-se identificar nas estruturas dos mapas no corpo do texto o mapeamento do Estado de Alagoas produzido com base na obra de nossa pesquisa. Vejamos com mais detalhe nas (figuras 23 e 24) tendo com base a obra de Lima.

Figura 23: Página do livro Geografia de Alagoas, com os pontos extremos do Estado de Alagoas



Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 24: Página do livro *Minha Terra Alagoas*, de Luiz G. Rodrigues, de 1992



Fonte: acervo pessoal da autora

Dentre os conteúdos expostos no livro didático *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, destacamos o estudo de Alagoas inserido no Brasil e no Nordeste, haja vista sua importância nos conhecimentos espaciais culturalmente presentes no ensino de Geografia escolar. Assim, com base nos conhecimentos presentes na obra em análise em nossa pesquisa, pode-se verificar que os aspectos abordados por Ivan Fernandes Lima reverberou no texto de outras didáticas que versam sobre o ensino de Geografia de Alagoas, a exemplo da obra *Minha Terra Alagoas*, de Luiz G. Rodrigues, de 1992.

Por sua vez, observamos que na exposição do conteúdo sobre a localização de Alagoas tem-se em foco a *situação geográfica* do Estado de Alagoas no Nordeste setentrional brasileiro, *limites*, considerando sua localização em relação aos outros lugares vizinhos, ao norte com o estado de Pernambuco, a leste com o oceano Atlântico, a oeste com os estados da Bahia e Pernambuco, e ao sul com o estado de Sergipe; *pontos extremos*, de acordo com a sua posição geográfica, no hemisfério ocidental e ao sul do Equador, *Linha extremas*, apresenta-se com seu lado maior voltado para o norte-sul com medida de 186 km e de leste-oeste com medida de 339 km, *superfície* que indicam área ocupada do Estado de Alagoas com 27. 649 Km²; *fusos horários*, situa-se no segundo fuso do território do país com diferença de menos três horas em relação à Greenwich e a *forma* do mapa do Estado de Alagoas se apresenta semelhante a um triângulo.

Nesse contexto, podemos asseverar que os aspectos abordados no livro didático *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, reverberaram na produção de conhecimento acerca de Geografia de Alagoas voltado para a Geografia Acadêmica, sobretudo no mapeamento do Estado de Alagoas, a exemplo da obra *Guia do Meio Ambiente - o interior de Alagoas*, de Alagoas, de 1995, que menciona no texto a fonte da obra de nossa análise, tendo em vista a divisão regional e a características geográficas de Alagoas, considerando-se em 4 regiões, dentre elas: *Zona da Mata*, *Semi-árido*, *Brejo de Altitude* e o *São Francisco Alagoano*.

À medida que observamos a exposição do texto, apresenta-se por uma introdução dos aspectos gerais do Estado de Alagoas, a partir de sua *localização* e, por conseguinte, no detalhamento das informações sobre do *clima*, *geologia*, *geomorfologia*, *rede hidrográfica*, *vegetação* e *economia*, tendo em vista a discursão evidenciada com relação aos impactos sobre a vegetação, solos e os recursos hídricos apontados entre as regiões destacadas neste estudo. Por outro lado, asseveramos a organização do mapeamento do Estado de Alagoas com base cartográfica os estudos desenvolvidos pelo professor Ivan Fernandes Lima, em que podemos

destacar os seguintes mapas: *Político*, *Geomorfológico*, *Físico* e *Hidrográfico*, *Vegetação Nativa* e *Divisão Regional*. Vejamos a exemplo as figuras (25 e 26).

Figura 25: Página do livro de Geografia de Alagoas, com mapa geomorfológico



Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 26: Página do livro *Guia do Meio Ambiente - o interior de Alagoas*, de Alagoas, de 1995



Fonte: acervo pessoal da autora

Destacamos que a produção científica do professor Ivan Fernandes Lima teve uma preocupação com o mapeamento do Estado de Alagoas, uma vez que corroborou no embasamento cartográfico de novos estudos acerca da espacialização dos aspectos geográficos alagoanos em análise de diferentes abordagens e amplo contexto, tendo como fonte inicial a obra *Geografia de Alagoas*, de 1965, haja vista as fontes apontadas nesta pesquisa.

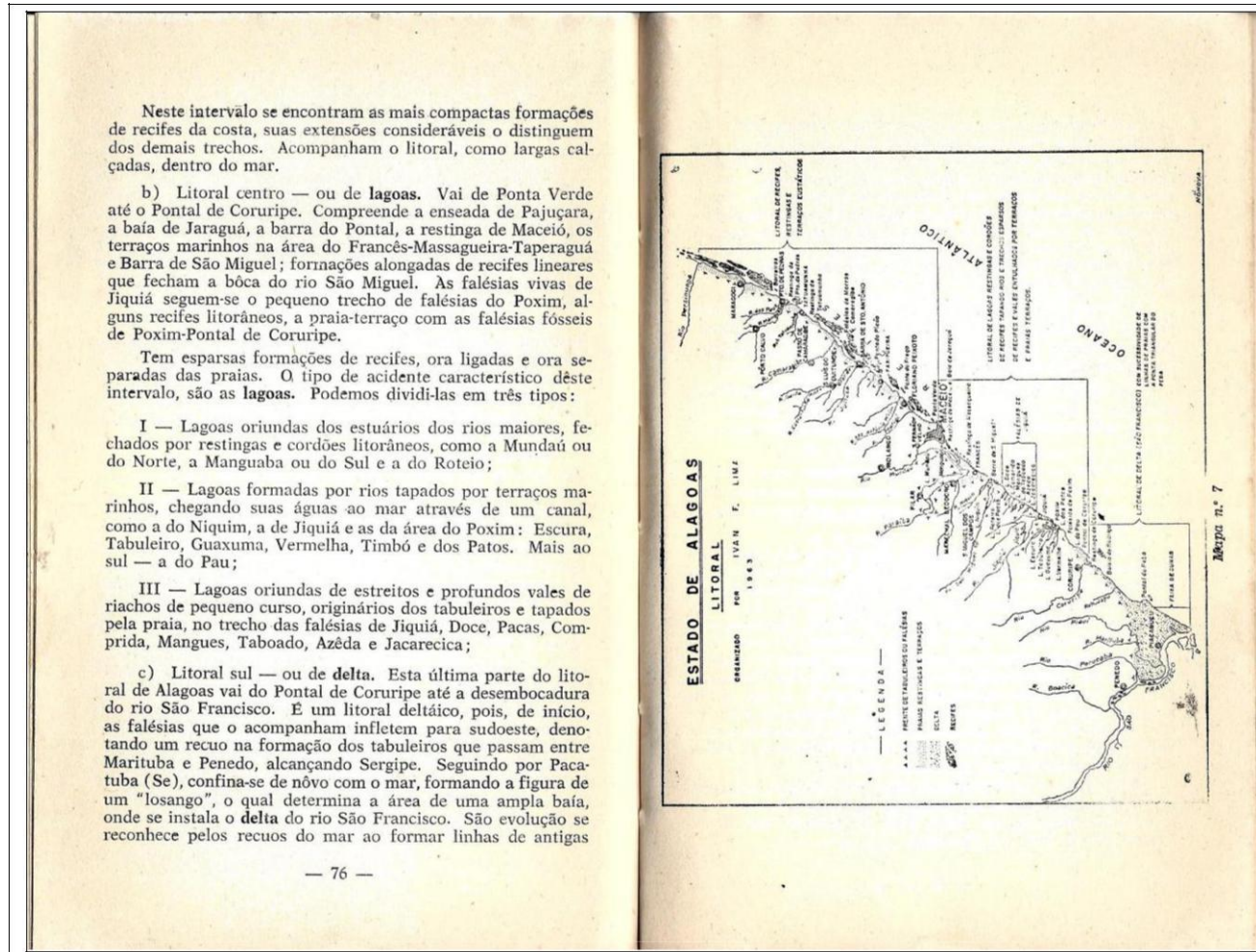
Desta forma, enfatizamos que a obra *Geografia de Alagoas*, de 1965, reverberou também nos estudos científicos de outras áreas, a exemplo das Humanidades, que versam sobre assuntos que apresentam correlação com a Geografia, principalmente nos estudos que tenham como propósito os aspectos geográficos alagoanos. Tendo em vista o conhecimento exposto na obra em análise, ressalta-se que suas informações são consultadas por vários pesquisadores alagoanos ou não, no sentido de apontar o contexto das características históricas e geográficas do Estado de Alagoas.

Para tanto, destacamos a exemplo a obra *Cultura e educação nas Alagoas - história, histórias*, de Elcio de Gusmão Verçosa, de 2006. No texto podemos evidenciar o uso da obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, sobretudo do mapeamento do Estado de Alagoas, através da abordagem histórica dos aspectos de ocupação e organização do espaço geográfico alagoano. Embora, podemos salientar a mudança dos aspectos geográficos demonstrados por Ivan Fernandes Lima em relação à época de elaboração de sua obra, por sua vez, percebemos que ainda apresenta como forte influência no conhecimento de *Geografia de Alagoas*, tanto no cenário do ensino de Geografia escolar quanto no de Geografia Acadêmica.

Dessa maneira, verificamos que o detalhe apontado por Ivan Fernandes Lima acerca dos principais pontos de povoamento do espaço alagoano reverberou em análise por diversas perspectivas, tendo em vista a exploração dos recursos naturais, desenvolvimento econômico da região inicialmente ocupada, instalação dos primeiros núcleos de povoamento do Estado, expansão da população e, por conseguinte, o desmembramento do território e criação dos equipamentos urbanos e industriais dos municípios do Estado de Alagoas.

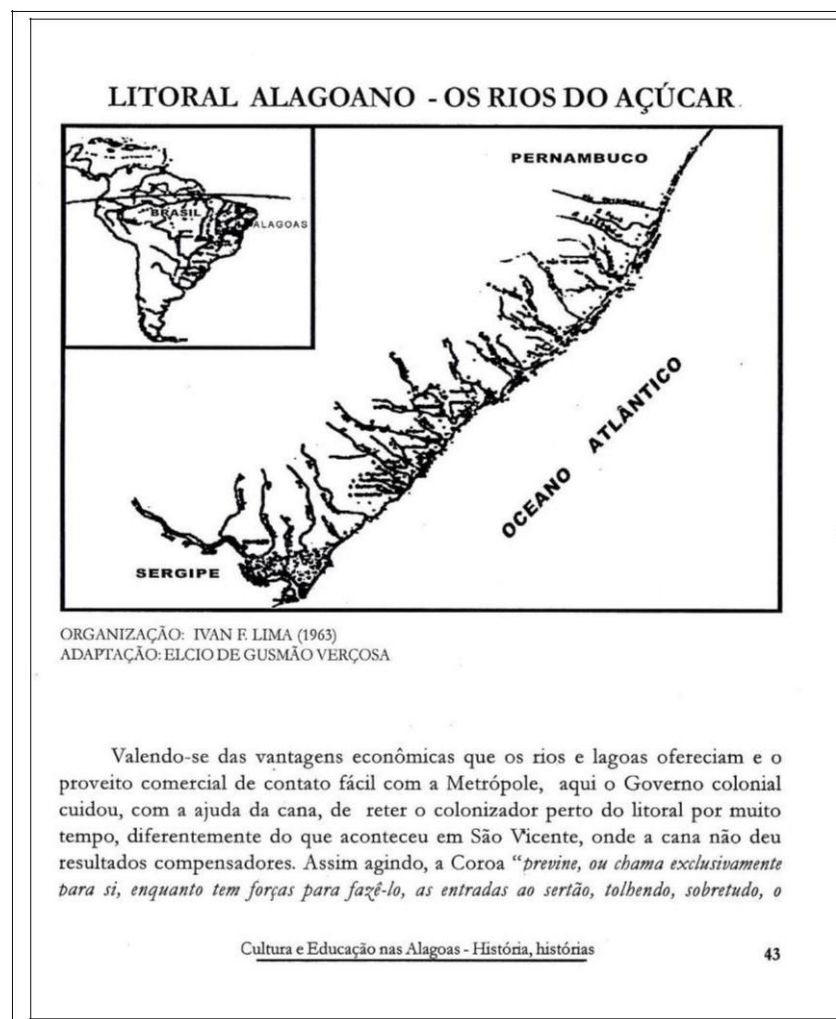
No contexto dos aspectos naturais, evidencia-se a explicação dos rios do litoral como as primeiras vias de transportes para deslocamento da produção do açúcar, interligando as usinas localizadas na região da zona da mata até a região do litoral, haja vista o transporte para o mercado externo. Nesse cenário, entende-se o processo das relações da sociedade da época, a exemplo das relações de trabalho, meios de produção, exploração dos recursos naturais, principais interesses dos proprietários de terra e, por conseguinte, suas repercussões na formação da sociedade alagoana e a posse da terra. Vejamos as figuras (27 e 28).

Figura 27: Página do livro Geografia de Alagoas, com mapa do litoral



Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 28: Página do livro *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*, de Elcio de Gusmão Verçosa, de 2001.



Fonte: acervo pessoal da autora

Entendemos que a obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, de 1965, teve influência no campo de Geografia, bem como em outros campos do conhecimento científico, podendo destacar as Humanidades por sua interrelação acerca de questões de interesse múltiplos que apresentam como foco a sociedade. Ainda que as pesquisas sobre a Geografia de Alagoas não se limitam às fronteiras territoriais de Alagoas, ou seja, vários estudos que abordam os aspectos geográficos alagoanos têm como principal referência a obra em análise para o âmbito da Geografia escolar e para o da Geografia Acadêmica.

Ainda sobre a obra *Geografia de Alagoas*, podemos ressaltar que as informações expostas no texto reverberaram na produção de estudos científicos e também na atualização de novos conhecimentos acerca dos aspectos geográficos alagoanos, haja vista os planos do governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Planejamento, voltando-se para o desenvolvimento econômico dos municípios. Para tanto, apontamos a exemplo o estudo *Fundamentos geográficos do meio físico do Estado de Alagoas*, de Alagoas, de 1977, baseados nos trabalhos de campo e na produção de Ivan Fernandes Lima.

Dessa forma, tornou-se possível organizar a divisão da paisagem física para uma descrição e análise dos aspectos fisiográficos de Alagoas, dentre eles, a *geologia, geomorfologia, clima, hidrografia* e a *vegetação nativa*, tendo em vista a ocupação do território alagoano e a exploração humana das potencialidades da natureza. Visto que na escrita do texto apresenta-se com um caráter didático, a partir de uma introdução na abordagem dos aspectos geográficos alagoanos, destacando: a localização, extensão do território, fatos geohistóricos do povoamento e a organização política do Estado de Alagoas.

Na parte da descrição dos aspectos geográficos, podemos destacar que na abordagem da geologia, apresenta uma introdução dos primeiros indícios em Alagoas, a partir dos estudos por diversos autores, permitindo a identificação das estruturas geológicas e sua localização nas diferentes regiões do Estado de Alagoas. Nesse sentido, acrescenta-se a geomorfologia através da caracterização de seu estudo, uma vez que define a classificação das formas de relevo em Alagoas com base nos critérios morfoclimáticos, são elas: *planícies ou baixada litorânea, baixo planalto sedimentar dos tabuleiros, depressão periférica, escarpas cristalinas orientais, mares de morros, escarpas cristalina ocidental e pediplano sertanejo*. (ALAGOAS, 1977).

Sendo assim, verificamos as características de cada forma de relevo por meio de explicação de minucioso detalhe, a origem e a formação das feições da superfície, enfatizando o esboço geomorfológico do mapeamento do Estado de Alagoas. Por outro lado, destacamos que essa proposta de classificação das formas geomorfológicas de Alagoas considera a feição de *mar*

de morro baseando-se nos estudos de Aziz Ab'Saber que evidencia sua ocorrência no sudeste brasileiro, haja vista que se constitui na região noroeste do Estado de Alagoas o primeiro batente do Planalto da Borborema⁷⁴.

Nessa perspectiva, aponta-se o clima de Alagoas a partir da posição geográfica do Estado e os fatores de seu clima como temperatura e precipitação, conforme a classificação de Koppen. Além dessa, considera-se a classificação do índice xerotérmico de Guassen, do tipo bioclimático. Por conseguinte, apresentam as classificações de Koppen e de Guassen aplicadas à realidade do Estado. Assim, os tipos de clima, conforme a classificação de Koppen, são: *tropical quente e úmido do tipo As'*, *tropical chuvoso e quente do tipo Mas'*, *tropical semi-árido, quente e seco do tipo BShs'* e *tropical semi-árido, quente e seco do tipo BShs'w*. À medida que os tipos de clima são abordados, determina-se o período do ano das estações seca e chuvosa, a temperatura média de acordo com a região e o índice pluviométrico de algumas cidades.

Na classificação de Gaussen, evidencia-se a determinação da estação seca e a umidade atmosférica para obtenção do índice xerotérmico, quando mais elevado seu valor significa que a estação é seca. Dessa forma, têm-se os seguintes bioclimas para Alagoas: *3aTh - nordestino quente de seca acentuada*, *3bTh - nordeste de seca média*; *3cTn - nordestino de seca atenuada* e *3dTh - nordestino sub-seco*. Visto que indicam os meses do ano quente e o de chuva, e sua abrangência de cada faixa bioclimática de algumas cidades. E no caso do índice termaxérico, que representa a ausência de mês seco abrange uma pequena área na região nordeste do Estado.

Conforme os estudos realizados por Alagoas (1977), acrescenta-se os fatores externos:

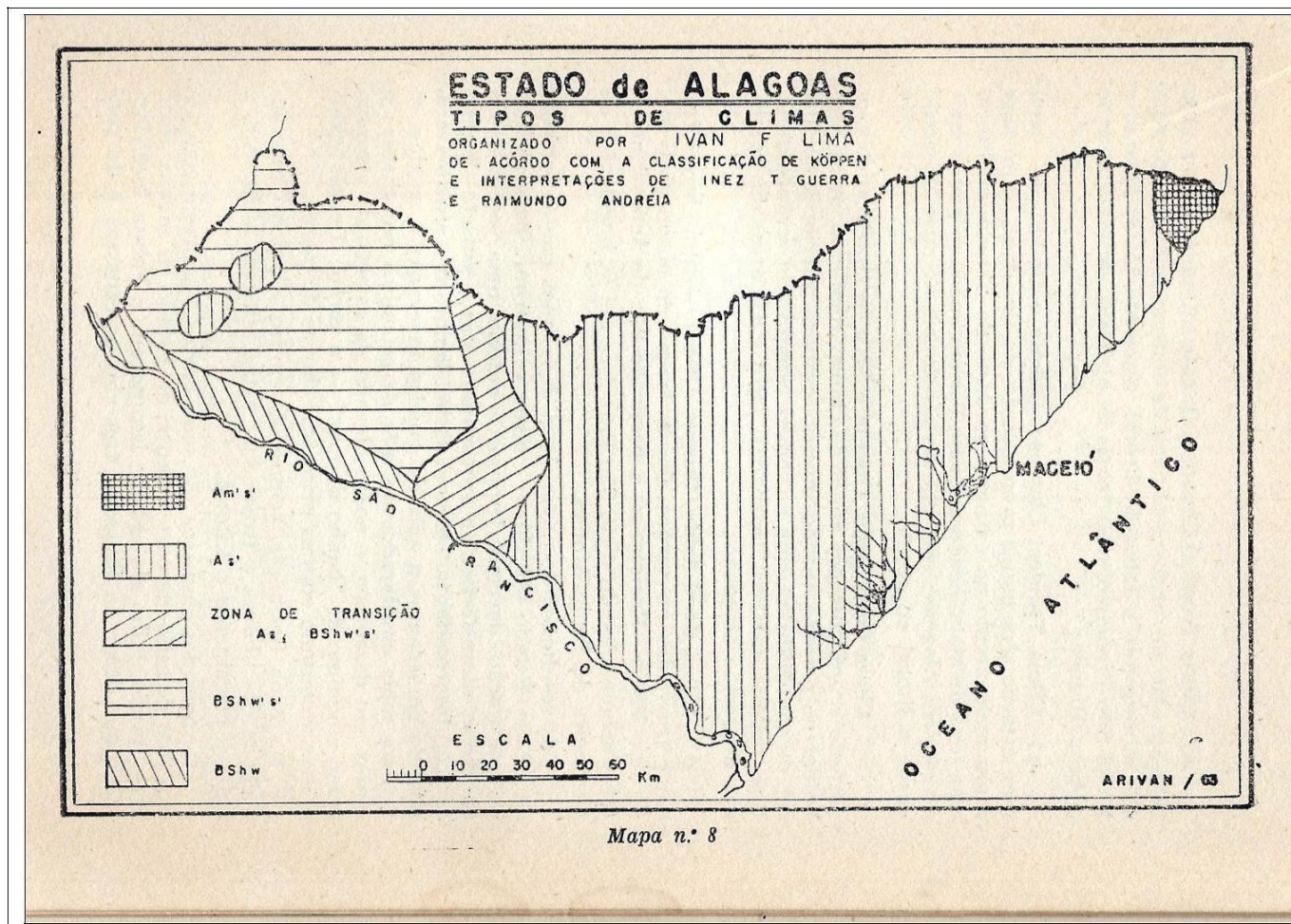
[...] os movimentos de rotação, translação e inclinação da terra, em face dos quais a ação do sol, provoca zonas de alta pressão, em que se organizam os centros de ação, que se deslocam e impulsionam as massas de ar que vão provocar mudanças do tempo por onde passa ou se instalam sem longa permanência; as variações da evaporação e o aquecimento desigual da superfície terrestre úmida e também com suas partes secas que podem causar períodos de estiagem sobre a região. [...] (p. 53-54).

Por outro lado, demonstra-se a dinâmica climática existente no país em outro ponto de ação que provoca baixa pressão durante a estação do verão, por influência das massas que se localizam em seu entorno para formar o ar frio na área ocidental de Alagoas. (ALAGOAS, 1977). Nesse contexto, destacam-se as principais massas de ar que influenciam o clima de Alagoas, sendo elas: *massa tropical atlântica - MTA*, *massa equatorial atlântica - MEA*, *massa equatorial continental - MEC* e a *massa tropical continental - MTC*. Além dessas, acrescenta-se

⁷⁴ Professor 1, entrevista concedida a autora em 14 de fevereiro de 2014.

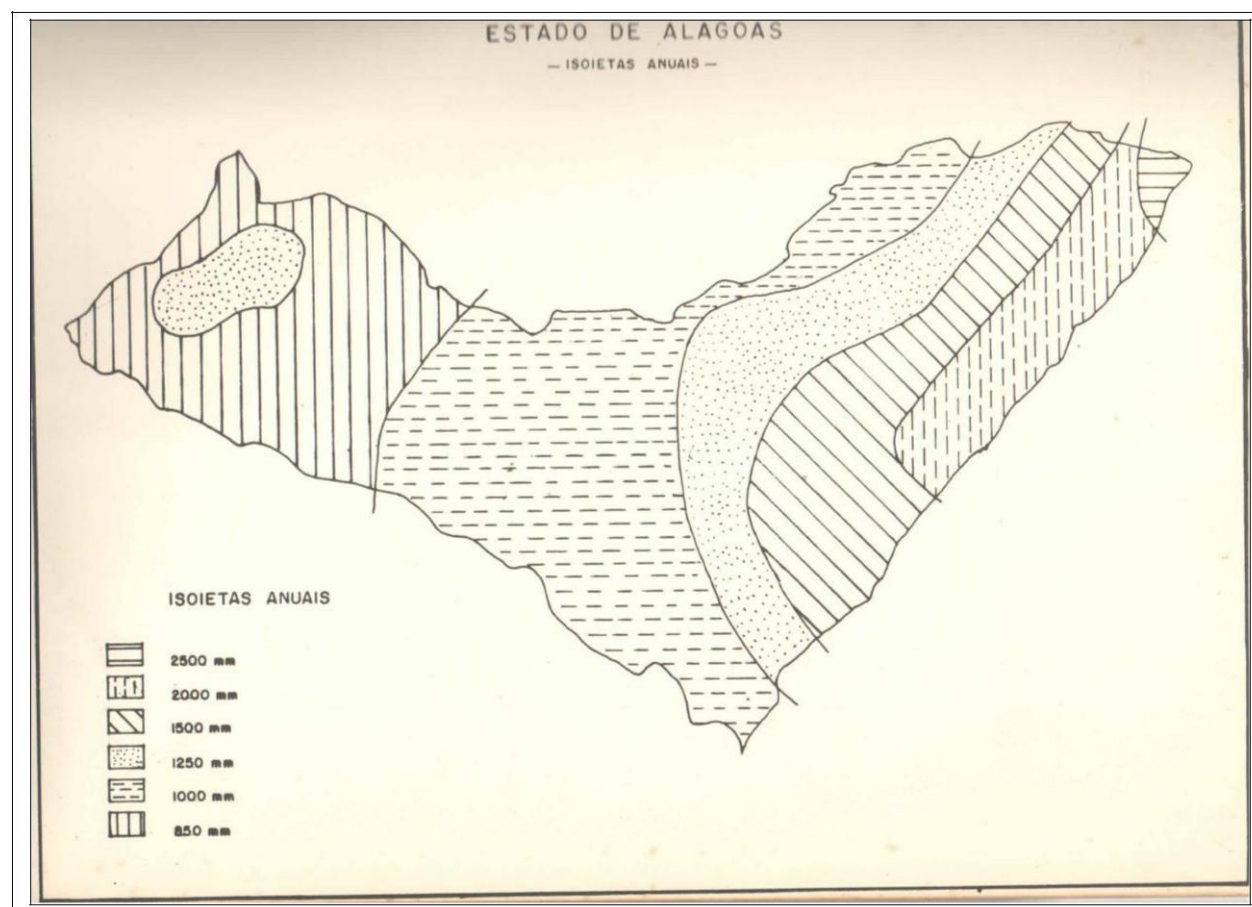
a *massa polar atlântica* – *MPA*, atuando associada a ação de sua frente sobre o Estado. Apontamos a colaboração do livro *Geografia de Alagoas*, a seguir as figuras (29 e 30).

Figura 29: Página do livro Geografia de Alagoas, com mapa de climas



Fonte: acervo pessoal da autora

Figura 30: Página do caderno Fundamentos geográficos do meio físico do Estado de Alagoas, de Alagoas, de 1977



Fonte: acervo pessoal da autora

Diante dessas argumentações, entendemos que o conteúdo acerca dos tipos de clima de Alagoas exposto no livro *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, de 1965, contribuiu para atualização dos estudos de campo acerca da delimitação das faixas bioclimáticas do Estado. Assim como, para produção de outros estudos que tenham como foco a abordagem dos domínios morfoclimáticos de suas diferentes regiões.

No caso da hidrografia alagoana, pautou-se através de análise e a identificação de seus rios e lagoas, as seguintes características: *vertentes, situação geográfica das bacias, área das bacias, padrões de drenagem, altimetria dos cursos d' água, morfologia das estruturas litológicas, regime dos rios, hierarquia das bacias e magnitude das redes*. (ALAGOAS, 1977). Desse modo, destacamos que a cada item abordado apresenta-se uma explicação detalhada de seus aspectos, a exemplo das vertentes, aponta-se a oriental, dos rios tributários do Atlântico e a meridional - ocidental, dos rios afluentes do rio São Francisco. A parte da situação das bacias enfatiza a área de sua ocupação, por sua vez, considerando dois aspectos, as bacias principais e bacias secundárias.

Com relação ao centro dispersor aponta-se o Planalto da Borborema, para os rios orientais e para a vertente meridional - ocidental. A respeito da altimetria, os rios alagoanos são considerados de planalto, considerados de acordo com sua morfologia de rios consequentes e superimpostos. Apresentam dois regimes, os rios intermitentes acentuados no sertão e os rios perenes localizados na parte da vertente atlântica, sendo sua hierarquia considerada as bacias integralmente alagoanas e sua magnitude considerando o potencial de canais hidrológicos.

Ainda sobre os aspectos fisiográficos alagoanos, considerou-se a vegetação nativa presente no período de colonização do território, tendo em vista o processo histórico de ocupação e modificação das áreas de vegetação nativa marcada pelas atividades antrópicas, provocando a substituição dessa vegetação para produção agrícola e o desmatamento. Desse modo, pode-se identificar a vegetação nativa correlacionada às características geográficas de suas regiões, através da classificação dos seguintes tipos em Alagoas: *floresta subperenifólia; floresta subcaducifólia; floresta caducifólia; floresta subperenifólia e cerrado; caatinga hipoxerófila; caatinga hiperxerófila; cerrado; campo e floresta penenifólia de restinga; campo e/ou floresta perenifólia de*

várzea; caatinga hipoxerófila e caatinga hiperxerófila; caatinga hipoxerófila e floresta caducifólia, formação de dunas, manguezais; campo e caatinga de várzea. (ALAGOAS, 1977).

Além desses estudos destacados, podemos considerar outras produções por vários pesquisadores alagoanos ou não, que tem como base a obra *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, de 1965, a exemplo dos estudos: *Biogeografia e conservação da biodiversidade - projeções para Alagoas*, por José Santino de Assis, de 2000; *Cobertura vegetal do estado de Alagoas & mangues de Alagoas*, por Afrânio Farias de Menezes (coordenador), 2010. E demais estudos que abordam as regiões e localidades de Alagoas como na Geografia escolar, a exemplo do *Atlas escolar Alagoas: Espaço Geo-Histórico e Cultural*, por José Santino de Assis (coordenador); Andreia Luíza Alves de Oliveira e Melchior Carlos do Nascimento, de 2007, considerado um estudo que mais se aproximou acerca da obra em análise em nossa pesquisa.

Nesse contexto, entendemos que os conhecimentos acerca dos aspectos geográficos alagoanos presente no conteúdo do livro didático de *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima, de 1965, teve importância como fonte de pesquisa para os estudos que decorreram após a publicação dessa obra, que versam sobre a Geografia escolar e para a Geografia Acadêmica, sobretudo pela contribuição do mapeamento do Estado de Alagoas e suas informações detalhadas sobre as particularidades de cada região do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme podemos constatar, os livros didáticos apresentam diferentes funções e formatos de acordo com as perspectivas de educação estabelecidas em uma determinada época. Nessa ótica, destacamos, no período estudado, que o debate acerca do ensino de Geografia do Brasil com base na divisão regional, a partir da região natural, reverberou na mudança do currículo de Geografia do ensino secundário e, por sua vez, na produção de livros didáticos de Geografia com enfoque na abordagem regional.

Nesse contexto, visualizamos que a partir das determinações da educação do Estado de Alagoas os estabelecimentos de ensino incorporaram a perspectiva do ensino regional/local, sobretudo no ensino de Geografia de Alagoas. Além disso, identificamos que foram produzidos livros didáticos voltados para a abordagem dos aspectos geográficos alagoanos, a exemplo da obra *Noções de Geografia Geral do Estado de Alagoas*, do professor José da Silveira Camerino de 1963 e a obra do professor Ivan Fernandes Lima, *Geografia de Alagoas* de 1965.

Embora esses livros didáticos produzidos por alagoanos não tenham sido adotados oficialmente pelos estabelecimentos de ensino no estado, enfatiza-se que a obra do professor Ivan Fernandes Lima teve circulação entre os professores e alunos do ensino de Geografia de Alagoas, sendo indicada através dos programas de ensino dos professores e também no uso dos alunos para execução dos exercícios expostos na obra em sala de aula ou atividades complementares como pesquisa escolar sobre os aspectos geográficos alagoanos.

Haja vista que as relações sociais do professor Ivan Fernandes Lima proporcionaram incentivos para realização de estudos de campo em Alagoas, favorecendo aquisição de conhecimento mais detalhado na produção de sua obra didática, do que a obra do professor Camerino que se apresenta com textos resumidos da História e Geografia de Alagoas, utilizando uma linguagem simples para abordar os conteúdos sem formalidades e menos didático.

Outro ponto destacado na análise da obra, *Geografia de Alagoas*, de Ivan Fernandes Lima é a ausência das fontes consultadas pelo autor, que de certa forma dificultou nosso avanço e entendimento no decorrer da pesquisa, o que nos leva a inferir

que devido as suas relações sociais, algumas informações não se tornaram tão evidentes quanto poderiam, sendo recorrente uma visão de desenvolvimento das ações do governo do Estado e sua gratidão exposta na materialidade de suas obras.

Além disso, na parte do levantamento das fontes, tivemos que “escavar” as informações sobre a Geografia de Alagoas de Ivan Fernandes Lima, pois nos deparamos com informações dispersas a respeito do autor e sua produção científica, à medida que nos dispomos a percorrer os arquivos públicos, o acervo particular do autor e as entrevistas, pode-se, através da análise e o cruzamento das fontes, desvendar a complexidade em torno das relações sociais do autor e sua obra de forma mais abrangente e aproximada da realidade.

Por outro lado, consideramos a importância da Geografia de Alagoas, por Ivan Fernandes Lima, 1965, no embasamento do ensino de Geografia escolar, sendo recorrente como fonte de pesquisa por diferentes autores para produção de livros didáticos de Geografia regional/local na abordagem de conteúdos dos aspectos geográficos alagoanos. Além disso, sua contribuição para a Geografia acadêmica, destacando-se como fonte para atualização da base cartográfica no mapeamento do Estado de Alagoas.

Dessa forma, a Geografia de Alagoas do professor Ivan Fernandes Lima tornou-se uma referência base sobre a origem e análise das características geográficas alagoanas, demonstrou-se que sua produção teve maior evidência entre professores e alunos que conviveram com o autor no âmbito da Geografia escolar como também na Geografia acadêmica. Haja vista que suas obras encontram-se escassas, sobretudo o livro didático *Geografia de Alagoas*, sendo localizado em restritas bibliotecas e escolas estaduais, acervos particulares e sebos.

Ainda sobre a materialidade da obra *Geografia de Alagoas*, ressaltamos que, na abordagem do conteúdo, o autor apresenta a mesma sequência no texto a partir do uso de definição, conceito, classificação e localização, com o uso de ilustrações, a exemplo de fotografias e mapas, relacionados ao tema, e ao fim da parte do conteúdo, tem-se o exercício e o questionário, complementando a aprendizagem do aluno. Além disso, podemos enfatizar a influência do autor na perspectiva dos estudos regionais, haja vista que a abordagem do conteúdo tem como base a divisão regional por região natural, sobretudo o mapeamento do Estado de Alagoas difundido em sua obra.

Por outro lado, podemos asseverar, com base nas análises das propostas de divisão regional anteriores a de Ivan Fernandes Lima, que sua proposta não se apresenta uma novidade, ou seja, o autor incorpora em seus estudos a proposta de divisão regional de Alagoas, por Craveiro Costa, de 1931, que considera os aspectos da fisionomia da paisagem, tornando-se a classificação clássica e a proposta de divisão regional de Alagoas pelo Conselho Nacional de Geografia, de 1941, considerando pela primeira vez os limites territoriais da região do Agreste. Nessa perspectiva, observamos que a proposta de divisão regional de Alagoas de Ivan Fernandes Lima, de 1964, é a mesma exposta no texto do livro didático *Geografia de Alagoas*, de 1965, embora sua proposta tenha contribuído para o embasamento dos estudos regionais do IBGE, de 1968, e nas ações do governo do Estado de Alagoas, a partir da década de 1970.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Cobertura vegetal de Alagoas & mangues de Alagoas**. In: MENEZES, A. F. de (coord.). - Maceió: IMA: Petrobras, 2010.

ALAGOAS. **Fundamentos geográficos do meio físico do Estado de Alagoas**: notas para regionalização de Alagoas. – Maceió: Série: Estudos Regionalização. Convênio: SEPLAN/ SUDENE, 1977.

_____. **Evolução urbana e comportamento da população**: notas para regionalização de Alagoas. – Maceió: Série: Estudos Regionalização. Convênio: SEPLAN/ SUDENE, 1977.

_____. **Estrutura urbana de Alagoas interação por funções urbanas**: notas para regionalização de Alagoas. – Maceió: Série: Estudos Regionalização. Convênio: SEPLAN/ SUDENE, 1977.

_____. **Estrutura urbana por fluxos de telefônicos**: notas para regionalização de Alagoas. – Maceió: Série: Estudos Regionalização. Convênio: SEPLAN/ SUDENE, 1977.

_____. **Histórico das divisões regionais de Alagoas**: subsídios para uma nova divisão regional do Estado em regiões geo-administrativas e microrregiões homogêneas. – Maceió: Convênio: Estudos Regionalização MINTER/SUDENE/GOVERNO DE ALAGOAS, 1978.

_____. **Diagnóstico Geo-Socioeconômico**: Microrregião Programa nº 5. – Maceió: SEPLAN/Conselho Estadual de Geografia, 1978.

_____. **Guia do Meio Ambiente – litoral e o interior de Alagoas**. In: SALES, V. (coord.). – Maceió: Projeto IMA-GTZ, 1995.

AMORIM, D. C. M.; OLIVEIRA, M. C. de. O hermenêutica da geografia alagoana: homenagem ao geógrafo e professor Ivan Fernandes Lima. In: **Revista Geografia Acadêmica**. v.2. n.1., p. 98-105, 2008.

ASSIS, J. S. de. **Biogeografia e conservação da biodiversidade** – projeções para Alagoas. Maceió: Edições Catavento, 2000.

ASSIS, J. S. de.; et al. **Atlas escolar Alagoas: espaço geo-histórico e cultural**. – João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Laudo técnico: avaliação das enchentes. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 7., 1988. Maceió. **Anais...** Maceió: UFAL, p. 27-39.

BARROS, F. R. M. de. **ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Tomo 1 – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

_____. **ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Tomo 2 – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BITTENCOURT, C. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. et al. (orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 9-38.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 33-55; p. 295-324.

_____. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória** – ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 59-67.

CAMERINO, J. S. **Noções de Geografia geral do Estado de Alagoas**. – Maceió - Al: Departamento Estadual de Cultura, 1963.

CAVALCANTI, L. de S. Concepções teórico-metodológicas da geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino. In: SANTOS, L.L. de C. P. et al. (orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 368-391.

_____. **Geografia e práticas de ensino**. – Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. **O ensino de geografia na escola**. – Campinas – SP: Papirus, 2012.

CHATIER, R. **A História Cultural**: entre as práticas e as representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Quem é o autor?** Revisão de uma geneologia. Tradução de Luzmara Curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos: EdFSCar, 2012.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: **Revista Educação e Pesquisa**, Universidade de São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez., p. 549-566, 2004.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942 1970 e 1990). In: **Terras Brasilis** (Nova Série), Rio de Janeiro, v.3, mar./ago. p.1-17, 2014.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 8.ed. – São Paulo: Ática, 2007.

COSTA, C. **História das Alagoas**. – São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1983.

COSTA, J. de A. 50 anos do curso de Geografia em Alagoas. In: ARAUJO, L. M. de. (org.). **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. – Maceió: EDUFAL, 2004, p.15-21.

COSTA, J. de A.; NASCIMENTO, A. L. do. Organização do espaço geográfico do Estado de Alagoas. In: ARAUJO, L. M. de. (org.). **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. – Maceió: EDUFAL, 2004, p.173-189.

DAROS, M. das D. **Desenvolvimento e políticas educativas no Brasil nos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização**. In: GIL, N; ZICA, M. da C.; FARIA FILHO, L. M. (orgs.). **Moderno, modernidade e modernização: educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. v. 1. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 185-204.

DUARTE, A. Geografia de Alagoas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. jun., p. 111-113, 1972.

FERREIRA, J. A. de S. **Os exercícios nos livros didáticos de geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930)**. 2012. 146 f. Dissertações (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Brunetta; revisão de tradução: Hamilton Francischetti; apresentação de Tomaz Tadeu da Silva. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, nº 2, p. 177-299, 1990.

LIMA, I. F. **Estudos Geográficos do Semi-Árido Alagoano: bacias dos rios Traipu, Ipanema, Capiá e Adjacentes**. Maceió: Sergasa, 1992.

_____. **Maceió a cidade restinga – contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.

_____. **O Problema Geo-Sócio-Econômico-Político do sururu alagoano**. Maceió: Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Planejamento; Instituto de Meio Ambiente - IMA do Estado de Alagoas, 1994.

_____. **Organização espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, 1992.

LIMA, I. F.; COSTA, J. de A. Geomorfologia. In: CAVALCANTE, A. T. **Projeto delimitação e regionalização do Brasil semi-árido**. Maceió: CNPq/SUDENE/UFAL, 1984, p. 19-33.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. – São Paulo: Cortez, 2011.

MARANDINO, M. Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências. In: **Revista Brasileira de Educação**, n 26, Maio /Jun /Jul /Ago., p. 94 - 108, 2004.

MELO, M. M. R. de. Educação e modernidade no pensamento de Sílvio Coelho dos Santos em Santa Catarina na década de 1960. In: GIL, N; ZICA, M. da C.; FARIA FILHO, L. M. (orgs.). **Moderno, modernidade e modernização: educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. v. 1. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 167-184.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 206f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

PINTO, D. C. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem sucedida? In: Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: história e historiografia, 1., 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, p. 188-190.

PONTUSCHKA, N. N. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. 5.ed. – São Paulo: Contexto, 2007, p. 111-142.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. O livro didático de geografia. In: PONTUSCHKA, N. N. et al. (orgs.). **Para ensinar e aprender geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 339-348.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SANT'ANA, M. M. de. **História da imprensa em Alagoas (1831-1981)**. – Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SANTOS, V. M. dos. **A Geografia e os livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX**. 2004. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SATÍRIO, P. B. **O ideário educacional católico no século XX na produção bibliográfica do Padre Teofanes (1930-1960)**. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

SCHUELER, A. F. de. Representação da docência na imprensa pedagógica na corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, set./dez. p.379-390, 2005.

SILVA, J.R. P da; LIMA, E. dos S. **Ivan Fernandes Lima: resgate de uma trajetória na geografia alagoana**. Monografia (graduação). Maceió: UFAL, 2001, p. 45.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, C. G. **História da educação**. – São Paulo: Ática, 2007.

VERÇOSA, E. de G. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 4ed. – Maceió: EDUFAL, 2006.

VERÇOSA, E. de G. et al. **Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos dias atuais**. – Maceió: Edições Catavento, 2001.

VLACH, V. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva historiográfica. In: VESENTINI, J. W. (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas - SP: Papirus, 2004, 187-218pp.

WUO, W. O ensino da física na perspectiva do livro didático. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. et al. (orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 299-338.

XAVIER, M. do C. A educação no debate do desenvolvimento: as décadas de 1950 e 1960. In: GIL, N; ZICA, M. da C.; FARIA FILHO, L. M. (orgs.). **Moderno, modernidade e modernização**: educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. v. 1. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 205-232.

Fontes de Pesquisa

Documentos oficiais

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ALAGOAS (Estado). Secretaria da Educação e Cultura. Lei nº 2510 de 28 de dezembro de 1962. Institui as normas relativas aos estabelecimentos estaduais de Ensino Médio e dá outras providências.

_____. Decreto nº 1089 de 13 de maio de 1963. Regulamenta a Lei nº 2510/62 de acordo com a LDB nº 4024/61.

ALAGOAS (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resoluções nºs 4, 5, 6, 7 e 8, de 1964. Organiza para os estabelecimentos de ensino secundário estadual os currículos.

Entrevistas

Professor 1. Entrevista concedida a autora em 14 de fevereiro de 2014.

Professor 2. Entrevista concedida a autora em 20 de fevereiro de 2014.

Professor 3. Entrevista concedida a autora em 10 de março de 2014.

Professor 4. Entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2015.

Professor 5. Entrevista concedida a autora em 20 de maio de 2015.

Jornais

AMORIM, David Christopher M. O legado de Ivan Fernandes Lima - Ao grande mestre Ivan, com carinho. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p.1, 03 out. 2009.

COELHO, Fernando. O homem que seguia nuvens. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, B4, 04 jul. 2010.

LIMA, I.F. Do ensino de geografia. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 25 abr.1960.

_____. Do novo ensino de geografia. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 05 abr.1962.

_____. O conselho nacional de geografia e a geografia do curso secundário. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 29 abr.1962.

_____. As zonas fisiográficas de Alagoas. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 19 ago.1962.

_____. As zonas fisiográficas de Alagoas II. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 26 ago.1962.

_____. As zonas fisiográficas de Alagoas III. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 02 set.1962.

_____. O conteúdo da realidade geográfica. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 27 jan.1963. Suplemento, Caderno 39, p.1.

_____. Novos aspectos da geografia e da universidade brasileira. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 03 fev.1963. Suplemento, Caderno 40, p.1.

_____. Delimitação das zonas fisiográficas de Alagoas. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 17 fev.1963. Suplemento, Caderno 42, p.1.

_____. A grande missão da geografia I. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 31 mar.1963. Suplemento, Caderno 48, p.1.

_____. A grande missão da geografia II. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 07 abr.1963. Suplemento, Caderno 49, p.1.

_____. A grande missão da geografia III. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 14 abr.1963. Suplemento, Caderno 50, p.1.

_____. A grande missão da geografia IV. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 21 abr.1963. Suplemento, Caderno 51, p.1.

_____. XXII assembléia geral do conselho nacional de geografia. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 29 jun.1963.

_____. A missão da geografia na escola primária. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 19 ago.1963.

- _____. O ensino da geografia no ginásio. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 24 nov.1963.
- _____. Geografia para quarta série ginasial. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 29 dez.1963.
- _____. Porque estudamos geografia. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 14 jan.1964.
- _____. A crise do currículo de geografia. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 01 fev.1964.
- _____. A crise do currículo de geografia II. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 08 fev.1964.
- _____. A crise do currículo de geografia III. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 16 fev.1964.
- _____. A crise do currículo de geografia IV. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 20 fev.1964.
- _____. A crise do currículo de geografia V. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 23 fev.1964.
- _____. A crise do currículo de geografia VI. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 29 fev.1964.
- _____. Pelo departamento estadual de geografia. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 21 jul.1964.
- _____. Cultura geográfica no curso pedagógico. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 27 set.1964.
- _____. Geografia de mestres e alunos. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 04 out.1964.
- _____. Aspecto do curso pedagógico. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 11 abr.1965. Suplemento, Caderno 25, p.1.
- _____. Um conceito educacional em geografia. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 23 mai.1965. Suplemento, Caderno 30, p.1.
- _____. A geografia no curso pedagógico. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 27 jun.1965. Suplemento, Caderno 35, p.1.
- _____. A nova etapa da geografia. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 28 dez.1965.
- _____. A grande missão do curso primário. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 09 out.1966.
- _____. O drama do sururu. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 04 dez.1966.

_____. O drama do sururu II. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 08 dez.1966.

_____. O drama do sururu III. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 18 dez.1966.

_____. O drama do sururu IV. **Jornal de Alagoas**. Maceió, p.3, 13 jan.1967.

VALENÇA, Silvana. Ivan Fernandes Lima: o geógrafo alagoano do século. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p.1, 10 ago.1995.

Livros didáticos

ALBUQUERQUE, I. L. de. **Nosso Estado nossa história** - 3ª. Série. - Maceió – AL: Sergasa, 1993.

ALMEIDA, H. L. de; OLIVEIRA, M. A. B. de; NASCIMENTO, M. de L. S.; VILELA, S. S.; GOMES, V. G. **Estudando Alagoas** – 3ª Série. - Maceió – AL: Secretária de Educação do Estado de Alagoas, 1984.

GOMES, M. de V. **O que é que Alagoas tem: geografia e história**. - São Paulo – SP: FTD, 1997.

MEDEIROS, C. F. **Alagoas: Geografia e História**. - São Paulo-SP: Editora do Brasil, 2000.

MEDEIROS, C. F.; MENEZES, E. F. de. **Alagoas: História e Geografia**. - São Paulo – SP: Editora do Brasil, 2010.

MELO, Z. S. B. de. **Minha Terra: Alagoas** - Livro-texto para o ensino fundamental - 1º Grau. - João Pessoa – PB: Editora Grafset, 1992.

NASCIMENTO, M. C. do; OLIVEIRA, A. L. A. de; GUIMARÃES JUNIOR, S. A. M. **Geografia de Alagoas: Geografia Regional** - Ensino Fundamental. - João Pessoa – PB: Editora Grafset, 2012.

PEIXOTO, J. L.; SURUAGY, L. A.; COSTA, V. L. **Alagoas e seu espaço: Estudos Sociais**. - São Paulo – SP: Editora do Brasil, 1989.

PERREIRA, G. **Alagoas: Geografia**. – 3ª Série. - São Paulo – SP: FTD, 2010.

_____. **Construindo Alagoas: Estudos Sociais**. – São Paulo – SP: FTD, 2005.

PINTO G. da S.; TOJAL, A. S. **Estudos Sociais – Alagoas**. - Recife – PE: Inojosa, 1985.

RODRIGUES, L. G. **Minha Terra: Alagoas** - Livro-texto para o ensino fundamental - 1º Grau, 2ª Fase. - João Pessoa – PB: Editora Grafset, 1992.

Site consultado

<http://www.ima.al.gov.br/institucional/>. Acesso em: 18 jun. 2015.

Objeto e fonte de pesquisa

LIMA, I. F. **Geografia de Alagoas**. – São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

Outros documentos (arquivo pessoal do autor)

Currículo vitae

Fotografias

Ficha funcional de servidor público estadual

Ficha funcional de servidor público federal